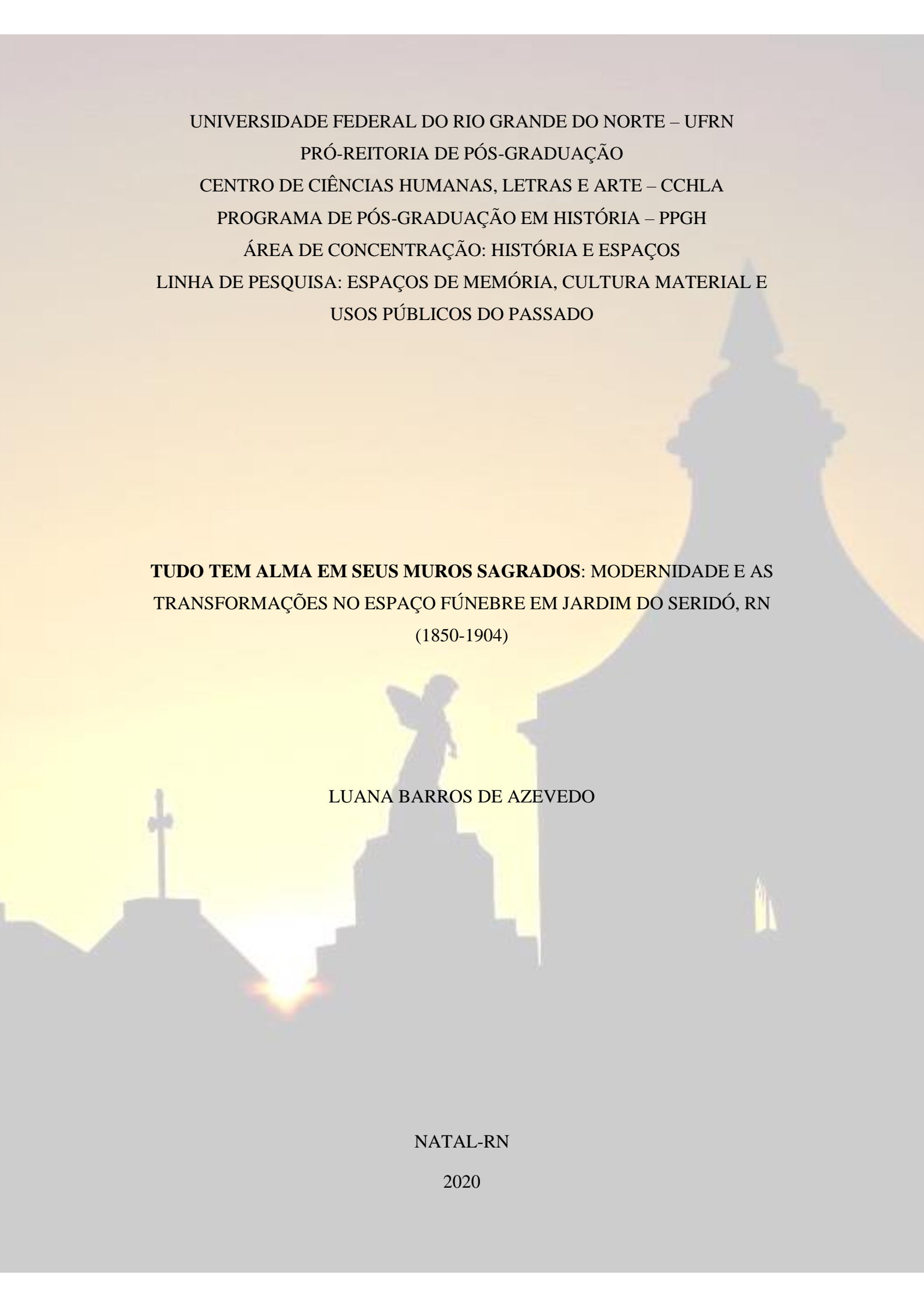




**TUDO TEM ALMA EM SEUS MUROS SAGRADOS: MODERNIDADE E AS
TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÚNEBRE EM JARDIM DO SERIDÓ, RN
(1850-1904)**

LUANA BARROS DE AZEVEDO

The background of the page features a soft, warm sunset sky in shades of yellow and orange. In the foreground, there are dark silhouettes of architectural elements. On the right, a large, ornate bell tower with a pointed top is visible. In the center, a statue of an angel with wings stands atop a structure. To the left, a cross is visible on a smaller structure. The overall mood is serene and historical.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: ESPAÇOS DE MEMÓRIA, CULTURA MATERIAL E
USOS PÚBLICOS DO PASSADO

**TUDO TEM ALMA EM SEUS MUROS SAGRADOS: MODERNIDADE E AS
TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÚNEBRE EM JARDIM DO SERIDÓ, RN
(1850-1904)**

LUANA BARROS DE AZEVEDO

NATAL-RN

2020

LUANA BARROS DE AZEVEDO

**TUDO TEM ALMA EM SEUS MUROS SAGRADOS: MODERNIDADE E AS
TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÚNEBRE EM JARDIM DO SERIDÓ, RN
(1850-1904)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração em História e Espaços. Linha de Pesquisa: Espaços de Memória, Cultura Material e Usos Públicos do Passado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana.

Natal-RN

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Organização de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas,
Artes - CCHLA

Azevedo, Luana Barros de.
Tudo tem alma em seus muros sagrados: modernidade e as transformações no espaço fúnebre em Jardim do Seridó, RN (1850-1904) / Luana Barros de Azevedo. - Natal, 2020. 148f.: il. color.

Dissertação (mestrado) - Ciências Humanas, Letras e Arte, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.
Orientador: Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana.

1. Higienismo - Dissertação. 2. Morte - Dissertação. 3. Jardim do Seridó-RN - Dissertação. I. Viana, Helder do Nascimento. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94(813.2)"1850-1904"

LUANA BARROS DE AZEVEDO

**TUDO TEM ALMA EM SEUS MUROS SAGRADOS: MODERNIDADE E AS
TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÚNEBRE EM JARDIM DO SERIDÓ, RN
(1850-1904)**

Dissertação considerada _____ para obtenção do grau de Mestre em
História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio
Grande do Norte. Comissão formada pelos professores:

Professor Dr. Helder do Nascimento Viana – UFRN

(Orientador)

Professor Dr. Magno Francisco de Jesus Santos – UFRN

(Avaliador Interno)

Professora Dra. Mara Regina do Nascimento – UFU

(Avaliadora Externa)

Professor Dr. Sebastião Leal Ferreira Vargas Neto – UFRN

(Avaliador Interno/Suplente)

Natal, ____ de _____ de 2020



À lembrança de Alberto Luiz de Azevedo, excelente pai, meu pai, que tanto me incentivou, com palavras de encorajamento, na realização desta pesquisa e que, no entanto, nos deixou sem ver a conclusão da mesma.

AGRADECIMENTOS

Os Agradecimentos sempre compreendem a parte mais difícil dos trabalhos que tenho por “concluídos”¹, pois exijo de mim mesma a seleção de palavras mais bonitas para agradecer àqueles que tanto me ajudaram neste intervalo de tempo. Considero os Agradecimentos como uma espécie de equipe que trabalha nos bastidores, por trás da cortina, onde o espetáculo é a pesquisa. Sempre li os Agradecimento com esse olhar, por esse motivo, ao começar essa parte do trabalho, julgo bem importante e procuro descrever as pessoas que fazem parte deles, pois é por meio delas que torna-se possível conduzir o espetáculo da pesquisa. Logo, reconheço, sempre, que esta é mais uma pesquisa que não seria possível se não fosse a ajuda dessas pessoas, em especial, pois trata-se de um esforço coletivo, de familiares, professores, amigos, colegas e ocasiões.

Pelos caminhos que andei, lembro-me de alguns nomes e faço os agradecimentos em ordem que não representa caráter de valor. As pessoas aqui citadas dizem respeito à contribuição no referido trabalho. Àqueles que esqueci o nome, desde de já, peço desculpas.

Assim sendo, começo meus agradecimentos à minha família, composta por pai (in memoriam), mãe e irmão, cuja força tenho tirado para continuar a referente trajetória de pesquisa. Ao meu pai, que atualmente não se faz presente em corpo, mas sempre se fará presente em memória, o meu muito obrigada por sempre acreditar no meu potencial, mesmo não concordando com a escolha do meu curso. À mulher, que para mim é referência, Marlene Barros da Silva, minha mãe, só tenho a agradecer, pois sua força e persistência me incentivam. A Aldo Lúcio Barros de Azevedo, meu irmão, obrigada por sempre confiar e me ajudar em tudo. Vocês me ensinaram que se deve levar tudo da forma mais leve e simples possível, pois assim só temos a ganhar.

Dedico, também, um espaço especial a Romeika Sena, Nathalia Azevedo e Maria José Barros, amiga de infância, prima e tia, respectivamente, pois essas mulheres formaram um pilar necessário nessa jornada. A Romeika, agradeço por sempre ter as palavras certas nas horas certas; Nathalia, pelas conversas sobre espaço e urbanismo, além

¹ As aspas servem como forma de dizer que as pesquisas não estão findas, mas pausadas em seus recortes temporais e espaciais. Prefiro colocar uma vírgula a um ponto final, por burocracia acadêmica, acabamos entregando trabalhos concluídos, mas que, na verdade, sempre estarão em andamento, se assim preferir. Esta é a história de uma pesquisa que não termina aqui.

de papos a respeito de bandas, livros e filmes; à tia Maria José, agradeço por sempre se mostrar disponível a ajudar, sem esperar nada em troca.

Ainda não conheci uma missão tão nobre quanto a de um professor. Todos os meus professores foram importantes na minha trajetória até o presente momento, no entanto, aqueles que mais se fizeram presentes na composição da referida dissertação foi o professor Helder do Nascimento Viana, meu orientador, grande ser humano, que com sua paciência, gentileza e sabedoria contribuiu de forma significativa para a que esta pesquisa fosse possível. Agradeço desde o momento em que ele se fez presente na banca de entrevista da seleção, fazendo observações enquanto a mesma ainda era projeto. Enfim, agradeço por ter aceitado orientar uma pesquisadora que vinha do interior, com uma proposta de pesquisa sobre o cemitério de uma povoação do século XIX, sendo uma temática não tão comum ao programa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Raimundo Arrais, Durval de Albuquerque Júnior, Raimundo Nonato e Francisco Santiago Júnior pelas colaborações em sala de aula e nos corredores, fazendo seus alunos enxergarem além daquilo que está posto, sempre com observações que nos fazem pensar o quanto investigar trata-se de sensibilidade e atenção tanto quanto métodos e teorias. Além destes, quero agradecer aos professores Magno Santos e Sebastião Vargas Neto, por terem feito leituras atentas e excelentes observações a respeito do referido trabalho, durante a qualificação. As referências bibliográficas recomendadas surtiram efeitos significativos aos estudos.

Reservo um especial agradecimento, de coração, à professora Dra. Mara Regina do Nascimento, por seus estudos e colaborações para a referida pesquisa. Sempre se mostrando solícita, desde o início. Ter te conhecido no 30º Simpósio Nacional de História, na UFPE de Recife (julho de 2019), está entre os melhores acontecimentos do ano de 2019. Obrigada, principalmente, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa desta dissertação.

A esse respeito, também agradeço aos professores que me formaram durante a graduação no Centro de Ensino Superior do Seridó-CERES/UFRN, sempre lembro das aulas e broncas, que foram necessárias para me fazerem chegar até aqui. Em especial, não canso de agradecer ao professor Lourival Andrade Júnior, meu primeiro orientador, que sempre deu excelentes contribuições desde a graduação e pós-graduação. Nunca vou

esquecer dos momentos de emoção que me fizeste passar (sempre chorando nas apresentações das monografias), em especial, na apresentação da monografia da especialização em História dos Sertões, quando o mesmo falou que a pesquisa da minha vida não seria aquela, nem a do mestrado, mas sim a do doutorado. Isso me fez pensar muito sobre a carreira acadêmica e até onde pretendo/quero ir. Obrigada por sempre acreditar em mim.

Pelas andanças e permanências que vivi no *Centro de Ciências Humanas, Letras E Arte* – CCHLA, para passar horas na sala 812, conheci excelentes pessoas que me trouxeram paz e uma boa convivência, sobretudo, em um ambiente de estudo e pesquisa. Agradeço aos porteiros, Sr. João e Seu Borges pessoas maravilhosas; a Érica, por nos proporcionar ótimos papos e um café bem forte, na Copa; agradeço também às moças da limpeza, que, com sorrisos cativantes, sempre nos desejam bons dias e boas tardes; e ao secretário do PPGH UFRN, Luann Alves, por todos os esclarecimentos e auxílios da melhor forma. Não poderia esquecer, claro, dos companheiros que conheci na referida 812, que pretendo levar para a vida. Obrigada Giovanni Bentes Filho, Jessica Guedes, Janaína Porto e Leonardo Pessoa, as conversas e os cafés nunca me fizeram pensar tanto sobre a História e a vida. Guardo todos no calor do meu coração.

Agradeço aos responsáveis pelos acervos públicos e privados que, tanto me estenderam a mão. Em especial, quero agradecer a Sebastião Arnóbio, secretário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição; Mariana Melo, servidora do Cartório Público, de Jardim do Seridó; Bartolomeu dos Anjos, responsável pelo acervo da Câmara dos Vereadores, de Jardim do Seridó; Laiz Coutinho, responsável pelo Museu Antonio de Azevedo Maia Junior, de Jardim do Seridó; Suerda, por ter ajudado com os testamentos do Fórum Municipal Desembargador Oscar Siqueira, de Jardim do Seridó. Sobre os acervos privados, quero agradecer a Edvaldo Alves e Marcos Zoró, pelas fotografias cedidas; e aos historiadores Gabriel Santos, Diego Marinho e Anderson Tavares de Lyra, pelos esclarecimentos e documentos enviados em formato digital. Agradeço, igualmente, ao artesão jardinense, muito querido, Geicifran Azevedo, por sempre, se mostrar disponível a ajudar uma pobre alma pesquisadora.

Mesmo diante de uma ausência da valorização histórica, memorial e patrimonial, essas pessoas se fizeram presentes, empolgadas, curiosas e, principalmente, solícitas quanto ao trato com a referente pesquisa. Como se trata de um estudo que se preocupa em pensar a respeito da Povoação de Conceição do Azevedo, na qual compreende

atualmente o município de Jardim do Seridó-RN, foi possível notar que, para essas pessoas, os verdadeiros guardiões dos arquivos e acervos, há uma valorização incondicional à pesquisa e aos documentos que representam a história da cidade. Fazendo uma análise inversa, compreende-se, ainda, a desvalorização dos objetos antigos, que representam as fontes históricas. Assim, não poderia deixar de comentar que muitos políticos pouco se importam com os documentos e prédios antigos de Jardim do Seridó e, sobretudo, há o menosprezo da história que não conta os feitos de homens públicos, cuja relação com o dinheiro e a política fizeram parte de sua carreira.

A referida pesquisa teve o auxílio e apoio financeiro de uma bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – Brasil (CAPES). Agradeço à CAPES pela colaboração, pois esta fez com que fosse possível realizar compra de livros, apresentação em congressos, viagens para a realização de coleta de fontes, compra de material, entre outros fatores necessários para a realização de uma pesquisa.

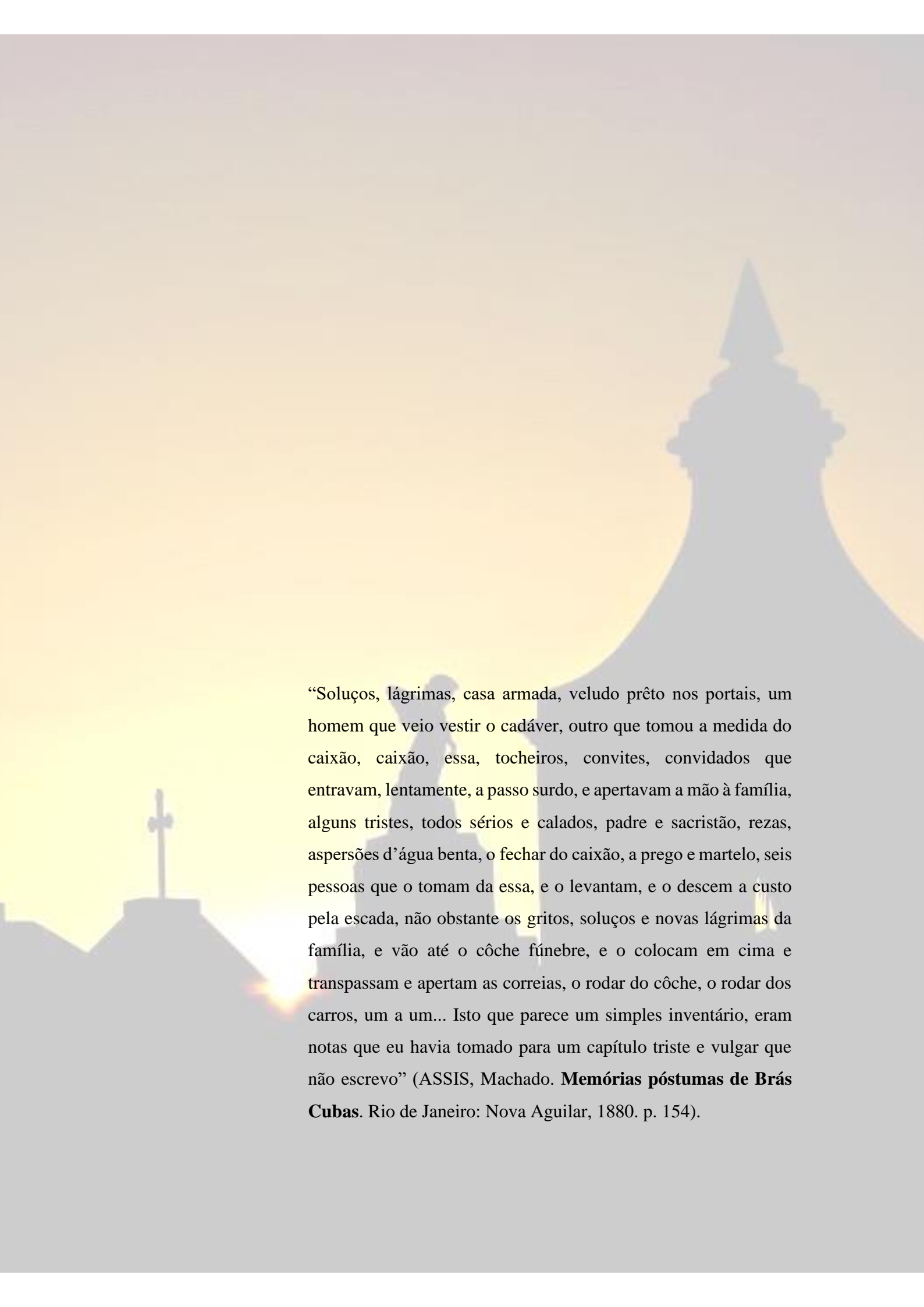
Agradeço ao meu companheiro, Thadeu Milfont, por toda atenção e paciência que teve comigo durante todo o tempo, desde que nos conhecemos. Ele foi, com toda a certeza, a pessoa que esteve presente nesta última parte da pesquisa, com apoio e dedicação. Só Thadeu e minha mãe sabem da apreensão e nervosismo que têm sido meus últimos dias, antes de terem findas as linhas dessa dissertação. Acredito que “morte”, “morrer” e “cemitério” nunca foram palavras tão ouvidas antes por um matemático.

Não poderia deixar de agradecer à minha filha, Magdalena Azevedo Ribeiro Milfont, que, apesar de algumas dificuldades encontradas nesses caminhos da vida, me dá forças de uma forma sublime, para ter firmeza e seguir meus desejos e instintos. Filha, quero que saiba que seu avô partiu, mas você veio para me dar forças e persistência no momento certo.

Tenho em mim, neste momento, todo o amor do mundo, e a felicidade de ter concluído o que eu não imaginava finalizar, devido tropeços, obstáculos e perdas, que o caminho me mostrou. No entanto, sou devidamente outra pessoa depois desta dissertação e não, não estou falando de forma acadêmica apenas, mas de forma humana. A pesquisa, a história, as fontes, as pessoas vivas e mortas, fizeram parte dos entrelaces da vida, e me mostraram que somos capazes de realiza feitos que nem imaginamos, e, o mais importante

de tudo isso é que a educação, sobretudo gratuita, é cada vez mais necessária. Lutemos por mais apoio financeiro à educação, assim como mais universidades públicas.



The background of the page features a soft, warm sunset or sunrise sky. In the foreground, there are dark silhouettes of architectural elements: a large, ornate church spire on the right and a smaller cross on the left. The text is centered in the lower half of the page, overlaid on the lighter part of the sky.

“Soluços, lágrimas, casa armada, veludo prêto nos portais, um homem que veio vestir o cadáver, outro que tomou a medida do caixão, caixão, essa, tocheiros, convites, convidados que entravam, lentamente, a passo surdo, e apertavam a mão à família, alguns tristes, todos sérios e calados, padre e sacristão, rezas, aspersões d’água benta, o fechar do caixão, a prego e martelo, seis pessoas que o tomam da essa, e o levantam, e o descem a custo pela escada, não obstante os gritos, soluços e novas lágrimas da família, e vão até o côche fúnebre, e o colocam em cima e transpassam e apertam as correias, o rodar do côche, o rodar dos carros, um a um... Isto que parece um simples inventário, eram notas que eu havia tomado para um capítulo triste e vulgar que não escrevo” (ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1880. p. 154).

RESUMO

O presente trabalho analisa, a partir das falas e relatórios dos presidentes de província, como se deram os discursos médicos e higienistas na segunda metade do século XIX, no interior da província do Rio Grande do Norte. Foram analisados os fatores que levaram à construção do cemitério público de Jardim do Seridó, município localizado no interior do Rio Grande do Norte, e como esses fatores implicaram nas mudanças culturais fúnebres e os processos sociais da percepção da morte e do morrer. O cemitério discutido na referida pesquisa continua sendo utilizado desde 1857, ano em que dá início o livro de óbito da paróquia. A benção litúrgica do cemitério se deu no dia 12 de março de 1858, pelo Padre Francisco Justino Pereira de Brito. A influência do Estado e dos clérigos nas construções de cemitérios extra muros no país foram questões pensadas como relação entre poderes políticos e religiosos a respeito dos discursos higienistas e os espaços da morte, no século XIX. Partindo do pressuposto que o cemitério é a parte integrante de toda cidade, uma vez que para se pensar planos de urbanização para a cidade deve-se ter em mente o lugar para onde vão as pessoas que têm seu destino final, o propósito inserido a esse estudo é refletir a respeito dos fatores que contribuíram para a construção do cemitério público e como se deram, a partir de então, as transformações fúnebres nesse contexto. Foi pensado a respeito das moléstias que atingiram a região e o quanto esses fatores sanitários estavam associados às transformações nos espaços fúnebres de Jardim. Os estudos foram realizados por meio dos livros de óbito, leis, decretos municipais, testamentos, códigos de posturas, partes de jornais e fotografias.

Palavras-chave: Higienismo; Morte; Ritos Fúnebres; Jardim do Seridó.

ABSTRACT

The dissertation analyses from the speeches and reports of the provincial presidents, how long medical and hygienist speeches in the second half of the 19th century at a province from Rio Grande do Norte. The factors that led to construction of public cemetery in Jardim do Seridó, a city from Rio Grande do Norte. How factors resulted in funeral cultural changes and social processes of perception about the death and dying. The cemetery discussed has been used since 1857 that year the congregation death book begins. The liturgical blessing of cemetery was on 12th March 1858, by Priest Francisco Justino Pereira de Brito. Influence of State and clerics about construction of extra-wall cemeteries in the country were questions as a relation between political powers and religious powers regarding hygienist speeches and the spaces of death, in the 19th century. Based on supposition the cemetery is an integral part of every city, when should think about urbanisation plans for city, one must keep in mind where the people who have their final destination to go. A purpose inserted on study is to reflect about factors that contribute to construction of the public cemetery along funeral transformations in context. About the diseases that affected all region and how much that health factors were associated with changes in the funeral spaces from Jardim do Seridó. The study has carried out by death books, laws, town decrees, wills, posture codes, newspapers and photographs.

Keywords: Hygienism; Death; Funeral Rites; Jardim do Seridó

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista Aérea de Jardim do Seridó, 1950/60	68
Figura 2: Lugar onde “Jazem os restos mortais do Vigário Francisco Justino Pereira de Brito”. Cemitério Público de Jardim do Seridó-RN, 2019	91
Figura 3: Museu Antonio de Azevedo Maia Júnior, antigo sobrado do Padre Francisco Justino. Jardim do Seridó-RN, 2020	92
Figura 4: Placa instalada na entrada do Museu Antonio de Azevedo Maia Júnior	93
Figura 5: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o Cruzeiro. Esta foi a primeira capela da povoação de Conceição do Azevedo. Foto de 1960-70	109
Figura 6: Cruzeiro da capela do cemitério de Jardim do Seridó, 2018	109
Figura 7: Altar de Nossa Senhora da Conceição, Jardim do Seridó-RN, 1913	111
Figura 8: Planta baixa da Igreja de Santa Ana de Caicó com os locais de enterramento	114
Figura 9: Enterro no cemitério de Jardim do Seridó, 1950	130
Figura 10: Cortejo fúnebre em Jardim do Seridó, 1950	131
Figura 11: Velório em Jardim do Seridó, década de 1940	132
Figura 12: Enterro mostrando, ao fundo, a capela do cemitério	135

TABELAS

Tabela 1: Doenças que mais vitimaram a população de Jardim (1888-1894)

..... 58

Tabela 2: Descrição das doenças que mais vitimaram a população de Jardim (1888-1894)

..... 59



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. NO CORPO E NA ALMA: AS MOLÉSTIAS, A MORTE E OS DISCURSOS HIGIENISTAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	38
1.1. Vão-se os tempos em que a higiene era apenas arte de conservar a saúde	38
1.2. A higiene como melhoramento físico e moral do homem	48
1.3. A higiene como fator de ordem social	57
2. ENTRE MORTOS E VIVOS: FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO NA POVOAÇÃO CONCEIÇÃO DO AZEVEDO (JARDIM DO SERIDÓ, RN)	65
2.1. Sertão, tens rude fadário	65
2.2. Nem no Evangelho tem rol: fatores que implicaram a construção dos cemitérios extra muros	75
2.3. Cristo teve uma agonia: os mortos na cidade dos vivos	80
2.4. Tu morres é todo dia: uma discussão a respeito da morte e dos sepultamentos em cemitério	94
3. “PRECES PARA DISPOR A BEM MORRER”: A PREPARAÇÃO DA MORTE E O SIMBOLISMO DO ESPAÇO CEMITERIAL	102
3.1. Alma que a Deus busqueis: Os suspiros finais da morte	102
3.2. Que nesse mundo quereis?	107
3.3. Se vindes por bem dizeis, que de mim tudo tereis	115
3.4. Oração e acolhimento no Santíssimo Sacramento: uma leitura sobre o lugar de sepultamento no cemitério	128

CONCLUSÃO	138
FONTES	141
REFERÊNCIAS	146



INTRODUÇÃO

As linhas que se desenrolarão a partir daqui buscam dialogar sobre fatores médico e higienistas em Jardim do Seridó-RN, enquanto vila, entre os anos de 1850 a 1904, e quais as consequências que se ligaram ao espaço e tempo aqui destinados. Como o título sugere, “TUDO TEM ALMA EM SEUS MUROS SAGRADOS: MODERNIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO FÚNEBRE EM JARDIM DO SERIDÓ, RN (1850-1904)”, por meio do espaço cemiterial, fiz observações a respeito dos fatores que contribuíram para a construção do cemitério público de Jardim do Seridó lá nos anos de 1850, e como esse, então, “novo espaço da morte” teve implicações de um contexto cultural e social mais amplo, tendo em vista o tempo e espaço. Por meio desse viés, busquei entender o que influenciou as transformações nos ritos fúnebres e, assim, a percepção da morte e do morrer.

Nas procuras infundáveis de fontes que permearam essa pesquisa, foi a mim cedida uma cartilha² que achei no mínimo interessante. A cartilha data de 1871 e recomendava ao cristão, que lamentava seus últimos minutos de vida, preparações para uma boa partida e o ganho eterno do reino dos céus. O capítulo que se destinava a esse acontecimento, em especial, era intitulado de “Preces para dispor a bem morrer”. Neste capítulo da cartilha é possível observar as recomendações de orações e preces que tinham descritos a respeito do trato com o corpo, as orações e todo o processo que a religião católica leva em consideração, antes de morrer. Essa recomendação foi comparada aos descritos pelo ritual da *boa morte*, estudado por Philippe Ariès (1989; 2014), como será abordado nos próximos capítulos.

A esse respeito, busquei entender como os ritos fúnebres mudavam com a percepção da morte e do morrer, tendo em vista toda a relação por trás dos preceitos ditados pelos discursos médicos e higienistas, assim como o Estado e a Igreja. Parto do pressuposto de que os ritos fúnebres e a percepção da morte fazem parte de uma construção cultural, em constante mudança, de acordo com o tempo e espaço em que estão inseridos. Por esse motivo, me utilizo da fala de Jean-Claude Schmitt na descrição do que entendo sobre os mortos, de forma a pensar que “Os mortos têm apenas a existência que os vivos imaginam para eles. Diferentemente segundo sua cultura, suas crenças, sua época, os homens atribuem aos mortos uma vida no além, descrevem os lugares de sua morada e assim representam o que esperam para si próprios” (SCHMITT, 1999, p. 15).

² Como será possível acompanhar posteriormente, esta cartilha foi escrita por Antonio Pimentel em 1871, e compreendia, de forma mais clara que a Bíblia, a doutrina da religião Católica.

Por esse viés, estudei as mudanças nos ritos fúnebres e a percepção da morte e do morrer, em Jardim, na segunda metade do século XIX. Buscando compreender o cemitério da referida cidade como espaço de memória e cultura material, foi possível notar que este espaço também é responsável por parte dessas transformações nos ritos fúnebres e no entendimento da morte para uma população sertaneja, na segunda metade do século XIX. O cemitério, enquanto habitação dos mortos é aqui compreendido como espaço que reflete sentimentos por meio de suas lápides, túmulos, jazidos e objetos. Por meio dessa observação, compreendi que o espaço cemiterial é, para o morto, como a cidade se manifesta para os vivos: um lugar que reflete totalmente suas concepções, cultura, crenças e vontades. No entanto, são os vivos os verdadeiros responsáveis por marcarem os espaços da de acordo com suas experiências/crenças.

Na ótica dos vivos, o lugar de enterramento é para o morto como a casa é para o vivo: um lar, onde se faz morada, recebe familiares, amigos, parentes, visitantes, onde há pessoas passageiras, até mesmo alguns desconhecidos. Comparo esse espaço com um portal que separa o mundo dos mortos e o mundo dos vivos. No lugar em que se faz a morada eterna há uma composição particular, na qual faz parte da identidade de quem morreu, de sua família e/ou até mesmo de sua comunidade. Preocupa-se com o lugar de enterramento, pois nele está a imagem de uma vida, de uma história. Atravessamos caminhos, convivemos com pessoas ao longo da vida, conhecemos, conversamos e trocamos experiências. Os espaços e os lugares são responsáveis por acolher esses acontecimentos, de formas diferentes. Foi por essa perspectiva que observei o espaço da morte: como reflexo da história e experiências da vida. A vida cria a morte e a morte cria a vida.

O cemitério público, aqui observado como espaço da morte, se encontra na cidade de Jardim do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, que por tempos tomou algumas denominações, uma vez que do século XVIII ao XXI, passou por nomes como Fazenda Conceição do Azevedo, Povoado Conceição do Azevedo, Cidade do Jardim, Veneza Seridoense e, atualmente, Jardim do Seridó.

Na povoação de Conceição do Azevedo, última década do século XVIII, deu-se início à construção da capela de Nossa Senhora Conceição, que também serviu como lugar de enterramento até a construção do cemitério público. A capela, atualmente, é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Jardim do Seridó, nela, os fiéis fazem suas preces, celebram missas e comemoram, anualmente, no mês de dezembro, a Festa de Nossa Senhora da Conceição. A capela, construída no final de XVIII, faz parte da história religiosa da cidade, na

qual foi o marco físico da religião católica, na então Fazenda Conceição do Azevedo, construída por Antonio de Azevedo Maia (2º), descendente europeu que levantou fazenda de criar gado nas ribeiras do Seridó, onde hoje são terras que compreendem a cidade de Jardim do Seridó.

Como veremos mais adiante, a capela não servia apenas para celebrar missas, mas sim, e também, foi construída com o propósito de servir como lugar de enterramento para Antonio Azevedo e sua família. Por uma herança colonial europeia, as capelas construídas serviam como cemitérios. Os enterramentos eram feitos no exterior e no interior das capelas. O terreno que circunscrevia a capela era chamado de adro e destinava-se ao enterramento das pessoas mais comuns, já o interior das capelas era reservado àqueles que, na maioria das vezes, faziam parte de famílias abastadas. O adro era verdadeiramente conhecido como o cemitério, que consistia no espaço em frente, nos fundos ou ao redor das capelas e igrejas. A classificação espacial das igrejas e capelas eram simbólicas, referente ao lugar destinado ao enterramento, pois quanto mais próximo do altar, mais próximo estava-se dos anjos, santos, de Deus. Por esse motivo, Antonio de Azevedo (2º) solicitou a construção de uma capela próxima à sua fazenda, para servir, também, como lugar de enterramento para o mesmo e sua família. De forma, seu desejo, ao falecer, era ser enterrado próximo ao altar, acima das grades.

A respeito dos cemitérios, Jean-Claude Schmitt escreveu que nas sociedades europeias esse espaço passou por sentidos e significados diferentes ao longo do tempo, citaremos essa abordagem para pensar a respeito da construção desse espaço:

Do ano 1000 ao século XVIII, a proximidade do espaço dos vivos e do espaço dos mortos é um traço muito importante da história das sociedades e das mentalidades tradicionais da Europa. (...) No centro a igreja paroquial, depois, apertadas ao redor dela, as sepulturas do cemitério (mas, da época em que falo, as sepulturas são indiferenciadas e a terra consagrada do cemitério é assinalada, quando muito, apenas por uma única grande cruz para todos os mortos); o cemitério é cercado por um muro, sobre o qual o bispo, quando de suas visitas paroquiais, lembra constantemente a necessidade de conservá-lo para separar o espaço sagrado do espaço profano e impedir os animais de vagar entre as sepulturas (SCHMITT, 1999, p. 204).

Ao ler essa citação, lembrei de quando era criança, entre as histórias que ouvia dos mais velhos, sobre o cemitério e o lugar dos mortos. Poucos sabiam que os enterramentos eram feitos dentro e ao redor das igrejas/capelas. Mas na cidade de Jardim do Seridó-RN, os mais velhos contavam que antes da construção do cemitério, os enterramentos eram feitos na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e que os não cristãos, indigentes, pagãos, suicidas e leprosos eram enterrados em um terreno distante do centro urbano. Esses eram abandonados pela igreja.

Não se sabe, ao certo, a localização do terreno que servia para o enterramento dos abandonados. Procurei algum registro e não encontrei. No entanto, lembro-me de ouvir rumores de que o terreno em que hoje funciona o cemitério público, antes de sua construção, tinha função cemiterial para enterrar os não-católicos. A esse respeito, não vos dou a certeza dessa informação, por ausência de fontes suficientes, todavia, acho necessário esse parêntese como possibilidade de reflexão a respeito dos ritos de enterramento daqueles que não faziam parte da igreja, pois ela era responsável pelos enterramentos e pelos corpos, pela promessa de um bom lugar no pós-morte. Não fazer parte da Igreja poderia consistir em um isolamento da comunidade, frente aos costumes que prevaleciam na época. Dessa forma, o lugar de enterramento reflete a comunidade em que está inserido.

Até a construção do cemitério público de Jardim do Seridó, a capela de Nossa Senhora da Conceição serviu como lugar de enterramento para os que residiam na região. Após a construção e a benção solene do cemitério extra muros, os habitantes da povoação tinham como recomendação esse local de enterramento. Dessa forma, foi transferindo da capela para o cemitério o lugar de morte e dos mortos.

Os enterramentos, anteriormente feitos em templos religiosos, passaram a ser feitos nos cemitérios extra muros, por volta da segunda metade do século XIX, resultando em mudanças culturais no entendimento da morte e do morrer, refletindo nos costumes fúnebres, tais como: o lugar de sepultamento, as formas de enterramento, os cultos aos mortos e as visitas aos cemitérios. Mesmo com a implantação desses cemitérios, as pessoas continuavam a desejar que seus sepultamentos fossem dentro ou no adro das igrejas. Assim como os enterramentos, os ritos de morte mudaram, com a construção desse novo espaço cemiterial. Por esse motivo, busquei caminhar em meio a essas veredas, que por algum tempo eram desconhecidas, em um caminho que me levou à percepção das mudanças dos locais de enterramento, dos significados da morte aos rituais do morrer. Morte, mortos e o morrer são palavras-chave que trilharam meu caminho diante da referente pesquisa.

Busquei verificar como o passado se faz presente no cotidiano, construindo espaços por meio dos sujeitos e de suas crenças. Assim, começando ao rés do chão, Jardim do Seridó está inserida em uma região que compreende o sertão do Rio Grande do Norte. Sertão este entendido enquanto “realidade fático-material, a noção de sertão não representa uma individualidade específica que o identifique como um ente telúrico dotado de particularidades intrínsecas” (MORAES, 2003, p. 1). Esse espaço é compreendido como uma paisagem, transformada pelo

tempo, em que sujeitos em suas diversas particularidades modelam o recorte regional por meio de sua cultura.

Dessa forma, a meu ver, o sertão foi compreendido como um espaço imprevisível e natural tanto quanto o fenômeno da morte. Observei algumas semelhanças entre o sertão enquanto espaço e a morte enquanto acontecimento, pois, mesmo buscando entendê-los, trata-se de processos que fazem parte de uma realidade vivida, modificada com o tempo e por meio de seus sujeitos e cultura.

A morte como fenômeno da natureza, a certeza que a vida tem um fim, impossibilita qualquer ser humano de aceitar o seu destino final. Como forma de certeza, mas uma certeza desconhecida, enigmática, que não é acompanhada de uma data precisa, a morte representa o fim diário, com o passar do tempo, morre-se todos os dias e a cada segundo. O sertão, “cravado na cruz do sol”, por assim dizer, uma região quente e distante do litoral, por algum tempo desconhecido e misterioso, teve seus significados descritos de forma semelhante aos da morte. Sob esse espaço, mais precisamente Jardim do Seridó, inclinei meu olhar e escrevi a presente pesquisa. A morte e o sertão como fenômenos ligados à relação humana, ao espetáculo da vida.

A pesquisa que deu início a esse estudo foi originada por volta de 2013, quando a autora se via de frente a perguntas sobre os ritos de morte e as formas de enterramento que ocorriam com o surgimento dos cemitérios no Seridó. No entanto, o propósito, naquele período, era estudar as cruzes que demarcam óbito nas estradas de Jardim do Seridó. Muitas vezes essas cruzes representam mortes trágicas e inesperadas, por esse motivo, para entender essa temática, foi feito um levantamento de bibliografias que tratavam sobre a morte, o morrer e os mortos, a princípio.

As referências bibliográficas e as fontes foram condutoras nesse caminho que traçou a desenvoltura da presente pesquisa. Houve um deslocamento do estudo das cruzes que estavam nas estradas para as cruzes que se encontravam no cemitério da referida cidade. Com o passar do tempo, os estudos foram conduzidos até o ponto em que se encontra esta pesquisa. Perguntas surgiram, observações foram feitas. A partir de então, passei a pensar para além do fenômeno da morte e seus ritos fúnebres, pois observei que nessa discussão cabia a problematização do espaço da morte, dos lugares insalubres, das doenças, dos discursos médicos e higienistas, responsáveis pela construção de uma nova Jardim, na segunda metade do século XIX. Observei que muitos fatores culturais que existiam nos cemitérios das igrejas foram levados para os cemitérios extra muros como posso citar dois deles: a existência de uma capela para a

celebração de missas das almas e a hierarquia do espaço da morte, tendo a valorização do espaço mais próximo da capela. Além disso, com o passar do tempo, começou a se preocupar com a elaboração de túmulos suntuosos, pois quanto maior e mais elaborado é o lugar da morte, mais riqueza, valor e prestígio há. As práticas culturais, que se transformam constantemente, conforme as relações que as pessoas mantêm entre si refletem no espaço. Dessa forma, a história que se entrelaça às representações humanas levou à percepção de ritos e espaços construídos por meio da observação de fatores que representam a morte, seus ritos e lugares de enterramento.

O estudo versa a respeito dos fatores que levaram à construção do cemitério público de Jardim do Seridó, no século XIX, as mudanças na cultura fúnebre tendo em vista como os projetos médicos e higienistas inseriram o lugar dos mortos nessa conjuntura. Para tanto, foi necessário discutir sobre vida e morte de pessoas que residiam em Jardim do Seridó, então Freguesia de Conceição³, nos idos do século XIX e início do XX, período em que houve a recorrência de doenças e número elevado de mortes, especialmente, de crianças, devido à passagem, nos portos do litoral, de pessoas infectadas e a contribuição dos espaços insalubres existentes.

Por meio dos relatórios e falas dos presidentes de província, foi observado que por volta de 1856, cresceu o número de pessoas, vítimas de cólera na Província do Rio Grande do Norte, fator que resultou em preocupação da população e para o presidente de província em questão, pois a ausência de profissionais da área da saúde, aliada à falta de um espaço que pudessem atender o número de doentes de forma isolada, contribuíram para o alastramento de doenças, além de cólera. Os discursos médico e higienista, que estavam em vigor no século XIX, contribuíram para a (re)construção de espaços urbanos, assim como os cemitérios no Brasil, que, com a imposição e construção dos mesmos, houveram mudanças culturais nos ritos religiosos, os quais movimentaram as representações fúnebres e a cultura material.

A morte foi observada como um fenômeno natural humano, vista como um evento produtor de discursos e espaços. Na fazenda de Conceição do Azevedo, na última década do século XVIII, deu-se início à construção da capela de Nossa Senhora Conceição, que, como vimos, por muito tempo serviu como lugar de sepultamento. Esses enterramentos nos cemitérios das igrejas tinham um peso significativo, pois, como escreveu João José Reis, “ser enterrado na Igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos,

³ Como era denominado Jardim do Seridó-RN, até 27 de agosto de 1874. O nome Freguesia de Conceição do Azevedo, o qual se utiliza a presente pesquisa, aparece no Livro de Tombo N° 1 (1857-1924).

inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido. Os mortos se instalavam nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida” (REIS, 1991, p. 171).

O cemitério de Jardim do Seridó, então povoado Conceição do Azevedo, foi construído em terreno doado por Antônio de Azevedo Maia (3º), e sua esposa Úrsula Leite de Oliveira. Não encontrei documento que mostre a data exata em que houve a doação do terreno, nem tão pouco a construção do cemitério, no entanto, vi que no Livro de *Tombo Nº 1 (1857-1924) de Jardim do Seridó* consta a informação de que o terreno do cemitério da povoação foi construído com a ajuda da população sob terreno doado por Antonio Maia (3º) e sua esposa Úrsula Oliveira, recebendo benção solene do então vigário, o Padre Francisco Justino Pereira de Brito, no dia 12 de março de 1858. E, no primeiro livro óbito, *Livro Nº 1 de Óbitos (1857-1903)*, da Paróquia, consta que desde 1857 já havia enterramento no cemitério da povoação, por falecimento de cólera morbus.

Quando estava à procura de fontes escritas para a referente pesquisa, encontrei, no Museu Antonio de Azevedo Maia Junior, em Jardim do Seridó, o *Livro 1: Qualificação dos Votantes do Município (1856-1866)*. Dentre as descrições de atas das reuniões políticas, pude observar que todos esses encontros aconteciam no espaço da sacristia da capela, servindo como lugar para reuniões políticas, que diziam respeito a questões de ordem pública.

Isso fez lembrar o que João José Reis (1991) descrevia sobre as igrejas como lugares de enterramento dos mortos e a relação que os vivos tinham com esse espaço, ficando em pé sob covas, as quais poderiam representar risco à saúde, devido doenças, que se proliferavam por meio dos miasmas ou “*emanações nocivas*, que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano” (CHERNOVIZ, 1890, p. 421).

Por questões de saúde, um conjunto de higienistas defendiam, desde o século XVIII, a censura eclesiástica de enterramento nas igrejas e a edificação de cemitérios públicos em lugares afastados dos centros urbanos, de preferência abaixo do nível da cidade, com localização arejada, para que não houvesse o contato tão recorrente entre a população e os mortos.

Um fator conveniente a se destacar, diante do espaço e tempo analisados pela revisão bibliográfica, é que as construções de cemitérios no Brasil e em Portugal causaram, em algumas

partes, estranhamento em uma parcela da população, servindo como motivo de revolta⁴. Por volta de 1862, Pedro Veloso, presidente de província, recomendava cemitérios o quanto antes para a região do Seridó, enquanto tomava os cemitérios de Jardim e Acari como “exemplos de decência”. Essa descrição fez pensar a respeito de como a população reagiu de forma a aceitar o novo lugar da morte para enterrar seus entes queridos.

O Vigário Francisco Justino, responsável pela administração da igreja de Nossa Senhora da Conceição entre os anos de 1856 a 1871, tinha forte influência sobre a população na época, e esse fator pode ser observado até os dias atuais em Jardim do Seridó, sendo celebrado seu aniversário anualmente pela comunidade religiosa.

Nesse viés, percebi que a popularidade do padre poderia ser resultado de interesses políticos, uma vez que o mesmo foi deputado no período imperial, de 1860 a 1861, e de 1868 a 1869. Diferente de costumes que prevaleciam entre vigários e padres no século XIX, podendo, por escolha, ser enterrado nas igrejas ou capelas, o mesmo deixou por escrito o seu pedido, através do testamento, para ser sepultado no cemitério público. Assim como o Padre Francisco Justino, nenhum outro sacerdote foi enterrado na igreja de Jardim do Seridó, depois que se deu a construção do cemitério.

Por meio desse jogo de indagações, notei transformações nos rituais fúnebres, assim como o entendimento a respeito da morte e do morrer, por volta da segunda metade do século XIX, resultando em fatores que contribuíram para a construção do cemitério público da povoação. Diante das fontes e bibliografias analisadas, buscou-se pensar sobre os procedimentos que ocorreram para que essas mudanças pudessem acontecer, tendo em vista as mudanças de enterramentos, impostas com a edificação dos primeiros cemitérios.

A bibliografia se encarrega de fornecer conhecimentos iniciais a respeito das produções em diversos ramos do conhecimento histórico. Quando se pensa em uma pesquisa, deve-se ter em mente como a historiografia atualmente produz o olhar a respeito do objeto. O referente estudo nasceu de uma inquietação inicial sobre como eram os ritos de morte em Jardim do Seridó, com o surgimento do cemitério. Dessa inquietação, foram surgindo outras questões com o desenrolar das pesquisas até, definir objetivos do referente estudo, que constituem nas seguintes perguntas a respeito de Jardim, enquanto um espaço sertanejo, na segunda metade do século XIX: Até que ponto as orientações médico-sanitárias foram capazes de modificar a

⁴ No primeiro capítulo, abordaremos a Cemiterada, em Salvador, e a Revolta de Maria da Fonte, em Portugal, como reflexos da recusa pela construção dos cemitérios extra muros.

relação da população local com os seus mortos? É possível entender como essa população pensava a respeito da morte e dos mortos? O que mudou com a construção do cemitério público e, assim, assinalando a manutenção de antigas formas de relação dos vivos com os mortos? Quais dificuldades os preceitos de saúde tiveram para se difundirem na região?

Não foi meu intuito escrever a história do cemitério público de Jardim do Seridó, pois, a meu ver, não faria sentido. O mais viável à referente pesquisa foi buscar entender os fatores que contribuíram para a construção do cemitério, tendo por objetivo a ligação deste com a percepção da morte e os rituais fúnebres. Foi a partir do lugar dos mortos que pensei a respeito dos vivos.

Entendi o cemitério como espaço físico que representa a população de Jardim do Seridó na segunda metade do século XIX. Por meio da cultura material, presente no cemitério, compreendi como se dava as formas de morte e morrer, tendo em vista a valorização e significados que giram em torno destes. Não se trata somente da morte e das formas de morrer, mas, precisamente, de como uma dada sociedade, por meio de uma época, compreende essa morte e, assim, (re) significa a vida. As formas de morrer estão ligadas às causas que levavam à população a óbito, sendo elas por meio de violência (que resultam em assassinatos) ou por doenças. Nesse caso, observamos as formas de morrer por meio das doenças que atingiam a população de Jardim do Seridó, na segunda metade do século XIX, e como o poder público lidava com essas mortes.

Analisei a cultura material por meio dos objetos deixados pelas pessoas que visitavam o lugar de sepultamento, assim como a composição das lápides, covas, sepulturas, mausoléus, túmulos... Essas abordagens me mostraram o quanto as pessoas estão ligadas ao lugar de morte, e o quanto há a preocupação diante da imagem e representação dos seus entes queridos. De forma religiosa ou não, o lugar de morte imprime a identidade do morto, da sua família e da sua comunidade, uma vez que trata-se da composição de ritos, fatores culturais e sociais, expostos por meio do túmulo, jazido, sepultura, cova, flores, velas, fotografias, e demais símbolos e lugares escolhidos que possivelmente representam a vontade do vivo, antes de morrer – em sua preparação para a morte –, ou até mesmo a vontade de seus familiares, amigos ou pessoas próximas.

Para tanto, o recorte temporal analisado, parte da segunda metade do século XIX, com a construção do cemitério, e se estende até início do século XX, onde o espaço passou por transformações na sua percepção de lugar dos mortos. Esse período tinha como intuito a civilização dos trópicos, advindos de ideais médicas, sanitaristas e urbanistas, que refletiram em todo o Brasil. Buscou pensar a respeito da inserção dos mortos nas cidades dos vivos,

refletindo sobre os contatos, convívios e impasses culturais que tenham resultado nas modificações do cemitério e da cidade de Jardim do Seridó, refletindo fortemente nos rituais de morte, superlotação da morada dos mortos e nas transformações urbanas. O cemitério, neste trabalho, foi problematizado a partir da representação de um tempo que compreendia modos de vida, com o intuito de realizar um projeto de civilização sob embates de tradições, convívio cultural e social.

Dessa forma, foi necessário pensar a respeito de um método que conduzisse as fontes para a realização da pesquisa de tal forma que pudesse trabalhar o conjunto documental de maneira variada e abrangente. A produção historiográfica que estuda a história em que hoje é a cidade de Jardim do Seridó é reduzida, se comparada a outras regiões do Seridó. O que se tem em termos acadêmicos, como serão citados a seguir, são pesquisas voltadas para o Seridó de forma abrangente, evidentemente justificável, pois as fontes das referidas pesquisas partem da Freguesia de Sant'Ana do Seridó, atualmente Caicó. Por ser a freguesia mais antiga do Seridó, esses documentos servem como suporte para descrição histórica da região. No entanto, acha-se necessário observar aqui, é que esse estudo, ao mesmo tempo que aborda a região Seridó, diante da sua história e seu espaço, dissolve questões particulares como a produção historiográfica existente sobre Jardim do Seridó, pois são fontes que partem diretamente de acervos existentes na referida cidade, como acervo paroquial, do fórum, cartório, museu e câmara dos vereadores.

Para a interpretação das fontes foi necessário um conhecimento prévio a respeito do cemitério e do tempo, como fatores responsáveis por sua construção. Por esse motivo, a bibliografia analisada nesta pesquisa faz uma explanação sobre ritos de morte, discursos higienistas, o tempo da modernidade e a percepção da construção espacial urbana. O intuito foi relacionar essas temáticas abordadas, pensando a escrita do espaço que se encontrava à margem do centro urbano, voltando a atenção para a cidade dos mortos, pois, como citado, tem-se como objetivo compreender as transformações culturais e urbanas ao longo da segunda metade do século XIX.

Na França do século XX, pesquisadores como Michel Vovelle, Pierre Chaunu, Edgar Morin e Philippe Ariès escreveram sobre a morte e seus ritos fúnebres, assim como o comportamento que as pessoas tinham em relação à preparação desta. Em especial, foi utilizada a obra *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média* e *O Homem diante da morte*, ambos do historiador francês Philippe Ariès (1989; 2014). Ao abordar sobre o comportamento

da *boa morte*⁵, Philippe Ariès mostrou o quanto essa prática era recorrente entre os cristãos que acreditavam na salvação no Além mundo. Esta obra serviu como referência, também, para pesquisas sobre cultura da morte no Brasil, pensando como as pessoas se comportavam diante da morte em tempos históricos que iam da Idade Média ao século XX, levando em consideração os ritos fúnebres, as sepulturas, enterramentos e os testamentos.

No Brasil, observou-se que estudos sobre cultura de morte e morrer, e a construção de cemitérios, sobretudo na Bahia, de forma a pensá-la como um fator social foi João José Reis. Sua obra *A morte é uma festa*, publicada inicialmente em 1991, têm reconhecimento nacional e internacional por abordar a respeito de uma questão estrutural entre senhores e escravos, mostrando, através dos ritos de morte como se dava esse cotidiano. A obra foi necessária no decorrer da presente pesquisa, pensando o trato com a morte no século XIX, tendo em vista os enterramentos que ocorriam nos solos das igrejas. Ao abordar sobre a *Cemiterada*, um acontecimento de revolta que se deu na Bahia com a construção do cemitério, João José Reis (1991) mostrou que houve a recusa por parte da população sobre os novos ritos de morte, sobretudo pelas irmandades. Ao analisar esse acontecimento em conjunto com as abordagens de fontes, foram descartadas revoltas na povoação de Conceição do Azevedo, com a construção do cemitério público, no entanto, não foi excluída a possibilidade de negação da população sobre o novo lugar de enterramento.

As relações culturais existentes na percepção da morte, abordadas por Philippe Ariès e João José Reis estão ligadas desde o período que compreende o século XVIII. Os fatores culturais analisados são repositórios acumulados de tempos que persistem no imaginário e na ação recorrente de muitos cidadãos, compreendidos na povoação de Conceição do Azevedo.

Claudia Rodrigues (1997) estudou a respeito das tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro, bem como os fatores que levaram à construção do cemitério. Ao abordar o lugar dos mortos, foi pensado sobre a relação com os vivos e a constatação de que tanto na Corte, como em outras cidades no Brasil, houveram transformações desses rituais, principalmente, pelas proibições de sepultamentos nos interiores das igrejas, prática cristã advinda com o período colonial.

Desde o ano de 2004 foi formada a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), sendo uma entidade sem fins lucrativos, fundada através de encontros que se deram entre estudiosos ligados à temática da morte, e como esse assunto levou à construção de

⁵ Que se tratava da preparação do moribundo, com todos os rituais que pediam a igreja católica, antes de morrer, pois temia a morte inesperada, uma vez que não era possível se redimir de todos os pecados que foram realizados em vida, sendo que “uma boa morte resgatava todas as faltas” (ARIÈS, 1989, p. 35).

cemitérios pelo Brasil. Desde então, a entidade reúne pesquisadores relacionados aos mais diversos assuntos ligados aos cemitérios, de diversas partes do país, e manifestações da morte e morrer. Ao acompanhar os estudos da ABEC, teve-se o conhecimento a respeito da obra de Renato Cymbalista (2002), intitulada *Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. O estudo de Cymbalista fez compreender a arquitetura cemiterial formada em homenagem aos mortos como reflexo das atitudes e projeções perante a própria morte.

Ao analisar o Cemitério Público de Bom Jesus da Redenção no século XIX, situado em Recife, a pesquisa de Vanessa Sial (2005), contribuiu para compreensão das transformações que se deram por meio das imposições sanitárias, sobre o controle das moléstias. O trabalho intitulado *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*, fez pensar a relação entre Igreja e Estado, tendo em vista a mudança nos rituais fúnebres e os modos de enterramento, na segunda metade do século XIX, compreendendo se houve a negação por parte da Igreja a fazer enterramentos no cemitério público, gerando processo decisivo na secularização⁶ da morte no Brasil oitocentista. Em conjunto com o estudo de Vanessa Sial, foram feitas leituras a respeito dos fatores responsáveis pela construção do primeiro cemitério de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

O trabalho que se encarregou de abordar sobre a construção do cemitério do Alecrim, foi do historiador Diego Tavares. Ao analisar os fatores que levaram à construção do cemitério do Alecrim, Tavares (2020) observou que só houve enterramentos nesse local, de fato, quando foi instalada uma capela, ou seja, quando foi feita exatamente a extensão da Igreja. Esse diálogo mostrou outro viés a respeito das fontes, consistindo nas abordagens sobre resistências por parte da população a esse respeito, resultando na flexibilidade do pensamento sobre a relação que se tinha entre Igreja e Estado no século XIX, e o quanto esse fator conduziu as formas de enterramento.

Devido o recorte temporal analisado, as formas de ver e ritualizar a morte são reflexos do contato com europeus, africanos e indígenas, que se deram no período colonial. Com os primeiros contatos europeus, advindos com a colonização da América, por volta dos séculos XVII e XVIII, quando houve a ocupação e produção pastoril, assim como a instalação de capelas e igrejas nas ribeiras seridoenses. Com o aumento das povoações, as representações e

⁶ A esse respeito, concorda-se com Diego Tavares no entendimento de que secularização “é o processo diretamente ligado ao advento da modernidade e que consiste na separação da religião das estruturas sociais e políticas” (TAVARES, 2020, p. 21).

crenças europeias, unidas à cultura cristã, africana e nativa, resultaram os traços culturais do povo sertanejo (MACÊDO, 2011; SANTOS, 2011).

No Seridó, os estudos sobre a morte e seus rituais estão presentes nos trabalhos de Lourival Andrade Júnior e Alcineia Rodrigues dos Santos, que foram utilizados para um entendimento sobre como se deram as instalações de cemitérios e as mudanças nos ritos de morte na região. Andrade Júnior tem pesquisas voltadas para o campo da cultura popular estudando, sobretudo, milagreiros e sua relação com o espaço cemiterial. Alcineia Santos (2011) estudou o processo de sacralização e a instalação dos cemitérios no Seridó, por meio das fontes documentais de paróquias e da Freguesia de Sant'Ana, atualmente Paróquia de Sant'Ana, na cidade de Caicó (RN). Suas pesquisas serviram de fontes bibliográficas para trabalhar o assunto proposto, pois a autora abordou a cultura fúnebre no Seridó tendo como recortes temporais os séculos XVII, XVIII, XIX e XX. Os trabalhos de Andrade Júnior (2011) e Alcineia Santos (2011) foram analisados na compreensão e distinção entre os processos de sacralização e ritos de morte no Seridó para a abordagem desses acontecimentos em Jardim do Seridó, pois os recortes temporais que designam as fontes aqui estudadas se tratam do período dos discursos médicos e higienistas da segunda metade do século XIX, e a formação espacial do cemitério como reflexo de um processo cultural.

Alcineia Santos, ao abordar a implementação dos cemitérios extra muros no Seridó, observou que

Apesar de essa motivação ter tido início no período das moléstias, a documentação aponta que o Seridó só veio a ter um cemitério devidamente regulamentado no ano de 1873, como parte de uma proposta de reordenamento urbano, mesmo que se tenha iniciado a construção, em algumas povoações, em 1856, conforme apontou a nossa pesquisa (SANTOS, 2011, p. 282).

No entanto, ao analisar o primeiro livro de óbito de Jardim do Seridó (1857-1903), notei que os enterramentos já eram feitos no cemitério da povoação desde 1857, antes mesmo da bênção solene, que ocorreu em 1858. Por esse motivo, observei a relevância do presente estudo, pois ao tomar o Seridó por meio das fontes advindas das freguesias mais antigas perde-se algumas particularidades perdidas, pois o costume é um fator particular e não abrangente, como tratam da universalização da cultura popular. Contudo, foi necessário o conhecimento sobre o assunto para se entender como se deram as orientações recebidas e praticadas em situações sociais específicas.

A partir disso, torna-se possível entender como as pessoas experienciam determinados espaços e como tomam para si os valores que atribuem a eles. Lugar é o sentido de território, de identidade, proximidade com o ser, é intimidade e envolvimento. Para compreender como se deu a relação entre cemitério e as pessoas que entendem esse espaço, foram utilizados os conceitos do geógrafo Yi-Fu Tuan que descreveu a diferença entre lugar e espaço através da experiência. Dessa forma, a experiência é ligada ao tempo e ao valor sentimental, sendo ela

Constituída de sentimento e pensamento. O sentimento humano não é uma sucessão de sensações distintas; mais precisamente, a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que poderíamos falar de uma vida do sentimento como falamos de uma vida do pensamento (TUAN, 2013, p. 19).

As pessoas atribuem significados e organizam o espaço e o lugar à sua maneira, no qual um conjunto de comportamentos semelhantes refletidos no espaço é observado como fatores culturais, desenvolvidos por pessoas de uma região que influencia o comportamento e os valores humanos. Compreendo que a experiência é o modo com que as pessoas dão valor e significado à morte de forma íntima. Desse modo, o lugar de sepultamento resulta em expressões de sentimentos, percepções e memórias. Trata-se de uma característica própria. Se levar em conta todo o resto do espaço cemiterial, não haverá ligação sentimental tanto quanto existe no lugar que o ente querido foi enterrado. O cemitério passou a ser observado, por meio da cultura material, como lugar de memória, das experiências de seus agentes que nele reproduzem suas particularidades culturais, levando em consideração a família, o grupo, o bairro e até mesmo a cidade, pois trata-se da relação que o vivo tem com o lugar para recordar a pessoa que morreu.

O espaço em que se encontra o cemitério, sendo, a princípio, localizado à margem do centro urbano, foi problematizado a partir do estudo de Michel de Certeau, que, por meio das práticas dos homens percebeu a transformação do espaço da cidade. Conforme as relações que mantém, as pessoas definem articulações de um conjunto de elementos dispersos, tomando forma na medida em que há interação entre eles, através de ações, discursos e práticas. Assim, “a aliança da cidade e o conceito jamais os identifica, mas joga com sua progressiva simbiose: planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber o poder articular” (CERTEAU, 1998, p. 172). A análise de Certeau me fez pensar sobre a perspectiva social dos espaços da morte e dos vivos, tanto quanto seus agentes praticantes. Por esse motivo, foi um desafio, mas um desafio necessário, buscar

entender de que maneira o cemitério passou a se aproximar da cidade, reduzindo a distância entre os mesmos por meio do tempo, e como as pessoas passaram a residir em seu entorno, fazendo com que as mudanças culturais acontecessem de forma a ressignificar o lugar dos mortos na cidade dos vivos.

Mesmo com as medidas tomadas através dos planos urbanos do início do século XX, como construção de estradas, vias, ruas e prédios públicos, o cemitério, aparentemente, não estava incluso nos planos de urbanização, geridos pelos órgãos municipais, como pode ser notado através do estudo de Diego Gois (2012). Os centros de poder foram e são formados e difundidos por meio de sistemas que articulam leis e normas, podendo ser observados através dos discursos médicos e das vozes dos políticos, no século XIX, dos códigos de posturas e dos contatos que esses políticos tinham quando estudavam em grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e/ou Recife.

Assim, população teve participação ativa no que dizia respeito à condução e construção dos espaços. Para Michel de Certeau (1998), o Estado e as instituições são responsáveis por regular os sujeitos através de estratégias, as quais descrevem modos de se comportar no lugar, sendo as táticas formas de escapar desses planejamentos. Por meio das táticas que o espaço é criado.

Nesse sentido, pensei a respeito da pesquisa, tendo o cemitério público de Jardim do Seridó como espaço central para uma análise sobre a relação social e cultural. Foi necessário saber lidar com o elo entre a cidade e sua margem, tendo em vista o crescimento de ambos e a conexão com o urbano. Mesmo sendo o intuito dos higienistas no século XIX construir cemitérios distantes das cidades, para que não houvesse contato frequente da população com os mortos, que foram vítimas de doenças contagiosas, a construção de casas e lugares públicos no entorno do cemitério público de Jardim do Seridó fez com que se pensasse sobre o crescimento urbano sem um projeto urbano, onde os praticantes da cidade constroem, a partir de suas experiências, os espaços.

Para se dá consistência ao trabalho, houve o contato com fontes impressas e virtuais. Em Jardim do Seridó, fiz a coleta de documentos por meio de visitas nos setores jurídico, religioso, legislativo e administrativo da referida cidade, assim como acervos particulares de jardinenses, todos do século XIX e XX. No entanto, só foram utilizadas fontes relacionadas ao período aqui abordado, ou seja, segunda metade do século XIX e início do XX. As idas ao cemitério público me proporcionaram uma sensibilidade diante de seu espaço para a realização do mapeamento, assim como facilitou o entendimento a respeito do espaço interno, bem como seu crescimento. Por não haver um Plano Diretor de Jardim do Seridó, que mostrasse o

planejamento urbano da cidade, o mapeamento desta foi aferido por meio da análise de compra e venda de terrenos e imóveis nas localizações circunvizinhas do cemitério, no entanto, não foi utilizado na referida pesquisa para escrita, pois se trata do período de 1990. A informação a respeito do mapeamento foi necessária para dizer que não havia plano diretor da cidade.

Para uma melhor organização e entendimento, tendo em vista a quantidade de fontes levantadas, fiz a seguinte divisão: I) Documentos manuscritos, datilografados, digitalizados, digitados e impressos – registros de óbito da paróquia e do cartório, testamentos que se encontram no fórum judicial da referida cidade, registros de imóveis, decretos e leis, códigos de posturas, livros de pagamentos da prefeitura, livros de atas, qualificação dos votantes do município e livro de tombo, fotografias (de velórios, enterros e cortejos fúnebres) e cartilha da doutrina cristã em acervo particular; II) Meios eletrônicos – falas e relatórios dos presidentes de província (século XIX), coleção de leis e outros documentos oficiais de Portugal (século XIX), dicionário de medicina popular (1890) e senso demográfico (século XIX). Vale ressaltar que todas essas fontes analisadas compreendem a segunda metade do século XIX, e estão listadas na parte Fontes, ao final desta dissertação.

A metodologia vincula-se a atuações concretas, dirigidas à resolução de um problema. Mais do que o pensamento, remete à ação. “Para isso, o método indica regras, propõe um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realizá-la com eficácia. Constitui-se de ‘regras precisas e fáceis’, como diz Descartes, ‘para não desperdiçar as forças de sua mente’” (DIONNE; LAVILLE, 1999, p. 11, grifo dos autores). A abordagem é o tratamento das fontes, o campo de observação, o método. Por isso, as fontes foram tratadas através da História Seriada, utilizando séries temporais de unidades homogêneas e comparáveis, com o intuito de compreender as manifestações culturais materiais e imateriais produzidas pelas relações humanas na segunda metade do século XIX e início do XX. As referidas fontes foram selecionadas em forma de série, visando o recorte voltado para a tríade: tempo, espaço e discurso.

Através da História Seriada, utilizada por Fañçois Furet (1995), propus o diálogo do conjunto de princípios e procedimentos interpretativos que contêm a proposta de um método voltado para a análise do detalhe tido como fator secundário, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma para se ter uma interpretação do contexto abordado.

O método serial serviu como uma abordagem dos documentos de óbito, pois se trata de um recorte temporal mais amplo (a segunda metade do século XIX até inícios do XX). Dessa

forma, “a série descobre um tempo que não é mais o impulso periódico e misterioso do acontecimento, mas um ritmo de evolução de agora em diante mensurável, comparável, e duplamente diferencial, caso o examinemos no interior de uma mesma série ou comparemos uma série a outra” (FURET, 1995, p. 58). Essa metodologia ajudou na elaboração de tabelas para a comparação dos dados e entendimento dos acontecimentos que implicavam um maior número de mortes, em determinadas datas no município de Jardim do Seridó.

O estudo proposto foi desenvolvido, principalmente, com base em coleta e análise de fontes documentais encontradas na Secretaria Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, no acervo do Único Ofício de Notas de Jardim do Seridó-RN, Museu Antonio de Azevedo Maia⁷, no acervo histórico da Câmara dos Vereadores, no arquivo da Prefeitura Municipal e no Fórum Judiciário, todos localizados na referida cidade. Importante salientar que alguns documentos se encontram em bom estado de conservação, levando em consideração sua idade. No entanto, e infelizmente, é necessário ressaltar que o descuido com os documentos históricos ainda prevalece em alguns setores públicos.

Por uma escolha particular, fui ao cemitério inúmeras vezes para acompanhar as informações que vinham expressas nos documentos. Mesmo com as mudanças que se deram no espaço no decorrer desses 162 anos, essas visitas me proporcionaram uma viagem no tempo, uma vez que pude observar os detalhes por meio das mudanças. Como se trata de uma pesquisa voltada para a discussão de ritos culturais e a percepção do espaço, a abordagem em campo, sobre a cultura material, foi um fator de suma importância. O espaço interno foi observado como um todo, das covas mais antigas às atuais, visando analisar os túmulos, as lápides, os terços, velas, identificações pessoais, fotografias e quaisquer outros vestígios materiais. A pesquisa em campo serviu para compreender os signos e significados produzidos pelas pessoas, uma vez que estes são reflexos de suas representações culturais. O espaço externo foi observado como resultado das transformações urbanas ao longo do tempo.

Ao ler as fontes, observei mudanças na escrita testamentária, nos dados expressos nos livros de óbito, que variavam, também, de acordo com a instituição, seja o livro escrito pelo padre (registro de óbito feito pela igreja católica), ou escrito pelo tabelião (registro de óbito feito no cartório), pois ambos os livros expressavam os dados pessoais do falecido de forma diferente, variando nomes, datas, idades, filiação, condição social, naturalidade, faixa etária, doenças e número de mortes. Já nos testamentos que analisei, por exemplo, havia a variação na

⁷ Museu municipal de Jardim do Seridó-RN.

descrição de como os bens eram deixados e como deveriam ser separados, as missas devidas, a escolha pelo lugar de enterramento, assim como as mudanças existentes na composição das escritas testamentárias.

A partir do que foi analisado, pretendeu-se discutir o cemitério como espaço e lugar, com a finalidade de entender suas dimensões culturais e relações de produção, indo de encontro com fatores que levaram à mudança nos ritos fúnebres, pois estes estavam ligados às formas de entender e significar a morte. A cultura material, em conjunto com a produção dos acontecimentos sociais, tornou possível pensar o conjunto de uma produção do espaço historicamente construído. Por esse motivo, fiz o levantamento dos dados supracitados, sendo necessárias fotocópias dos documentos, preenchimento de ficha registro e anotações em cadernos, agrupados e organizados em séries de informações relacionados ao que foi pesquisado.

Dessa forma, fiz uma breve Introdução do trabalho para apresentar aos leitores o caminho trilhado por mim, nessa trajetória investigativa. Aqui abordei, um pouco dos processos que levaram à questão de partida, à pergunta que conduziu a pesquisa, os objetivos, a relevância acadêmica, o teor científico, as obras bibliográficas, as quais considero como lentes microscópicas, e, por fim, os métodos e fontes responsáveis como força motora na condução do trajeto investigativo.

A impressão que o leitor terá, acredito, é que se trata de um recorte temporal longo, abarcando tempos diferentes como a segunda metade do século XIX até o XX, no entanto, neste período de tempo foram analisados apenas fatores condizentes com as palavras-chave “higienismo”, “cemitério”, “ritos de morte”. Não se trata de uma longa pesquisa, por uma jornada de dois séculos. Mas, sim, de uma pesquisa que fez análise de séries documentais a um prazo de pouco mais de 50 anos (1850-1904), valendo-se com o objetivo de entender as mudanças na percepção da morte, dos mortos e a criação do cemitério público. “Dessa forma, a estrutura inclui cronologicamente vários tipos de combinações de séries, ou seja, várias conjunturas. E é a partir do exame atento dessas conjunturas sucessivas e de seus traços diferentes e comuns que essa estrutura é atualizada” (FURET, 1995, p. 60).

Portanto, a presente investigação foi estruturada em três partes/capítulos.

Na primeira parte, foram investigados os fatores anteriores à construção dos cemitérios extra muros. Apresentei a região sertaneja, com foco em Jardim do Seridó, enquanto povoação Conceição do Azevedo, para que houvesse a compreensão do espaço em que serviu como

recorte espacial da referida pesquisa. Dessa forma, as fontes abordadas passaram a mostrar que houve um índice considerável de doenças e mortes nesse período da segunda metade do século XIX, sobretudo, morte de recém-nascidos e crianças até quatro anos. Também foi entendido que as doenças eram particularidades de algumas regiões, tendo em vista que, segundo os presidentes de província, não houve o surto de doença como a febre amarela que tanto causou preocupação no país por ser a que mais atingiu o Rio de Janeiro, então capital do Império.

Na segunda parte, escrevi a respeito da construção dos primeiros cemitérios públicos do país, para compreender semelhanças nos fatores que contribuíram para a construção do cemitério público de Jardim do Seridó, na segunda metade do século XIX. Por meio dos relatórios e falas dos presidentes de província, a partir da segunda metade do século XIX, observei que havia a preocupação, também, por parte dos discursos médicos e higienistas, dos espaços insalubres, responsáveis por propagarem as doenças que causavam tantas vítimas nesse período. Dentre esses espaços, estavam as sepulturas, localizadas nos interiores das igrejas. Os cientistas responsáveis pelas teorias higienistas também formaram o pontapé inicial para que houvesse a construção de cemitérios extra muros em todo o Brasil. Não diferente desta realidade, estava a freguesia de Conceição do Azevedo, que teve seu cemitério construído com a ajuda da população.

Na terceira e última parte, foram abordadas as transformações dos ritos de morte, com a transposição dos sepultamentos das igrejas para os cemitérios com o intuito de analisar como se deu o entendimento da morte e do morrer por essa população, assim como a significação do novo espaço de enterramento. Foram observados os índices de morte, a produção testamentária e o cuidado com as preparações da boa morte. A preocupação com o Além mundo não era mais tão visível em fins do século XIX como fora anteriormente. A partir desta indagação, buscou-se entender a relação das pessoas com o novo lugar dos mortos.

Capítulo 1

NO CORPO E NA ALMA: AS MOLÉSTIAS, A MORTE E OS DISCURSOS HIGIENISTAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Longe vão os tempos em que a hygiene era apenas considerada como arte de conservar a saude.

(...). A este pertencem hoje todas aquellas que attingem não só ao melhoramento physico e moral do homem, como também ao aperfeiçoamento e engrandecimento de suas faculdades corporaes e intellectuaes; e bem assim tudo quanto directa ou indirectamente possa contribuir para beneficia-lo na ordem social e na vida privada (LAVRADIO, 1878, p. 3)⁸.

1.1. Vão-se os tempos em que a hygiene era apenas arte de conservar a saúde

A citação acima faz parte de uma Nota ao Leitor, do livro *Apontamentos sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro* (1878). O estudo foi realizado pelo médico José Pereira Rego⁹ – Barão de Lavradio, tratando, particularmente, da análise dos fatores que contribuíram para a morte de pessoas no Rio de Janeiro, sobretudo, de crianças, assim como um olhar a respeito do movimento dessa população nos primeiros quatro anos após o recenseamento de 1872.

A hygiene pública passou a ser uma pauta para as principais discussões no século XVIII e, sobretudo, no século XIX, quando os princípios iluministas tornavam práticas os conhecimentos científicos e passaram a intervir nos espaços públicos, na vida privada e na prática social das pessoas, pois estes se mostravam fatores contribuintes para a disseminação de doenças desse período. A partir dessa premissa, eram considerados espaços insalubres

⁸ LAVRADIO, José Pereira Rego, Barão de. **Apontamentos sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro particularmente das crianças**: e sobre o movimento de sua população no primeiro quatriennio depois do recenseamento feito em 1872. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221735>>. Acesso em: 10/02/2020.

⁹ Como aparece escrito na abertura do referente livro, o Barão de Lavradio foi “Medico da Imperial Camara, Comendador das Ordens de Nosso Senhor Jesus Christo, Imperial da Reiz de Francisco José d’Austria, e de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Viçosa de Portugal, Presidente da Imperial Academia de Medicina, e da Junta Central de Hygiene Pública, Inspetor de Saúde do Porto, Inspetor Geral do Instituto Vaccinico, Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, formado em cirurgia pela antiga Academia medico-cirurgica da mesma cidade, Membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, efetivo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, Benemerito da Imperial Sociedade Amante da Instrucção, membro correspondente da Academia medico-cirurgia de Turim, da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Sociedade de Sciencias Medicas da mesma cidade e da Sociedade Hygienica de Pariz, etc” (LAVRADIO, 1878, s/p.).

aqueles que não tinham boa circulação de ar, fazendo com que se acumulassem pessoas e, conseqüentemente, estivessem mais propícios à forma de contágio.

Na província do Rio Grande do Norte, foi a partir do século XIX que o Estado passou a mediar os centros urbanos por meio dos discursos médico e higienistas, pois segundo Angela Ferreira,

As doenças passaram a ser associadas às péssimas condições de vida geradas pela superpopulação, pela miséria, pelo excesso de trabalho, pela má alimentação e pela proximidade com os excrementos. Somando-se a isso, verificavam-se a insuficiência de ventilação, a pouca insolação das habitações e a sujeira dos logradouros públicos, como fatores mórbidos (COSTA; ABREU apud FERREIRA, 2008, p. 39).

As teorias higienistas estudadas nos cursos de medicina da Europa influenciaram fortemente os estudos no Brasil. Em 1846, José Ferreira Passos defendia sua tese médica, junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Com seu trabalho, Ferreira Passos buscou mostrar as influências perniciosas derivadas da prática de enterramentos nos templos religiosos. As infecções causadas pelo ar resultavam dos miasmas. Os templos religiosos, por enterrarem os cadáveres nos interiores, representavam um dos maiores proliferadores de doenças. A saber, “a casa do Senhor continuou a ser o laboratório de produtos miasmáticos, que abafavam o cheiro delicioso do incenso” (PASSOS apud SIAL, 2005, p. 19).

No decorrer do século XIX, houve surtos de doenças no Brasil. Essas doenças foram responsáveis por atingir e causar a morte de parte da população. A proliferação de doenças se dava por meio de águas contaminadas, que conseqüentemente irrigavam frutas e vegetais, que serviam de alimentos e, para além desses fatores, havia a transmissão de doenças por meio da picada de mosquitos. Os miasmas serviram de suporte para discussões médicas no século XIX, pois havia forte concentração do ar impuro, vetor de transporte das pestes, responsáveis por adoecer e matar um número considerável de pessoas. Em meio a essas discussões, os cemitérios extra muros passaram a ser assuntos discutidos nas cadeiras dos cursos de medicina, como um local de menor perigo à população, desde que sua construção seja afastada dos centros urbanos, pois assim não seria um espaço tão frequentado como anteriormente, nas igrejas, reduzindo o mesmo como ameaça à saúde da população.

Segundo Sidney Chalhoub (1996), na primeira metade do século XIX, o Brasil se mostrava um país que aparentemente não temia as grandes moléstias que devastavam um número considerável de pessoas no Novo Mundo. A justificativa era de que o Brasil, na época, ao contrário de outros países, parecia mostrar boas condições de salubridade, isso não queria

dizer que assim fosse. Mesmo com clima e posição geográfica considerados propícios para o alastramento de doenças que aterrorizavam outros países quentes, segundo o conhecimento médico, na primeira metade do século XIX, a febre amarela e a cólera não pareciam ser ameaças para a população.

Já na segunda metade do século XIX, existiu um número significativo de vítimas no Brasil, atingidas pela cólera, compreendida como “moléstia aguda, rápida em sua marcha, muito dolorosa e grave, cujos symptomas mais notáveis consistem em vômitos numerosos, evacuações alvins abundantes, supressão das urinas, e caimbras nos membros” (CHERNOVIZ, 1890, p. 577-578). No entanto, a febre amarela foi a doença que mais causou discussões entre os médicos higienistas do Rio de Janeiro. Quando a febre amarela se apresentou no Brasil, alguns estudiosos do assunto demoraram a acreditar, pois se tratava de uma doença grave, que poderia levar à morte rapidamente. A descrição dessa doença aparece no dicionário da seguinte forma:

Esta moléstia é particular a certos paizes quentes. (...) É caracterizada pela côr amarella da pelle e pelos vômitos pretos. (...) A febre amarella não era conhecida no Rio de Janeiro antes de 30 de dezembro de 1849, dia em que pela primeira vez se manifestou nesta grande cidade, (...) os médicos do Rio de Janeiro duvidavam tanto do apparecimento da febre amarella no Brazil, que, quando esta moléstia se declarou no anno de 1849, a designavam a principio com os nomes de febre grava, febre com symptomas cerebraes, febre typhoide, febre reinante, etc (CHERNOVIZ, 1890, p. 1087, grifos do autor).

Precisamente por volta de 1849, essas doenças apareciam aos poucos. Os casos de febre amarela surgiram a partir daquele ano, no Rio de Janeiro, e só retornou em 1870. Ao que consta na fala do então presidente da província José Joaquim da Cunha, em 1851, a febre amarela, que tanto causou pânico nas demais províncias, pouco afetou a do Rio Grande do Norte, pois

A febre amarella, que tendo feito estragos em outras Provincias, parecia querer poupar esta; appareceu finalmente em Setembro do anno passado durante quasi dez mezes. A Comarca da Maioridade ficou preservada, mas o litoral das outras duas foi mais ou menos atacado; na cidade do Assú, e na Villa de Macao a febre foi benigna, as cidades, que mais soffreram, foram a de São José do Mipibú, e com especialidade a Capital. Forneceram-se remedios á pobreza pagos pelos cofres publicos. (...)

Não tenho dados certos sobre o numero das victimas da febre amarella; mas julgo poder affirmar-vos, que pouco passou de duzentas (RELATORIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1850, p. 7).

A febre amarela foi uma doença que causou preocupação, pois prevaleceu, sobretudo, na capital do império, atingindo pessoas sem distinção, causando um descontrole nos higienistas da época. Segundo Sidney Chalhoub, “as estimativas indicam que mais de um terço dos 266 mil habitantes do Rio contraíram febre amarela no verão de 1849-50. (...) A febre amarela reapareceu regularmente nos verões seguintes, provocando sempre a fuga apressada dos habitantes mais abastados da capital” (CHALHOUB, 1996, p. 61). Entre as medidas tomadas nos idos do século XIX, estava o discurso de embranquecimento, no qual consistia em importar imigrantes europeus no Brasil para trabalhar, com o intuito de eliminar, de vez, a cor e a cultura africana, advinda no período colonial e imperial. Entre as políticas higienistas, essa ideia era fundamentada em uma ideologia racial, que buscava a eliminação da herança africana da sociedade brasileira, por meio de políticas raciais sob os panos de operações específicas da saúde pública. A partir de 1850, começaram a discutir sobre a propagação da febre amarela. O sofrimento era uma das causas de perturbação dos habitantes da Corte. O vômito preto e a cor amarela dos doentes causavam medo na população. As colunas de jornais do Rio de Janeiro descreviam esse fenômeno como a “cólera divina” que alastrava o território como forma de castigo pelos espetáculos públicos, ligados à libertinagem das festas, bailes e perdições. Havia um desespero avassalador entre as autoridades, médicos, religiosos e as pessoas em geral, para a busca rápida da explicação das doenças e, sobretudo, a morte. O bem estar dos vivos, agora, estava frente à solidariedade para com os mortos (CHALHOUB, 1996).

Cláudia Rodrigues (1997) apresentou os fundamentos religiosos, no Rio de Janeiro, os quais se dividiam entre a fúria de um Deus colérico e um santo enfurecido, pela recusa dos brancos de carregar seu andor. Com isso, existia, entre os argumentos religiosos, uma explicação para justificar as doenças e tais acontecimentos. Com um território que buscava a secularização e um afastamento entre a relação Estado e Igreja, a ira divina se mostrava sobre a Terra como advertência perante as formas de desrespeito com o Deus-Todo-Poderoso, representado por meio da igreja católica. Claudia Rodrigues assim descreveu um acontecimento na Corte, que era a explicação eclesiástica da fúria de São Benedito:

Neste caso, o ofendido teria sido São Benedito que, em represália, causaria a epidemia. A origem da ofensa estaria em um episódio ocorrido em 1849, quando o andor de São Benedito deixava de figurar na *procissão das cinzas* que, anualmente, percorria a cidade. Durante dois séculos o santo devoto dos negros tivera seu lugar na procissão, após o de Santa Isabel de Hungria. Naquele ano, no entanto, segundo o memorialista Vivaldo Coaracy, ‘alguns terceiros, mais suscetíveis às distinções de pigmento cismaram que ‘branco não carrega negro nas costas, mesmo que seja santo’, e São Benedito não encontrou quem lhe levasse o andor, ficando ‘depositado’ na sacristia. ‘Não

tardaram, naturalmente, logo as beatas a propalar nas massas crédulas a afirmativa de que tão tremendo castigo era indubitável efeito da cólera vingativa do santo ofendido' (RODRIGUES, 1997, p. 43, grifos da autora)

Por meio dessa descrição é possível notar a recusa de uma população branca em carregar um santo negro, pois poderia representar a submissão de uma raça sobre a outra, fator que causava receio. O que justificou o horror da população branca, e sustentava a referida teoria religiosa, foi a constatação de que a febre amarela atingia mais “brancos” do que negros, principalmente negros de origem africana. Não tinham a explicação concreta ainda para o número de negros ser inferior ao de brancos, atingidos pela febre. Segundo Chalhoub,

É verdade que, em especial no primeiro grande surto em 1850, os negros sofreram a doença de forma bastante generalizada; permanece válida, contudo, a observação de que raramente um escravo ou liberto figurava nas longas listas de vítimas fatais da peste. A população branca – segundo os relatos da época, sobretudo as pessoas que se encontravam na capital vindas das províncias do interior – e mormente os imigrantes foram aqueles que mais sofreram com a tragédia em termos de perdas de vidas humanas (CHALHOUB, 1996, p. 71).

No século XIX existia uma divisão entre as teorias científicas e religiosas, pois a população buscava na religião o apoio necessário para superar os difíceis períodos de doenças. Concomitantemente a isso, havia a preocupação frente os discursos médicos higienistas. A população buscava explicações cabíveis para as ameaças das moléstias. Com o crescimento do número de vítimas, o medo foi se instalando entre as pessoas. Buscavam mais soluções que explicações. Era uma corrida contra o tempo. As explicações para o acontecimento das doenças se davam de diversas formas. Eram divididas entre os religiosos e os “philosophos materialistas”. De um lado, os religiosos justificavam a doença como um castigo divino, pairando sobre a Terra; do outro lado, os médicos higienistas que não se apoiavam apenas em “divinas providências”, mas sim usando de argumentos cabíveis com os estudos da época, usavam o argumento intermediário para dizer que “a sabedoria divina conferia ao homem a faculdade racional exatamente para que ele pudesse cuidar de sua felicidade e bem-estar, inspirando-lhe inclusive a invenção das ciências para melhor poder atingir esses objetivos” (CHALHOUB, 1996, p. 63-64).

A questão central que estava em voga nos ciclos dos médicos e higienistas era para saber como as doenças se alastravam, pois, assim, encontravam meios mais rápidos para conter o número de mortes. Os estudiosos se dividiam em duas linhas de pensamento, sendo elas:

contagionistas e infeccionistas. Os contagionistas acreditavam que a doença poderia se alastrar através de um veneno específico, podendo se reproduzir no doente e ser espalhado pela comunidade, por meio do contato físico ou da respiração. Já os infeccionistas defendiam fortemente a teoria de que a infecção era contraída por intermédio dos animais e vegetais em estado de putrefação, sendo alastrada pelo ambiente mediante os miasmas. Os contagionistas e infeccionistas criavam teorias médicas para pensar as melhores formas de combater ou lidar com as doenças, que ameaçavam a população. A ciência tinha fortes razões para se preocupar com o alastramento das doenças. No entanto, seus experimentos não estavam embasados em formas suficientemente sólidas para comprovar a escolha das vítimas pelos mosquitos. Mesmo assim, os que acreditavam no contágio da febre amarela recomendavam a quarentena, sobretudo dos navios que chegavam ao porto e das casas de caridade, que atendiam os doentes. Foi observado que havia muitos homens, chegando em embarcações, como vítimas fatais. Contudo, os infeccionistas mostraram que essa solução era ineficaz, pois mesmo com a quarentena nas capitais, a febre ainda fazia vítimas. Essa doença persistia em grande parte da população no centro da cidade e no interior da província do Rio de Janeiro. Por esse motivo, foram tomadas medidas mais abrangentes para conter o número de doentes. Os infeccionistas se tornaram os encarregados de mudar a estrutura das cidades na segunda metade do século XIX e início do século XX (CHALHOUB, 1996).

Nesse contexto, os médicos e as autoridades passaram a tomar soluções para conter o número de doentes na capital. Apesar dos debates e controvérsias entre infeccionistas e contagionistas, na segunda metade do século XIX, foram tomadas providências a respeito do advento e alastramento destas moléstias. As medidas se deram por meio da observância sobre as condições sanitárias, necessárias para uma vida mais saudável da população. Nas cidades, havia a desordem dos espaços públicos, com as imundices nas ruas. Esgotos abertos, carcaças de animais mortos e em estado pútrido nos matadouros, os lixos e dejetos jogados nos rios, os corpos mortos enterrados no solo dos templos religiosos foram fatores que contribuía para proliferação de doenças. A má ventilação desses espaços se dava por meio das ruas estreitas. Os miasmas pairavam com mais facilidade, dificultando, assim, as formas de conhecimento sobre os surgimentos e contágio das doenças (CHALHOUB, 1996; RODRIGUES, 1997; SIAL, 2005).

Durante a epidemia de 1850, a Comissão Central de Higiene foi responsável para a criação da Junta Central de Higiene, um órgão encarregado por guiar, de certa forma, as medidas tomadas pelas políticas do governo imperial sobre a higiene e saúde da população.

Entre as medidas tomadas, estava o afastamento dos hospitais, matadouros e a construção de novos cemitérios extra muros, distantes dos centros urbanos. Era recomendado o isolamento dos pacientes que apresentassem sintomas das moléstias, a distância dos matadouros e as medidas impostas para o sepultamento de corpos nos cemitérios das igrejas e capelas. Dessa forma, para àqueles que insistiam em fazer sepultamentos em igrejas ou em quaisquer outros cemitérios, “havia, porém, duas cláusulas: os caixões não poderiam ser abertos no ato das encomendações e a permissão cessaria logo que se manifestassem alguma moléstia contagiosa ou epidemia em grande escala” (RODRIGUES, 1997, p. 137). Mesmo assim, era difícil entrar em acordo com os governantes, para que as medidas impostas pelos médicos higienistas fossem adotadas o quanto antes. Convencer os congressistas a aprovar fundos para realizar essas medidas sanitárias se tornava cada vez mais difícil. Havia incertezas sobre as formas de contágio das doenças e, assim, “tornava difícil ao governo imperial formular planos de mais longo prazo para transformar as condições sanitárias supostamente conducentes ao surgimento da febre amarela na capital e em outros municípios do país” (CHALHOUB, 1996, p. 71).

Pensar, então, que as medidas necessárias para o combate dessas doenças iam de encontro com uma mudança radical das formas de viver e dos espaços. Isso gerava gastos exorbitantes para o governo imperial. No entanto, era preciso que as teorias médicas estivessem centradas em especificidades e planos claros para toda a renovação urbana necessária. Logo, os médicos entraram em acordo e deram início à teoria de que a febre amarela veio para o Brasil nos navios, mais precisamente nos navios negreiros. Concomitantemente a isso, a hipótese que utilizaram para justificar o número inferior de negros, atingidos pela doença, em comparação ao número de brancos, se devia por meio da explicação que os africanos eram portadores e transmissores da febre amarela (RODRIGUES, 1997). No verão de 1868, houve o segundo surto de febre amarela no Rio de Janeiro. Até então, de 1865 a 1867, essa doença não era um fator de preocupação recorrente. José Pereira Rego foi o higienista responsável por estudar as causas que levaram ao segundo surto. Em uma análise médica e temporal das causas e dos estudos, até então, feitos sobre o número de mortos e doentes pela febre amarela, em 1873, Pereira Rego explicou aos governantes que os fatores que implicavam nas causas da doença estavam totalmente ligados à má higiene municipal. Analisando o período que essa doença afetou a população do império, Pereira Rego chegou a descrever a febre amarela como “fantasma mais aterrador da emigração para o Brasil”, porque atingia, especialmente, emigrantes europeus (CHALHOUB, 1996, p. 92).

Enquanto no Rio de Janeiro a febre amarela fazia inúmeras vítimas na década de 1850, Alcineia Santos mostrou, por meio do Livro de óbito da Freguesia de Sant'Ana, período de 1838 a 1857, que a população do sertão da Província do Rio Grande do Norte foi vítima do sarampo e da febre amarela (SANTOS, 2011). No entanto, foi a cólera que causou maior número de mortes, fazendo com que a população se sentisse ameaçada. A atenção sobre a saúde pública se deu no período que a febre amarela atingiu o Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, pois em uma comparação, constava que

A cólera foi descrita como um flagelo que escolhia suas numerosas vítimas entre os escravos e 'indivíduos de ordem inferior. (...) Ao promover seus estragos entre os trabalhadores escravos e outros 'de ordem inferior', a cólera contribuía 'eficazmente para a decadência da agricultura', e causava, além disso, 'a ruína de muitas fortunas importantes'. A febre amarela, por outro lado, vitimava os indivíduos que não tinham 'certo grau de aclimação indispensável'; castigava impiedosamente 'os estrangeiros recém-chegados e os brasileiros vindos do interior', mas era 'quase nula sua influência nos pretos' (CHALHOUB, 1996, p. 93).

Por esse motivo, a febre amarela passou a ser considerada a doença do futuro, que atingia os trabalhadores. Verificou-se a preocupação dos médicos, políticos e agricultores, pois já se tratava de uma doença que atingia os assalariados e imigrantes. Não havia distinção de cor ou classe social. O problema estava no meio ambiente e aclimação, nas últimas décadas do século XIX. Os recursos eram destinados ao estudo e combate da febre amarela, negligenciando outras doenças que atingiam a população mais carente, mestiços e pobres.

É necessário pensar as medidas tomadas frente às doenças que assolavam o Brasil do século XIX. Refletir, sobretudo, a respeito da atenção que davam às doenças, limitando o olhar apenas àquelas que matavam pessoas de pele clara, como os imigrantes europeus. A relevância sobre a saúde se deu por meio da atenção das autoridades, voltada para uma preocupação que matava inúmeras pessoas, sem distinção de classe social. Esse fator mostrou que as medidas médicas, tomadas diante da situação, eram seletivas, pois incumbia apenas parte de uma população.

Faz saber que com a Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, foi instalada a lei que regulamentava a atuação da Câmara Municipal, assim como cada um de seus membros. A monarquia governava de forma hereditária. Os poderes eram divididos entre quatro: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e o Poder Moderador. O catolicismo foi tido como a religião oficial do Brasil, mas a Igreja era subordinada ao Estado. Cada assembléia

legislativa provincial contava com o número de membros de acordo com o tamanho da província. O Poder Legislativo era de responsabilidade da Assembleia Geral e a sanção era dada pelo Imperador. Não será necessário se ater aos pequenos detalhes a respeito desse assunto. Todavia, é preciso entender que a Constituição de 1824 foi importante no exercício do poder sobre o território do Brasil e os brasileiros.¹⁰

Voltando-se para a Província do Rio Grande do Norte, o aspecto político fez entender as prioridades dadas sobre os pedidos que chegavam à secretaria do governo a respeito do orçamento e ajudas que deveriam ser encaminhadas a todo o território provincial. Como foi citado, havia o conhecimento sobre o estado de insalubridade dos centros urbanos, assim como das doenças que assolavam a região, no entanto, as decisões para que houvessem as devidas mudanças requeriam uma ajuda financeira que era posta em dúvida quanto às soluções necessárias.

Em 1850, Carlos Wanderley era o 1º Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Norte. A abertura de sua fala é iniciada pela justificativa a que se faz sua presença na discussão frente à assembleia, pois, no mês de março havia “falecido de congestão cerebral” o Presidente Doutor José Pereira Neves. O presente relatório foi escolhido para dar início a uma investigação sobre como eram discutidas as questões de higiene pública na segunda metade do século XIX. Havia a descrição em que a cidade de Natal, enquanto capital da Província, se encontrava em uma posição geográfica favorável à saúde da população. A cidade, e seus metros acima da superfície do mar facilitavam a circulação do ar e o clima era descrito como “saudável”. No entanto, foi nos idos de 1850 que a bexiga fazia vítimas na província. No discurso sobre a epidemia da bexiga, Wanderley dizia que “a epidemia da bexiga, que ultimamente grassou nesta Cidade, nada prova contra a bondade do seu clima” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1850, p. 11).

A ideia que a cidade de Natal era privilegiada, enquanto sua posição geográfica e clima arejado, prevalecia entre os discursos. Os governantes acreditavam que esse fator não favorecia o desenvolvimento das moléstias. Em contrapartida a isso, no sertão, onde havia barreira para a circulação dos ventos, e um

¹⁰ BRAZIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Imperio do Brazil**. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 22/08/2019.

Lugar em fim onde morão a pobreza, a indigência, e a miséria, com todos os seus horrores; portanto é fácil de achar-se na má alimentação desses miseráveis, na falta de aceio, e nos excessos de todo gênero a que se atirão com furor, a causa porque ahí a bexiga durou tanto, e fizera os maiores estragos: e tanto é assim, que, depois que a Presidencia tomou a província acertada de mandar fornecer alimentos e medicamentos a pobreza desvalida, sob a direção do Medico do Partido Publico, a peste logo declinou, e a mortalidade diminuiu consideravelmente pela regularidade do tratamento pharmaceutico dictetico e hygienico (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1850, p. 11).

Por meio do médico da província, houve o acompanhamento dos tratamentos, frente às medidas de controle sobre os doentes bexiguentos. As reações eram entendidas para se ter um controle maior sobre a doença e, assim, menos mortes e gastos aos cofres públicos. O medo pairava entre a população, pois a bexiga era a doença que atingia e vitimava um número considerável de pessoas. A descrição da bexiga apareceu no relatório da assembleia da seguinte forma:

Quando entrei no exercício do lugar de Medico do Partido Político, em Julho do anno passado, ainda grassava com fúria a epidemia da bexiga; a qual veio a extinguir-se completamente em Janeiro deste anno, tendo victimado para mais de cento e cinquenta, como geralmente se presume: eu tratei de mais de duzentos bexiguentos, sendo os indigentes supridos a expensas da Provincia, de alimento e medicamentos, dos quaes, em numero de sessenta e quatro, apenas morreram oito (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1850, p. 10-11).

Segundo o Dicionário de Medicina Popular, a bexiga ou varíola, consistia em erupções pelo corpo que resultava em grandes bolhas vermelhas e purulentas. Esta era uma das doenças preocupantes entre as discussões médicas do século XIX, pois atacou a população de forma que levou parte dos doentes à morte. Era preocupante por ser eminentemente contagiosa, pois o contato em lugares fechados, sobretudo, ocasionava sua difusão. Uma característica marcante desta moléstia é que o indivíduo já atingido por ela não o contraía novamente. Ainda no dicionário, vinha expressa a descrição que as moléstias mortíferas atingiam, principalmente, países em que havia ignorância e preconceito contra a propagação da vacina (CHERNOVIZ, 1890).

1.2. A higiene com melhoramento físico e moral do homem

Havia, também, a doença ligada à vergonha de um estado civilizado, que vivia da libertinagem. Era a syphiles, doença sexualmente transmissível, por meio do “falso encanto das seduções, cahem depois por fraqueza no lodaçal immundo da prostituição; e taes assim fazendo do seu triste viver vergonhosa industria”. Outra doença bem comum era a papiloma ou papillome, formada por tumores irregulares de pele e mucosas, que sangram com facilidade, “as verrugas e as vegetações dos órgãos genitais pertencem a este grupo” (CHERNOVIZ, 1890, p. 617). A vida sexual passou a ser discutida pelos médicos como uma questão de saúde pública, pois havia a preocupação ligada a dois aspectos: físico e moral. O aspecto físico, que gerava discussões a respeito das relações sexuais diziam respeito à proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, como a syphiles. O segundo aspecto que tornava o sexo pauta nos assuntos de teor médico era, pois, a moral e os bons costumes, pois a vida sexual, principalmente ligada à mulher, significava perversão, prostituição. Segundo Magali Engel,

A prostituição é uma enfermidade do corpo, um foco infeccioso que ameaça a saúde e a vida. A dimensão do perigo é ampliada e aprofundada pelo estabelecimento de um vínculo estreito com a idéia de contaminação. Nesse sentido, a prostituição ostensiva, espalhada pelas ruas da cidade, é apontada como fator de disseminação da sexualidade pervertida. O espetáculo público da prostituta expondo seu corpo em atitudes provocantes funcionaria como estímulo aos instintos de outros corpos, aprisionando nas malhas da perversão as vítimas saudáveis (ENGEL, 1989, p. 74).

A prostituição era debatida como perversa, pois era relacionada diretamente à propagação da sífilis, representando uma ameaça à saúde pública. Esses discursos mostraram que as doenças eram advindas do mau estado em que se encontram os locais públicos, necessitando de uma atenção maior diante da insalubridade desses espaços. As doenças sexualmente transmissíveis eram frequentes em grandes centros públicos, e representavam perigo à saúde, pois eram comparadas às moléstias da cólera, tifo, febre amarela, entre outras. Pois a mesma poderia levar à morte.

As doenças sexualmente transmissíveis eram conhecidas como doenças venéreas e representavam ameaça, sendo discutidas nos centros médicos, sobretudo, nas grandes cidades, onde tinham centros públicos mais frequentados e setores com maior migração de pessoas, advindas de outras localidades. No entanto, foi encontrado dois casos de morte por doenças

sexualmente transmissíveis na vila de Jardim, sendo eles o advogado, Doutor Francisco Aprigio Vasconcellos Brandão, que faleceu aos 73 anos, de Papilôma, sendo casado com a segunda esposa, Elvira Amalia Joaquina da Trindade (LIVRO DE ÓBITO, 1890, p. 142) e o de Ignacia Maria de Jesus, que faleceu de “Mulestia no interior, digo, venerios” e era “solteira, esmoler, deixou um filho com 9 anos de idade, filha de branco agricultor” (LIVRO DE ÓBITO, 1891, p. 184).

Uma análise a esse respeito, a qual julgo necessária, é que, pela época, acreditava-se que ao constituir família por meio do matrimônio/casamento evitava-se a relação com pessoas de “vidas pervertidas” e, conseqüentemente, o contato com a prostituição e essas doenças. O casamento, para uma sociedade tradicional, moralmente falando, é visto como digno e, literalmente, sadio. No entanto, como foi observado nesse pequeno caso do Doutor Francisco Aprigio Vasconcellos Brandão, isso não acontecia, pois ao contrair a doença, provavelmente este tenha passado para sua esposa. Ou seja, as doenças sexualmente transmissíveis passaram a ser vistas como ameaça para outras pessoas da família, que muitas vezes se tornavam vítimas de forma indireta.

As igrejas e capelas também representavam ameaça à saúde pública, pois os corpos enterrados nos solos desses templos religiosos, assim como as águas misturadas com os dejetos e animais mortos, carregados pela chuva, alojadas em poças no meio das ruas; os mangues, “sua acção deleteria nos habitantes doutro lado do rio, onde são muito frequentes as febres intermitentes”; o matadouro público, situado no centro urbano, no qual ficava responsável por expor animais mortos e em estado de putrefação; e a falta de uma fiscalização do mercado do peixe, por meio de uma Polícia Médica, eram fatores que representavam exemplos de insalubridade (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1850, p. 12-13).

Por meio da leitura desses relatórios provinciais, foi possível notar que, na época, havia dificuldades no trato com a saúde pública, tendo em vista a disposição dos medicamentos, vacinas e profissionais médicos. Na maioria das vezes, os cuidados eram relacionados à prevenção dessas doenças, no entanto, o desconhecimento delas por parte da população fazia com que houvesse o estranhamento diante de procedimentos medicinais. Preocupação relacionada à prevenção dessas doenças se dava, sobretudo, no trato e cuidado com as águas e o ar, pois a medicina do século XIX mostrava que as doenças se alastravam por meio deles.

Essas moléstias causavam grande preocupação entre a população por sua rápida manifestação, resultando em várias mortes. Quando acontecia o contágio, devastava-se grande

parte da população, que acontecia por meio dos miasmas e o favorecimento de um clima mais quente. As transmissões se davam por meio do convívio com os que estavam sob contato com o vírus. As doenças eram mais frequentes em cidades litorâneas, onde havia embarcações e trânsito de pessoas com outras regiões do Brasil e do mundo. A ausência de medidas que controlasse a entrada dos vírus fez com que as cidades costeiras, tais como Rio de Janeiro e Salvador, fossem grandes polos de contágio no Brasil. O contato entre essas cidades foi um dos grandes motivos para que áreas provincianas como Sergipe, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte fossem atingidas (SANTOS, 2011; SIAL, 2005; TAVARES, 2020).

As reflexões expressas pelo médico do Partido Público da Província diziam respeito à importância da construção de uma Casa de Caridade, para que fossem alojadas as pessoas doentes, sobretudo da cólera. Todavia, e como era de se esperar, só ficaram nos planos, pois sua criação requeria um esforço financeiro no qual a província não tomava como prioridade. Dessa forma,

Cabe aqui informar-vos que, a despeito das diligencias, e esforços que empregou o meu antecessor para levar a effeito a construcção da casa de caridade, decreta pela Lei n. 132 de 1 Novembro de 1845, não lhe foi possível realisar tão religioso e patriótico empenho, já pela defficiencia de fundos para isso indispensaveis, e ja por outras causas, que igualmente me tem retardado em lançar os fundamentos de uma obra tão util e necessaria (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1850, p. 14)

As casas de caridade e hospitais começaram a ser construídos depois de 1850, quando os surtos de doenças se deram com mais intensidade. Como foi citado acima, fazia parte dos discursos higienistas a construção desses lugares distante do centro urbano. Na construção dessas instalações o espaço deveria ser arejado para que o ar pudesse circular com mais facilidade, fazendo, assim, com que as doenças fossem contidas ou impedidas de se alastrarem.

Na vila de Jardim, entre os anos de 1856 e 1871, foi instalado um hospital, ou Casa de Caridade¹¹, pelo Padre Francisco Justino, primeiro Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Segundo o livro de Nilton de Azevedo, a casa foi construída pelo vigário para que funcionasse como um hospital, abrigando doentes, peregrinos e pobres da comunidade. O que sustentava o hospital eram as doações feitas pela população local. Sua localização se dava, também, distante do centro urbano, uma vez que ficava ao sul do cemitério público (AZEVEDO, 1988).

¹¹ Sobre o Vigário Francisco Justino e sua contribuição para a vila de Jardim, trataremos no próximo capítulo.

O recorte temporal da construção da casa de caridade não é certo, pois não foi encontrado documento para tanto. Contudo, a bênção solene do cemitério público se deu em 1858, sendo Padre Francisco Justino já vigário da paróquia. Com seu falecimento, em 1871, na escrita de seu testamento, redigido pelo próprio, está clara a declaração que o padre fez em relação à Casa, mostrando que construiu o hospital na vila às próprias custas e que considerava uma obra pública, de caridade (AZEVEDO, 1988, p. 36).

Mesmo havendo debate, presente nos relatórios dos presidentes de província, a respeito da construção de cemitérios extra muros, em toda a província, desde 1847, assim como a necessidade de contribuições financeiras para tanto, soluções não foram tomadas pelos governadores da Província do Rio Grande do Norte. Esse acontecimento fez pensar a respeito da preocupação dada às circunstâncias em que vivia a higiene dos espaços religiosos. No entanto, não fica claro o investimento de recursos financeiros para ajuste e construção desses espaços. Os investimentos, destinados à saúde pública, eram feitos por meio de vacinas e ajuda com alguns suprimentos.

A justificativa que davam, por não mandarem recursos, era de que as câmaras tinham poucos benefícios financeiros para prestar aos municípios, principalmente com relação aos materiais que deveriam mandar. Nesse sentido, os cofres provinciais tinham a limitação de encaminhar as rendas apenas para o pagamento de seus empregados. Por meio da Secretaria do Governo eram finalizados parte dos balanços orçamentais (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1847-1862). A outra parte do orçamento ficava a cargo do discurso, que, como foi citado acima, tinham conhecimento do mal que os espaços insalubres faziam à comunidade, mas não davam a devida atenção, frente aos pedidos nos relatórios encaminhados à Presidência.

Como observado acima, por meio da fala do presidente José Joaquim da Cunha, dirigida à Assembleia Legislativa da Província em 1851, a febre amarela enquanto doença que atingia e fazia “estragos” em diversas províncias pouco atingiu o Rio Grande do Norte. O envio de vacinas e medicamentos para algumas partes da província do Rio Grande, com a finalidade de curar e conter os doentes, não obtiveram resultados significativos, pois carecia de quantidade suficiente, que abarcasse a população enferma. Assim, fez-se necessário discutir sobre a importância da criação das casas de caridade, “que tanto necessita esta capital para o tratamento dos enfermos indigentes” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1851, p. 7).

A necessidade da construção de cemitérios extra muros era válida, no entanto, por falta de recursos, ou pela ausência da atenção necessária, havia justificativas, frente ao que deveria ser obedecido pelas leis do Imperador. Por esse motivo, o pedido de construção de cemitérios foi descrito

Por uma circular ás Camaras Municipaes recommendei a construção de cemiterios publicos, como lhes he incumbido por Lei, ao que nenhum pôde satisfazer, por deficiencia de meios, e talvez mesmo por conhecimento na população algum apego ao inveterado abuso da inhumação nos Templos, prática não só contrária á decencia d'estes, como á salubridade publica.

Mandei entregar á Camara da Capital pela quota das obras publicas a quantia de quinhentes mil réis, para dar principie a um cemiterio. Tem havido difficuldade na escolha do local, porque todos os apontados para esse fim apresentam o inconveniente de estar ao muito proximos, ou mui distantes, ou finalmente do lado dos ventos, mais reinantes. Convem portanto, que indiqueis difinitivamente aquelle que melhor vos parecer (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1851, p. 7-8).

Foi em meio ao temor das doenças da segunda metade do século XIX, que surgiram discussões sobre construções dos cemitérios extra muros na província. A responsabilidade da construção dos cemitérios foi passada para os municípios sendo, assim, encaminhada uma circular às Câmaras Municipais, recomendando a construção o mais breve possível. Como citado anteriormente, segundo a Constituição de 1824, eram enviadas às Câmaras atribuições que deveriam ser tomadas a respeito das obras e posturas de seus municípios. Quando não tinham recursos suficientes, eram enviados à Capital relatórios que constassem pedidos de auxílio financeiro. Já em 1855, as moléstias pareciam amenizar, pois o Presidente Antonio Bernado de Passos descrevia que “com a entrada da estação chuvosa no anno passado começaram a desaparecer as moléstias, que flagellaram a Provincia” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1855, p. 13). Não podendo confirmar, de certeza, se esse discurso era proferido como forma de conduzir argumentos à explicação que não tinham necessidades suficientes para investir dinheiro em questões voltadas à saúde pública ou se, de fato, as moléstias tinham sido amenizadas.

No entanto, foi nesse período de 1855, que o médico do partido não teve seu contrato renovado, ficando a Comarca da Capital sem um médico por um tempo. Toda a caridade pública provincial tinha apenas dois médicos para atender toda a província, e somente alguns lugares tinham o fornecimento de medicamentos, sendo bem limitado para o interior da província.

Dessa forma, o quadro em que se encontrava a província do Rio Grande do Norte era de calamidade, pois

Não ha em toda a Provincia, á excepção da Enfermaria Militar, um hospital: o doente pobre está sujeito a morrer ao desamparo e em grande numero de casos pouco lhe aproveitam o receituário e medicamentos, faltando-lhe enfermeiro e os meios de sustentar a necessaria diéta; ou não ha de alimentar-se, ou a faze-lo, ha de ser com sustento que poder obter, por mais damnoso que seja, e pode até dar-se o triste caso – si não toma o alimento, morre; e morre igualmente, si o toma (Op. cit., 1855, p. 14).

Mesmo tendo conhecimento do mau estado de salubridade, convém salientar que enquanto o número de mortos era reduzido, segundo as falas e relatórios dos presidentes de província, as doenças não se mostravam ameaça e, assim, havia o controle sobre o que deveria ser gasto com dinheiro público. Nesse caso, os cemitérios, as casas de caridade, as reformas dos centros urbanos e a higienização dos municípios não se tornavam prioridade nos planos do governo. No entanto, o número de vítimas aumentava, pois os cuidados devidos não eram tomados. Havia um despreparo, frente à situação em que se mostrava a província. As doenças continuavam atingindo a região e o quadro piorava, tendo em vista a incapacidade de atender o número de doentes. Segundo Diego Tavares, ao analisar os Livros de Óbito da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação (1820-1855), houve um crescimento no número de vítimas, mortas pelas doenças, no decorrer dos anos de 1831-1838 e 1853-1855. As doenças se espalharam rapidamente e o sistema de saúde precário não ajudava com o tratamento das vítimas no município de Natal. Do ano de 1853 a setembro de 1855, cerca de 160 pessoas foram sepultadas na Igreja Matriz. Tratava-se de um número preocupante, considerando que em 1859 a população era de 4.500 habitantes (TAVARES, 2020).

A preocupação com essas doenças refletia nos discursos dos Presidentes de Província, e nos números de mortes que elas representavam. Nota-se, também, que no ano de 1856 a medicina ainda era precária e, quando muito, preventiva, para dar conta das doenças que chegavam ao sertão. Os dados que correspondem a uma análise sobre a Vila do Jardim estão inseridos nos estudos feitos sobre a região do Seridó, sobretudo Vila do Príncipe e Acari, pois a capela de Nossa Senhora da Conceição, existente em Jardim, pertencia à Paróquia de Sant'Ana de Caicó até 1835, quando foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Guia do Acari, ficando a Capela de Nossa Senhora da Conceição, de Jardim, pertencendo a esta última até 1856, ano que foi elevada à Matriz de Nossa Senhora da Conceição. “Da capelinha da

Conceição foi, pouco a pouco, surgindo a Matriz, cuja edificação começou, provavelmente, quando da criação da Paróquia, sendo concluída em 1860” (AZEVEDO, 1988, p. 30).

Em 1856, só havia um médico do partido para as comarcas do sertão e não existia nenhuma casa de caridade, salvo a enfermaria militar. Foi necessário recorrer à província de Pernambuco, mas ela se preparava para a epidemia, o que tornava impossível o envio de médicos para o Rio Grande do Norte. As províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Alagoas e Paraíba também não podiam ajudar com envio de médicos. Somente no decorrer do mês de maio, o pedido dos médicos foi atendido pelo Ministro do Império. Assim, foi possível o envio de dois médicos para a Província do Rio Grande do Norte, e assim mesmo “só tinha um medico do partido das comarcas do Serão”. A paisagem da província era de horror, pois “o coração sobressaltado pelo futuro, que funebre ameaça cidades, villas e outros lugares mais ou menos povoados” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1856, p. 10).

As construções dos espaços exigidos pela higienização levavam tempo, mas a morte era um fenômeno que não podia esperar. Enquanto os gastos dos cofres públicos eram poupados, as pessoas eram vítimas dos males que as doenças e a fome causavam. Uma população, que padecia sob o olhar despreocupado dos representantes políticos, que iniciavam as falas e relatórios com o “pesar na consciência” daquilo que estava acontecendo, mas que não tinham condições para arcar com os gastos. Somente em 1856, segundo fala do presidente de província, foi posta em prática a construção de um abrigo para doentes em Natal, sendo oficializado pedido pelo presidente da província do Rio Grande do Norte ao presidente de Pernambuco que este último enviasse um médico, segundo o parecer da Junta de Higiene Pública¹², assim como remédios para o tratamento da cólera, no entanto, só foi possível o envio do Dr. Vital e a construção do lazareto e hospital. “Neste entretanto o medico do Sertão percorria á comarca da Maioridade, e, attentas as distancias, incerteza de sua estada, e a conveniencia de obter desde logo mais um medico ao menos” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1856, p. 11).

Outro fator analisado que levou à morte uma parcela considerável de pobres, estava na ausência da boa alimentação. Era indispensável a atenção devida à dieta da população, uma vez

¹² “Criada pelo decreto n. 598, de 14 de setembro de 1850, a Junta de Higiene Pública tinha por atribuição propor o que fosse necessário para a salubridade nas cidades, bem como indicar medidas que se convertessem em posturas municipais e exercer a polícia médica nas visitas às embarcações, boticas, lojas de drogas, mercados, armazéns e em todos os lugares, estabelecimentos e casas que pudessem provocar danos à saúde pública” (CABRAL, Dilma. Junta de Higiene Pública. MAPA: Memória da Administração Pública Brasileira. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/357-junta-de-higiene-publica>. Acesso em 19/11/2020).

que os preços dos alimentos estavam altos na província, as pessoas se encontravam em estado de socorro. A má alimentação também era um fator que facilitava o número de mortes, pois ocasionava a desnutrição e, conseqüentemente, a vulnerabilidade da população a qualquer tipo de peste. Dessa forma, “Foi também necessario dar, além da diéta aos pobres affectados, o sustento a suas familias: com a familia morrendo á fome ninguem escapa do cholera, uma vez affectado; e a fome, bem como a péste, he uma calamidade, em que devem ter logar os soccorros publicos” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1856, p. 13).

No ano de 1856, a Villa do Acari, a qual a vila de Jardim fazia parte enquanto povoação Conceição de Azevedo¹³, recebeu a doação de “8 Barricas de bolacha. 9 Saccos de arroz. 6 Peças de baeta. 5 Carteiras homeopathicas. 5 Vidros de camphora. 4 Carteiras homeopathicas. 4 Folhêtos sobre o tratamento do cholera” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1856, p. 37). Por meio da descrição de parte das doações que eram feitas, além da alimentação, existia as “Carteiras homeopathicas”, que diziam respeito ao tratamento homeopático em vigor no século XIX. Com base no Relatório do Presidente de Província do ano de 1857, o número de mortos vitimados pela cólera por localidade/freguesia mostrou que essa doença fez 109 vítimas no Príncipe (Seridó), e 53 vítimas em Acari (Seridó) (SANTOS, 2011, p. 131-132).

Por meio da leitura dos relatórios e falas apresentados à Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, a partir do ano de 1856, as doenças tomaram dimensões ainda mais preocupantes. A fome e a insalubridade dos espaços públicos serviram de cômodo para as doenças que se instalavam com mais facilidade nos corpos frágeis da população carente, sobretudo do sertão. A ausência de uma medicina preventiva, como foi notada, era um fator recorrente. Os médicos se limitavam às capitais das províncias. Quando muito, era enviado um médico para os interiores da província. Conter esse número de vítimas era um trabalho árduo que necessitava de verbas, as quais se mostravam em falta. Os poucos recursos dos cofres provinciais atavam as mãos de governantes que tinham escolhas a fazer. As medidas tomadas limitavam-se, e a situação mostrava-se cada vez pior com o decorrer do tempo.

No período do cólera, nos idos dos anos de 1850, os tratamentos homeopáticos faziam parte de um recurso de controle das doenças. A reeducação da população também se encontrava em vigor, como foi notado na descrição de distribuição de folhetos sobre o tratamento da cólera. Como parte da população era analfabeta, esses folhetos eram em número menor, distribuídos

¹³ Jardim do Seridó foi desmembrada de Acari apenas em 1º de setembro de 1858.

entre os líderes locais (políticos e religiosos), responsáveis por expandirem os conhecimentos sobre as doenças. Esses cuidados eram pensados e desenvolvidos entre a população, fator que ajudava na prevenção e controle das doenças.

As ideias médicas e higienistas, do século XIX, faziam parte de um período em que o país passava por ideais de progresso e modernidade. Dessa forma, os discursos vigentes buscavam cada vez mais livrar a população das doenças, pois como se pode notar, um país saudável simbolizava progresso. A higiene passou a formar uma ideologia entre as pessoas, sobretudo as autoridades e a “elite esclarecida”, que buscavam, por meio dos estudos, nas faculdades de medicina, adotar medidas científicas para combater as moléstias.

Os códigos de postura e as leis municipais, que serão analisados posteriormente, tinham por escrito a nova forma de viver em sociedade, visando o bem de todos por meio de práticas consideradas saudáveis. As formas de enterramento também vinham escritas em códigos de postura municipal e, no século XIX, eram sempre associadas ao cemitério. Em alguns lugares, os novos cemitérios não foram bem aceitos, como consta no episódio da Cemiterada, em Salvador, e a Revolta de Maria da Fonte, em Portugal. Esses casos particulares podem ser observados como resultado da população, frente às decisões inovadoras do governo.

No entanto, essas revoltas não foram acontecimentos generalizados, mesmo sendo a Cemiterada objeto de alguns estudos a respeito da reação popular diante da criação de cemitérios extra muros, no Brasil. Pois, como analisou João José Reis, no Prefácio do livro de Cláudia Rodrigues, “talvez por causa da Cemiterada baiana, as autoridades urbanas em todo o país houvessem desacelerado as reformas cemiteriais reclamadas pelos higienistas e consignadas em várias leis municipais, provinciais e imperiais” (RODRIGUES, 1997, p. 14).

A resistência para a criação dos cemitérios existia, no entanto, com o elevado número de mortos, os corpos foram sendo entulhados nos solos dos templos religiosos, fazendo com que os miasmas, proveniente deles, passassem a ser mais preocupantes. Além disso, como se pode observar, nas capelas havia falta de espaços para esses enterramentos. Existia, entre os estudiosos da teoria higienista, um procedimento médico que ensinava às pessoas a reconhecerem o “cheiro da morte” por meio do estado em que se encontrava o corpo do morto. Cláudia Rodrigues observou que “por trás desta vigilância estava a convicção de que o cheiro cadavérico denunciava a impureza do ar” (RODRIGUES, 1997, p. 62).

Os debates levaram algumas décadas para que as autoridades legissem a respeito da criação de cemitérios extra muros. Havia também a preocupação sobre essas mudanças de enterramentos, tendo em vista que o “lugar dos mortos” implicava em uma mudança, sobretudo, cultural funerária dos vivos.

1.3. A higiene como fator de ordem social

Enquanto a higiene pública aparecia como um fator positivo, na fala do presidente Dr. José Marcelino da Rosa e Silva, no ano de 1888, no interior da província, os surtos persistiam em atacar a população. Segundo a fala do referido presidente, o mesmo descrevia de forma “prazerosa” que “durante o correr do anno apenas appareceram, na mudança da estação, no interior da provincia, alguns casos esporadicos de febre, que foram facilmente debellados, e que não reclamaram providencias por parte da administração” (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1889, p. 3).

Os discursos envoltos em ideais de civilização, do século XVIII e XIX, eram pautados em métodos que iam de acordo com a construção de uma cidade saudável para que refletisse de forma significativa na população. Como pode ser observada, uma população saudável constituía uma cidade evoluída. As doenças eram fortemente ligadas ao submundo do atraso, desordenado e conflituoso.

Os censos 1872 e 1890, feitos em todo território brasileiro, mostraram que a Vila de Jardim tinha uma população estimada variando entre 10.812, entre homens livres e escravos, no decorrer de 1872; e 10.648 no ano de 1890. Foi nesse espaço e tempo, à luz da modernidade, que a Vila de Jardim se mostrou, nos idos de 1888 a 1894, segundo o primeiro livro de óbito do Cartório de Registros Cíveis, um número de crianças mortas, vítimas de espasmo e outras doenças. Segue, abaixo, o quadro resumo das doenças que causaram mais mortes¹⁴

¹⁴ Nesse período, houveram outras doenças, assim como alguns suicídios, no entanto, a presente pesquisa buscou analisar as doenças que fizeram maior número de vítimas.

Tabela 1: Doenças que mais vitimaram a população de Jardim (1888-1894)

Nome da doença	Faixa etária	Total de mortes	Crianças (0 a 10 anos)
Espasmo	0 a 3 anos	194	194
Dentição	2 meses a 2 anos	49	49
Caimbras de Sangue	1mês a 17 anos	34	33
Febre	1 mês a 80 anos	73	23
Maligna	30 dias a 60 anos	20	15
Garrotilho (Crup)	13 dias a 3 anos	12	12
Diarrhea	14 dias a 2 anos	7	7
Estupor	1 dia 83 anos	15	6

Ao analisar o livro de óbito (1888-1894), foi quase impossível não fazer a observação errante de qualquer pesquisador no papel de historiador, praticando o anacronismo. Observando com os olhos de hoje, nota-se que a mortalidade infantil, nesse período, mostra-se um fator preocupante. Deve ser pelo fato de que, como ressalta Norbert Elias, “É terrível quando pessoas morrem jovens, antes que tenham sido capazes de dar um sentido às suas vidas e de experimentar suas alegrias. É também terrível quando homens, mulheres e crianças erram famintas pela terra estéril onde a morte não tem pressa. Há muitos terrores que cercam a morte” (ELIAS, 2001, p. 77).

Para tanto, foi encontrado um número de crianças superior a 370, sendo o total de 619 mortes no município, em um recorte de 6 anos (1º Livro de Óbito do Cartório – 1888-94). A idade estimada entre as crianças variava de 0 a 10 anos. As doenças atacavam nos primeiros 3 anos de vida, levando à morte por motivos de “espasmo” (essa doença atingiu somente crianças, causando 194 mortes, de 0 a 3 anos de idade), “dentição” (somente crianças de 2 meses a 2 anos de idade, causando 49 mortes), “caimbras de sangue” (33 mortes), “febre” (23 mortes), “maligna” (15 mortes), “garrotilho/crup” (somente crianças, resultando em 12 mortes), “diarrhea” (somente crianças, somaram 7 mortes) e “estupor” (6 mortes). O quadro abaixo explica como eram descritas as doenças no século XIX, pelo Dicionário de Medicina Popular de Pedro Chernoviz, de 1890:

Tabela 2: Descrição das doenças que mais vitimaram a população de Jardim (1888-1894)

Nome da doença	Descrição
Espasmo	“Spasmo ou espasmódico: Contração involuntária dos músculos, principalmente dos que não obedecem á vontade, taes são os do estomago, dos intestinos, da urethra, etc. Precede frequentemente a convulsão, mas póde também existir sem ella. Além d’isto, o sentido da palavra <i>espasmo</i> é muito vago: ás vezes emprega-se como synonymo de <i>convulsão</i> ; frequentemente toma-se por <i>ataque de nervos</i> . Applica-se também o nome de <i>ar de espasmo</i> á moléstia chamada <i>tetano</i> ; e com o mesmo nome se designa algumas vezes a <i>apoplexia</i> . Pelo que se vê, não posso indicar n’este logar o tratamento do <i>espasmo</i> ” (CHERNOVIZ, 1890, p. 1028, grifos do autor).
Dentição	“Designam-se pela palavra <i>dentição</i> todos os phenomenos da sahida dos dentes. Estes phenomenos podem ser normaes ou morbosos: ha uns que são proprios da primeira dentição, e outros que acompanham a segunda. (...) MOLESTIAS DA PRIMEIRA DENTIÇÃO. A grande mortalidade que se observa na primeira idade de vida, e a dificuldade que ha de reconhecer a natureza de certas affecções da infancia, tem feito adoptar a opinião de que a <i>dentição</i> é a fonte principal de todas as molestias que atacam as crianças, e a causa da morte de grande numero d’ellas. Por este preconceito commodo, faz-se cargo á natureza de muitos accidentes e de resultados funestos, que muitas vezes procedem de tratamentos impropriros” (CHERNOVIZ, 1890, p. 804).
Caimbras de Sangue	A descrição desta doença não foi encontrada no Dicionário de Medicina Popular, de Pedro Chernoviz (1890), no entanto, após pesquisa, constatou-se que esta designação era dada à desinteria ou doenças relacionadas ao intestino.
Febre	“A febre, em geral, é quase constantemente precedida de um estado de ancia e de diminuição das forças. (...) As febres apresentam grandes differenças relativamente á sua natureza, marcha e terminação. Umas manifestam-se de uma maneira contínua, emquanto que outras, depois de se declararem, cêssam e tornam a apparecer com intervallos” (CHERNOVIZ, 1890, p. 1086-1087).
Maligna	“Por este nome designam-se ora a inflammação do cerebro, ora a de suas membranas, ora os accidentes nervosos que predominam em certas inflammações do tubo digestivo, e finalmente certas molestias convulsivas, acompanhadas de accidentes graves e muitas vezes terminando de uma maneira fatal” (CHERNOVIZ, 1890, p.1096)
Garrotilho (Crup)	“Assim se designa uma espécie de inflammação da garganta, caracterizada pela tendência á formação de uma membrana, nas vias aéreas ou pela formação real d’esta membrana, que obstrue a passagem do ar e póde occasionar suffocação. <i>Causas.</i> O frio humido é a causa mais freqüente do garrotilho. (...) Reina ás vezes epidemicamente; isto é, ataca grande numero de indivíduos ao mesmo tempo. Desenvolve-se com particularidade nas crianças; affecta, entretanto, os adultos, mas raras vezes. O Crup é contagioso; cumpre, pois, evitar cuidadosamente que se approximem do doente outras crianças da mesma família. O doente deve estar só, e collocado em logar onde o ar possa renovar-se facilmente” (CHERNOVIZ, 1890, p. 754, grifos do autor).

Diarrhea	“Diarrhea. A diarrheia das crianças depende, como já disse, ou da má qualidade do leite da ama, ou da desmamação precipitada; pode provir da dentição, ou finalmente aparecer sem causa apreciável. No primeiro caso, convem mudar de ama; no segundo, amamentar de novo a criança, e não alimentar-a senão gradualmente” (CHERNOVIZ, 1890, p. 867)
Estupor	“Entorpecimento geral, diminuição das faculdades intellectuaes, acompanhada de um ar de pasmo e de indiferença. Aparece nas febres graves e nas moléstias de cerebro. <i>Ar de estupor</i> , designa a <i>apoplexia</i> ” (CHERNOVIZ, 1890, p. 1067, grifos do autor).

Com o índice de mortes e enterramentos no cemitério público, passou a se questionar sobre o cemitério de Jardim enquanto um cemitério de crianças. Pensar a respeito do medo da morte, enquanto fator desenvolvido, sobretudo, na importância que davam para com os adultos. Os cuidados com as doenças, discutidos até então, não surtiram efeito, ou os dados que mostraram um elevado número de crianças mortas no final de mil e oitocentos não representou importância frente aos demais resultados.

Não foi possível uma comparação entre o número de mortos em toda a província do Rio Grande do Norte, neste período que compreende 1888-1894, por carência de tempo. Todavia, e segundo o relatório do vice-presidente de província, Costa Barros, na parte destinada a tratar sobre Hygiene Publica, aparece descrito que “Continúa inalteravel o estado de salubridade publica, não obstante a intensidade da estação calmosa sob que nos achamos. Nenhuma medida foi reclamada d’esta Presidencia a tal respeito” (RELATÓRIO DO VICE-PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1888, p. 3). Como descrito anteriormente, o presidente José Marcelino da Rosa e Silva, em 1889, afirmava que a salubridade estava em ordem.

Por um descuido das formas de manusear o tempo, no exercício de pesquisadora, onde as fontes vão mostrando o caminho a ser trilhado, não houve comparação entre o número de mortos em toda a província do Rio Grande do Norte, no período que compreende a segunda metade do século XIX, tendo em vista as atenções da referente pesquisa se voltarem para a vila de Jardim como recorte espacial. Deixaremos essa brecha para uma próxima investigação. Da mesma forma, ficaram lacunas a respeito dos fatores que causaram a mortalidade infantil no Seridó e, possivelmente, na província do Rio Grande. Tomando os dados da Tabela 1 sobre *Doenças que vitimaram a população de Jardim (1888-1894)*, como exemplo, pensou-se se possivelmente o número de crianças mortas por doenças era maioria somente na vila de Jardim ou em toda a província? Os fatores que levavam à morte de crianças na província eram os mesmos que levavam

a morte de adultos? Até onde a saúde da criança era uma preocupação para os médicos e representantes políticos?

Por meio dessas análises, foi possível observar que a mortalidade infantil não era um acontecimento preocupante para a população em geral, uma vez que, com base nos relatórios dos presidentes de província, não foram encontradas descrições a esse respeito. Dessa forma, o novo domínio do saber médico se ligava às preocupações de doenças e mortalidade infantil apenas em fins do século XIX e início do XX, quando a atenção se voltava ao desconhecido universo da criança e da mulher, pois, segundo Margareth Rago, quando se deu “a conquista deste novo domínio de saber, o objeto-infância, abriu as portas da casa para a interferência deste corpo de especialistas, os médicos higienistas, no interior da família” (RAGO, 1985, p. 117).

O índice de mortalidade infantil era de reconhecimento dos superiores políticos, no entanto, não havia a atenção dada a esse acontecimento, uma vez que a criança poderia ser entendida enquanto um ser frágil, não tendo real atenção às suas necessidades. Por esse motivo, nos discursos de presidentes de província, esse assunto não era pauta, para que houvesse planejamento frente aos gastos dos cofres provinciais. Assim, a realidade desse acontecimento era disfarçada pelo discurso como algo de baixa importância ou até mesmo inexistente, pois segundo Michel Foucault

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2007, p. 8-9).

Dessa forma, foi possível observar que o advento das teorias higienistas surtiu efeito em grande parte do país, no entanto, era pensado de forma separada, as prioridades dadas às questões de ordem civil e social. Os pobres e sertanejos ocupavam o segundo lugar nos planos elaborados pela classe intelectual da época. A princípio, a prioridade era curar os brancos da “alta sociedade”, fazendo distinção de cor, classe e região. Com o passar do tempo, foi sendo observado que havia a necessidade de ampliar seus métodos para que houvesse a devida providência em todo o Brasil.

O primeiro censo demográfico feito no país foi em 1872, sendo este o Recenseamento da População do Império do Brasil. Por meio dessa contagem de homens, mulheres e crianças,

divididos entre livres e escravos, foi feito um estudo denominado a respeito da mortalidade no Rio de Janeiro, capital da província. O recenseamento, como dito anteriormente, realizado pelo médico José Pereira Rego, se tornou importante contribuinte nos estudos higienistas do Rio de Janeiro, conseqüentemente, em todo o país, no século XIX.

O estudo em questão teve o intuito de contribuir para a pesquisa no país a respeito das causas que levavam ao grau de mortalidade no Rio de Janeiro, no final do século XIX, pensando, inclusive, como o número de crianças aparecia sobreposto ao número de adultos. Observações foram feitas sobre a mortalidade e o movimento da população, na cidade, antes do recenseamento de 1872. Dessa forma, o médico José Pereira Rego, Barão de Lavradio, constatou, por meio de levantamento de dados e comparação de número e índices,

Que, tomado o termo médico dos cinco primeiros annos de vida, reconhece-se que toca a cada anno 6.233 crianças sujeitas ainda a todas as contingencias, cifra por certo pouco lisongeira e demonstrativa da pouca fecundidade da população desta côrte, ou de grande mortandade nas primeiras idades (LAVRADIO, 1878, p. 26).

A morte das crianças nascidas no Rio de Janeiro eram provenientes

De fome, de miseria, de falta de cuidado e vigilancia (...), que um menino nascido tem menos probabilidade de viver uma semana que um homem de 90 annos, e menos anda de viver um anno que um octogenario, não devem surpreender, e não podem jámais attenuar os males que a este respeito soffremos em face de nossas condições sociais (LAVRADIO, 1878, p. 29).

É válida essa compreensão de que um adulto tem mais chances de sobreviver a períodos de doenças e miséria do que crianças. No primeiro livro de óbito do Cartório da Vila de Jardim (1888-1894), o número de pessoas que morriam com idade superior a 90 anos era bem limitado (10 pessoas), mas o caso de Maria Thereza, que faleceu de “velhice” (como consta no livro de óbito) aos 115 anos de idade, mostrou que não era apenas a questão da idade que favorece as pessoas, mas o espaço também, sendo Maria Thereza de origem angolana. No referente livro diz que Maria Thereza “era natural do Reino d’ Angola, solteira, deixou uma filha de nome Limoa, já velha; aos pais são desconhecidos e era moradora no referido São Paulo¹⁵” (LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITO, 1891, p. 92 verso).

Comparando o número de crianças mortas na Vila de Jardim com o estudo de José Pereira Rego (1878), compreendeu-se que as causas que levaram a morte eram bem

¹⁵ São Paulo, ou sítio São Paulo, é localizado da área rural, pertencente ao município de Jardim.

semelhantes, pois tratavam-se de aspectos sociais, sobretudo, ligados à má higiene dos espaços e ao descuido com a saúde pública. No entanto, foi notória uma diferença válida entre as doenças que causavam a morte das crianças no Rio de Janeiro e na Vila de Jardim, pois na capital do Império, havia um número considerável de meninos, frente à morte de meninas, mas, no período em questão, José Pereira Rego (1878) justificou que esse fator poderia ser proveniente do maior número de meninos nascidos na cidade, segundo o censo do império, uma vez que “Este resultado está em harmonia com o dos nascimentos, cujo numero, como já ficou provado, predomina no sexo masculino” (LAVRADIO, 1878, p. 30).

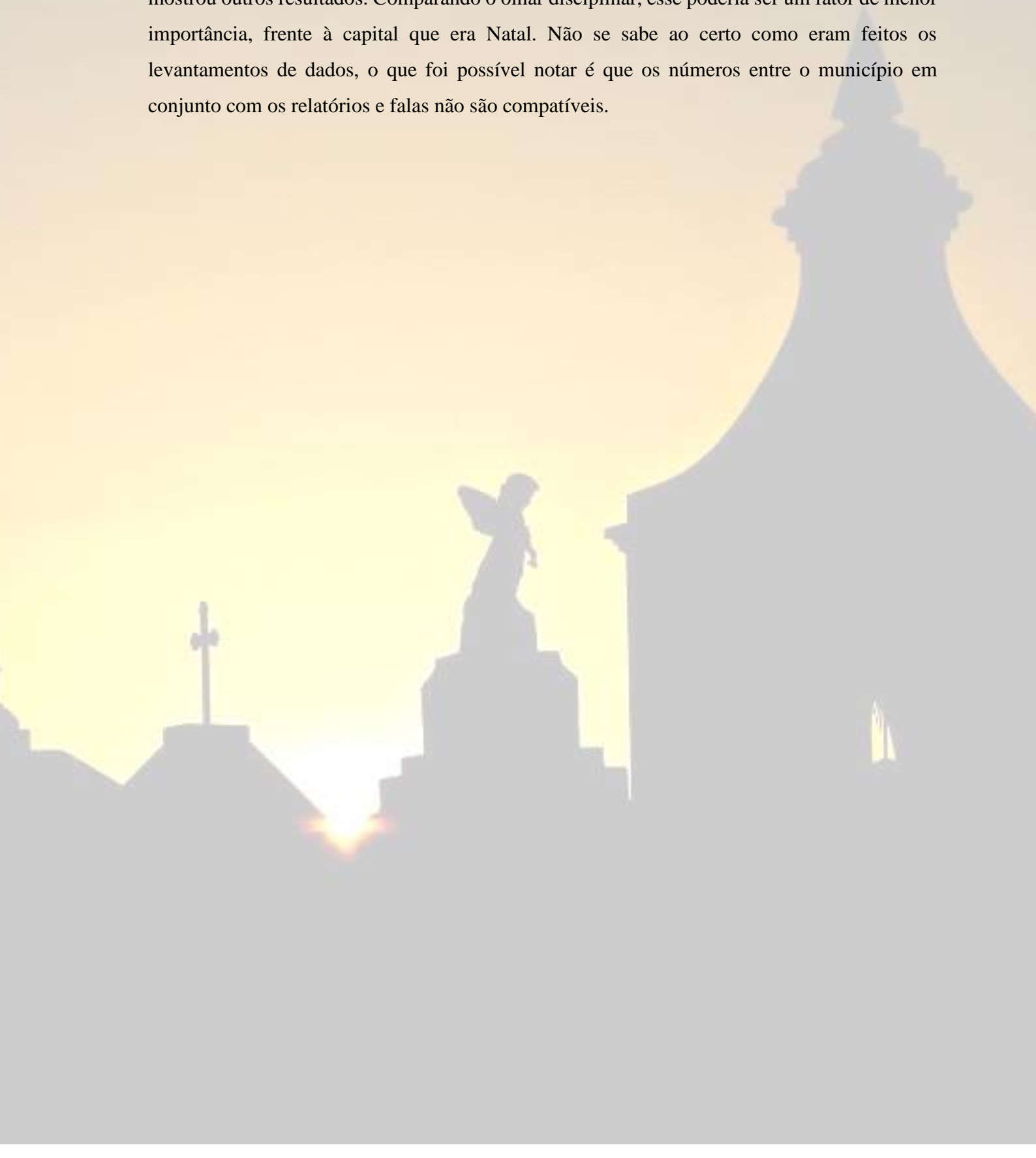
Já na Vila de Jardim, no período que compreendia o primeiro livro de Óbito do Cartório, datado de 1888 a 1894, o número de meninos e meninas mortos, com idade de 0 a 4 anos, somou um total de 383, sendo 192 meninos e 191 meninas. Comparando esses dados, com o total de 619 pessoas mortas na vila de Jardim, sendo 408 crianças de 0 a 10 anos, observou-se que, de fato, o número de crianças mortas de 0 a 4 anos (total de 383, como citado) é considerável para uma maior atenção.

Por meio da análise da pesquisa realizada por José Pereira Rego, entende-se que a necessidade desse estudo foi para constatar quais eram as doenças que atingiam a população, com máxima nas crianças. Observou-se, também, que esses estudos, com o intuito de pensar a respeito da morte de crianças, abarcam outras temáticas relacionadas à ausência de cuidado com a saúde pública, tanto quanto a falta de investimento, no setor de saúde infantil, a carência de atenção básica às gestantes e mães, o trato social com mulheres de forma geral, a importância da criança, a alimentação, os modos de vida, e, sobretudo, as doenças que atingiam a população. Assim sendo, segundo o autor, havia

A notavel differença que se observa nas molestias que maior copia de vidas arrebatam nos diversos periodos da infancia, depende de causas especiais e physiologicas que podem ser, ainda que com difficuldade, apanhadas pela investigação attenciosa dos factos que se succedem a este respeito, causas provenientes não só da má direcção physica e moral das crianças, como da influencia que sobre sua manifestação exercem as condições organismo de seus progenitores, as quaes também por seu dominio em alto gráo explicam até certo ponto o avultado numero de crianças nascidas mortas.

Estas condições subordinam-se, ou antes dependem de infracções ás leis de hygiene em consequencia de vicios contrahidos em nossos habitos, e costumes, que perturbam o desenvolvimento organico, rompendo a harmonia funcional indispensavel, e acarretando uma serie de males áquelles que se vão succedendo nas gerações futuras, e que se não podem remediar ás vezes nas primeiras (LAVRADIO, 1878, p. 30-31).

Em meio a discursos e práticas, a Vila de Jardim se mostrou independente sobre as providências que deveriam ser tomadas. Dessa forma, a população trabalhou em conjunto para a construção do cemitério público e a casa de caridade. Mesmo os discursos e falas de presidentes da província representando cautela, a análise documental dos dados de Jardim mostrou outros resultados. Comparando o olhar disciplinar, esse poderia ser um fator de menor importância, frente à capital que era Natal. Não se sabe ao certo como eram feitos os levantamentos de dados, o que foi possível notar é que os números entre o município em conjunto com os relatórios e falas não são compatíveis.



Capítulo 2

ENTRE MORTOS E VIVOS: FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO NA POVOAÇÃO CONCEIÇÃO DO AZEVEDO

Dois, três anos de calvário,
Sertão! Teu rude fadário
nem no Evangelho tem rol!
Cristo teve uma agonia:
- tu, morres é todo dia
cravado na cruz do sol...
(MENESES, 2011, p. 188-189)¹⁶

2.1. Sertão, tens rude fadário

O capítulo anterior se encarregou de discutir a respeito de algumas doenças que assolaram o país, durante o século XIX, e como essas pestes atingiram a população da província do Rio Grande do Norte. No decorrer deste capítulo, busquei pesquisar a respeito das ideias que se faziam presentes no XIX, e como estes pensamentos eram responsáveis na construção dos espaços públicos, igualmente refletindo em modos de agir socialmente, pensar e se comportar. O meu intuito foi buscar entender como esses fatores contribuíram para a construção do cemitério público de Jardim do Seridó.

Jardim do Seridó, localizada no sertão do Rio Grande do Norte, é uma típica cidade interiorana, que ainda conserva seus traços da arquitetura e cultura colonial, sendo a religião católica apostólica romana com maioria em adeptos (mais de 90%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em meados do século XIX, as teorias higienistas adentraram esse território com seus discursos sobre saúde pública e, como reflexo destes, frente aos casos de surtos de doenças pela região, houve a construção do cemitério extra muros, na referida cidade, na segunda metade do século XIX, sendo o único lugar de enterramento até hoje.

¹⁶ MENESES, Othoniel. Obra resumida. Natal: UMA, 2011.

Discuti, brevemente, no capítulo anterior, sobre as teorias médico-higienistas, que permearam os séculos XVIII e XIX no país, sobretudo, responsáveis por influenciar a construção de novos espaços da modernidade. Entre esses espaços, havia o lugar da morte, representado por meio dos primeiros cemitérios extra muros. Essa preocupação se deu, pois, acreditava-se que os enterramentos feitos nos interiores das igrejas e capelas eram responsáveis por propagarem doenças.

Por esse motivo, foi delimitando como objeto de pesquisa o cemitério público de Jardim do Seridó, com o intuito de perceber como os caminhos da modernidade adentraram o sertão do Rio Grande do Norte e construíram um novo espaço para os mortos. O cemitério passou a ser pensado como parte integrante da cidade, definindo uma nova relação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, através da instituição de dois espaços bem delimitados: de um lado, cidade dos vivos; do outro, a cidade dos mortos.

A cidade aqui abordada é Jardim do Seridó, localizada a mais ou menos 247 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte, com um município que tem população atualmente estimada em 12.113 habitantes¹⁷. Comparada a Natal, com 803.739 habitantes¹⁸, Jardim é uma cidade de interior com pequeno porte. Tendo em vista não apenas sua composição em número de habitantes e extensão territorial, mas também suas dificuldades, frente ao contexto de uma espacialidade nacional, tornaram-se perceptíveis as fragilidades expressivas, por meio das composições que fazem parte das pequenas cidades, as quais listaremos a seguir. O presente estudo buscou pensar como fatores de ordem política, social e econômica foram responsáveis pela construção do cemitério público em Jardim do Seridó, em meados do século XIX.

As cidades de pequeno porte são atualmente conhecidas por comportarem um número de até 20 mil habitantes. Por esse motivo, essas cidades têm “dimensão espacial, onde se reproduz parte da população brasileira de baixa renda e que vivencia uma vulnerabilidade social, provocada principalmente por baixos índices sociais, associados a aspectos e elementos distintos que envolvem a reprodução desta população” (SILVA et al, 2009, p. 9).

Por meio do presente estudo, foi observado, por meio dos relatórios dos presidentes de província, que as cidades de pequeno porte, sobretudo cidades sertanejas, sofriam uma carência maior quando o assunto era a atenção dos preceitos básicos, diante do poder público,

¹⁷ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/jardim-do-serido/panorama>. Acesso em: 29/01/2020.

¹⁸ População de Natal, do último senso, no ano de 2010. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/natal/panorama>. Acesso em: 29/01/2020.

representado por meio dos governantes. Assim, os quadros de doenças, e números de mortos no século XIX, tiveram complicações quanto à liberação de verbas dos cofres públicos para a construção de espaços salubres.

Beatriz Soares e Nágela Melo (2009, p. 17), ao estudarem pequenas cidades do interior do Rio Grande do Norte, em sua dimensão urbana brasileira, perceberam que os estudos geográficos dedicavam-se à compreensão das grandes cidades, sobretudo, das metrópoles e sua organização interna de espaços, relações interurbanas, movimentos sociais urbanos, e o papel do Estado diante dessas cidades. Dessa forma, compreende-se que as necessidades de estudar as cidades pequenas eram deixadas de lado. Pensar as pequenas cidades por meio de uma escala local, de um vasto território, é compreender que esta escala territorial é de grande significado tanto pela perspectiva da dinâmica econômica quanto da reprodução dessas vidas humanas.

Foi observado que a cidade pequena se mostra enquanto aglomeração espacial capaz de responder às suas necessidades reais, por meio de sua população, pois,

Nesse sentido, a cidade local, como o nível inferior de uma cidade verdadeira, pressupõe a capacidade de dar respostas, no lugar, às necessidades básicas da população, as quais recebem influências externas e se modificam no tempo, de acordo com as características assumidas pelo processo de urbanização (SOARES; MELO, 2009, p. 26).

Estudar Jardim do Seridó, cidade pequena, no período em que ainda era vila, e estava passando por transformações políticas em sua extensão territorial, tornou possível entender que suas mudanças foram importantes na medida em que havia o desenvolvimento e transformações em seu espaço urbano. Buscar entender como surgiu o cemitério do povoado, tendo em vista suas causas e o que, através desse espaço de morte foi modificado, mostrou fatores políticos e sociais como as formas que os governantes lidavam com a saúde pública, assim como a maneira que a população reagiu diante da necessidade de uma construção do novo espaço da morte.

Em uma fotografia aérea, sendo a mais antiga imagem da cidade de Jardim do Seridó que se tem notícia, datada mais ou menos da década de 1950/1960, é possível notar um percurso triangular entre o recorte espacial que representa o lugar da Fazenda Conceição do Azevedo, onde tudo “começou”, como um pequeno recorte, em círculo menor; a Matriz Nossa Senhora da Conceição, sendo a primeira capela erigida, se mostra na imagem com um círculo maior; e, nos limites do centro urbano, o qual não é mostrado na imagem, está o cemitério público, cuja benção solene se deu em 1858. Abaixo, a imagem, com marcações coloridas, apontando os locais:

Figura 1: Vista Aérea de Jardim do Seridó, 1950/60¹⁹



A presente imagem foi escolhida para mostrar a cidade por duas óticas que, segundo Certeau (1998), são responsáveis pela construção e articulação dos lugares, criando práticas e estratégias. Essas perspectivas de observação e articulação transformam os lugares em espaços por meio do caminhante e do voyeur. O primeiro, chamado de caminhante, aquele que pratica os lugares, que toma o espaço e (re) significa-o à sua maneira, tornando, este, um lugar. Por meio desta ótica de Certeau (1998), entendi que os caminhantes foram responsáveis por seguirem, em linha “reta”, o percurso que vai da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, ao cemitério. Muitas vezes esse percurso é feito por meio das procissões ou cortejos fúnebres, logo após a missa celebrada na Igreja, o corpo do defunto é levado ao cemitério, onde há as últimas bênçãos e, em seguida, é feito o enterramento. Os caminhantes produzem o espaço na medida em que entram em contato com outros caminhantes e com as instituições.

Já os *voyeurs* avistam, de cima, a projeção dos lugares e espaços. Nessa imagem aérea é claramente possível notar, sob a percepção de um voyeur, como é uma cidade. Ele vê do topo o todo, no entanto, não pratica, não articula, não vivencia os lugares e espaços. De cima, é possível observar com mais clareza que a primeira capela, nessa imagem, já aparecendo como Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (em círculo amarelo maior) foi construída de frente para a casa da fazenda Conceição do Azevedo (em círculo amarelo de menor tamanho).

¹⁹ Essa fotografia se encontra exposta no Museu Antonio de Azevedo Maia, na referida cidade de Jardim do Seridó. Conta Raimundo Filho (2020) que se trata de uma fotografia “militar”, feita por volta das décadas de 1950/60, não tendo certeza.

Mesmo não estando clara a localização do cemitério, seguindo a linha reta de cor amarela, nota-se que este foi construído de frente à matriz, nos limites do centro urbano.

O cemitério público foi construído com a ajuda de parte da população de Jardim, sob terreno doado por Antonio de Azevedo Maia (3º) e sua esposa Úrsula Leite de Oliveira. Como pode observar na *Figura 1*, a capela se encontra de frente à casa da fazenda, assim como o cemitério se encontra de frente à igreja. Por uma observação do espaço, nota-se que a casa da fazenda, a igreja e o cemitério formam linhas que compõem um triângulo, como se fosse a representação da figura do “fundador”, da religião e da morte, no povoado de Conceição do Azevedo.

Por esse motivo, compreendo o cemitério de Jardim do Seridó como um anexo da Igreja, mesmo com normas higienistas, vigentes do século XIX, que defendiam a necessidade da construção de cemitérios extra muros, distantes dos centros urbanos e da população. E, mesmo tendo conhecimento dos lugares onde prevalecia a resistência dos enterramentos nos novos cemitérios extra muros, compreendo que, no caso específico do cemitério de Jardim do Seridó, sua construção foi aceita pela população e isso pode ter sido por motivos que compreendiam o lugar estratégico que este foi construído, sendo em terreno baixo, com aproximadamente 200m de distância entre a igreja e o cemitério. O novo espaço da morte foi construído com a frente virada para a igreja, fazendo referência ao espaço religioso, pode ser compreendido como um ponto estratégico para relacionar associar o cemitério à igreja.

A leitura da cidade parte de uma análise dos dados mais atuais, pois segundo Michel de Certeau “ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 1982, p. 27). Assim, o espaço foi pensado por meio de uma perspectiva histórica, visando o cemitério como parte do contexto urbano, lugar de memória e cultura material. Percebê-lo enquanto objeto histórico é refletir sobre experiências que perpassaram o tempo, responsáveis por ligar as pessoas ao espaço da morte. Para tanto, foi necessário entender os fatores que levaram à construção do cemitério extramuro e como se deram as transformações fúnebres, que ocorreram com a transposição do lugar dos mortos, anteriormente enterrados nos templos religiosos e ao redor deles, de acordo com sua posição social, que, a partir do século XIX, passou a ser nos cemitério extra muros.

O período analisado compreende os anos de 1850 a 1904, tendo em vista que a partir de 1850 houve a incidência de surtos epidêmicos no país, atingindo a província do Rio Grande do Norte, sobretudo, nos idos de 1856. Analisar-se-á como esses surtos epidêmicos foram responsáveis pela construção dos cemitérios extra muros no país e na povoação Conceição do

Azevedo, fazendo pensar como as pequenas localizações interioranas recebiam a atenção do governo, presentes nas falas dos presidentes da província do Rio Grande do Norte. O final do recorte temporal da pesquisa se dá em 1904, quando analisei a descrição do Dia de Finados em Jardim, por meio da leitura de um texto, publicado pelo Jornal A República. Esta fonte mostrou a percepção de como era um dia referente à morte e aos mortos (dia de finados) para uma região sertaneja como a vila do Jardim.

O Seridó é uma região que desde o período colonial se destinou à criação de gado. Dessa forma, a cultura seridoense foi sendo desenhada a partir da tríade homem-boi-cruz (SANTOS, 2011, p. 44). Mesmo com um clima seco, o Seridó foi se desenvolvendo ao redor das ribeiras, com fazendas de criar gado e a fé às crenças cristãs, de uma população que se formou predominantemente católica, por meio da herança colonial. Essa realidade não foi diferente na Fazenda Conceição do Azevedo, onde se formou Jardim do Seridó, pois a religião católica levou à construção de uma capela para a fazenda, que foi erguida para a moradia da família Azevedo, cujo desenvolvimento da mesma se deu por meio da criação de gado, pois, apesar do clima seco, a região era favorável à criação desses animais, devido existência de rios.

O Seridó se encontra no sertão do Rio Grande do Norte, cujo *Novo Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguesa*, descreve sertão como sendo “O ponto ou sítio mais afastado dos terrenos cultos. O interior; lugar pouco habitado ou deserto” (BARROSO, 1952, p. 53). As imagens de representação do espaço sertanejo descreviam-no como interiorano e, conseqüentemente, selvagem, atrasado, de gente sofredora e humilde. A produção de representações que narravam esse espaço era contrária ao que representavam como litoral do país, que significava civilizado, por sua localização estratégica, diante das trocas e contatos com outros continentes, sobretudo, a Europa.

Por esse motivo, buscou-se compreender a paisagem sertaneja por meio da relação entre natureza e ser humano, onde a cultura constitui um fator determinante nesta troca de simbolismo, mitos, lembranças, superações e obsessões. Para Simon Schama, a paisagem tem relação direta com as memórias e a cultura de quem a produz, pois “a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia [...] Tampouco a natureza selvagem venera a si mesma” (SCHAMA, 1996, p.17). Essa descrição leva a pensar como as paisagens são construídas a partir das vivências e das representações que a impõem, sendo produto de memórias e até mesmo de discurso de poder, muito mais que a própria realidade.

O espaço sertanejo, por muito, foi descrito através de experiências com as paisagens e essas foram perpetuadas por meio de memórias individuais e coletivas, perpassadas por histórias conhecidas. As regiões carregam camadas de temporalidades distintas e longínquas, que coexistem. Para Schama, “o cenário perfeito está condicionado a um senso de ordem que é mais invenção social da humanidade que pura obra da natureza” (SCHAMA, 1996, p. 524). As paisagens, portanto, foram produzidas amalgamando essas múltiplas temporalidades e experiências, muitas vezes alusivas a um passado remoto. Elas são reflexos de produções sobre os espaços existentes segundo as memórias e cultura.

Para Michel Foucault (2007), o discurso tem força criadora, legitimadora, perceptiva, produtiva, pois possibilita a materialização de ideologias. Em contrapartida, torna-se perigoso ao passo que serve de interesses do poder, os quais têm como intenção dividir e estratificar uma sociedade, marginalizando-a e discriminando-a. Dessa forma, o discurso que “cria” um sertão ou um espaço como o povoado de Conceição de Azevedo, significando-o como sertão atrasado e distante das produções de uma dada época da modernidade, o impossibilita de descrever momentos históricos os quais fazem parte de sua construção regional e nacional.

Entender o sertão produzido, no século XIX, vai além do espaço físico, é uma compreensão dos agentes, que foram dispersos e esquecidos no tempo. Ater-se aos detalhes das percepções, do sentir, das experiências dos sujeitos existentes, como apontou Maria Zilda Cury, “olhar o outro, sabendo-se não ser o outro. Sentir com o outro, sabendo-se não ser o outro. Responsabilizar-se pelo outro radicalmente (...), responsabilidade como superação ética da percepção da alteridade” (CURY, 2006, p. 59).

Busquei descrever parcialmente o Seridó enquanto região sertaneja, cuja cidade de Jardim do Seridó faz parte. Essas descrições ajudam na compreensão dos fatores que levaram à construção do cemitério extra muros e, sobretudo, as mudanças nos ritos fúnebres da povoação, ao longo da segunda metade do século XIX. No entanto, esse exercício resulta de uma prática constante, que não tem como intuito descrever a história da cidade, mas sim, uma parte dela, com o objetivo de perceber como uma dada região atende a discursos, falas e relatórios de presidentes de província, que perpetuaram em torno do cenário brasileiro.

Há bagagem para uma longa viagem, se pegarmos o Seridó como um espaço sertanejo a ser descrito/compreendido de forma cultural e histórica, e esta viagem é tamanha que descrevê-la não cabe à esta pesquisa, no entanto, buscou-se pensar minimamente para se compreender como e quais discursos foram responsáveis por construir esse espaço e como isso

pode ter influenciado em novos lugares de morte e ritos fúnebres em Jardim, no século XIX. Mesmo a morte sendo um fator natural à vida, discursos e crenças que a relacionam com o pós-morte, contem vasto campo de significados, criados pelos vivos, que atravessam tempos e, aos poucos, vão se mostrando pelas experiências compartilhadas por meio dos ritos fúnebres.

Em seu estudo sobre a morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais, Paulo Muniz observou que “a morte foi aprisionada em suas cerimônias e transformada em espetáculo, arte, cultura, tendo suas representações transmitidas de formas romantizadas e dramáticas ao longo do tempo” (MUNIZ, 2006, p. 163). Como observado, os mortos não eram abandonados sem rituais de sepultamento, pois as cerimônias acompanham a preparação do morto, e seu destino no Além mundo, principalmente cerimônias oferecidas àqueles que já descansavam em seu sono de morte. A tratar de ritos funerários e/ou de sepultamento, pode-se ressaltar o cuidado e o valor que se tem com o corpo do defunto, tendo em vista a preocupação com a crença do pós-morte, fazendo entender que a ritualização fúnebre é uma questão cultural antiga de resistência à própria natureza humana. Segundo Diego Tavares, “Essas práticas e tradições fúnebres eram difundidas pela Igreja e tinham o apoio do Estado. Separados pelo oceano atlântico, metrópole e colônia eram unificados pela presença da Igreja” (TAVARES, 2020, p. 55).

Perceber como a morte era e é produzida em um povoado sertanejo é o mesmo que buscar entender as particularidades culturais que os espaços e discursos refletiam e refletem sobre as pessoas. Nos sertões nordestinos, sobretudo, a morte foi mostrada como fator predominantemente rotineiro, segundo os discursos produzidos, pois, foi criado o discurso que este espaço tem a imagem da miséria e do atraso. Dialogar com as relações existentes, em contraste com as produzidas pela alteridade, fazem pensar nos múltiplos significados que foram criados e tomados ao longo do tempo. A esse propósito, Durval Albuquerque Júnior (2011, p. 30) descreve o conceito de Nordeste como fator fortemente ligado às figuras do cangaço, miséria, fome, atraso, seca, messianismo e coronelismo, advindo de construções que perduram desde o século XIX, com o intuito de perceber como foi formado o discurso sobre o espaço nordestino, através das artes e sua perspectiva crítica do que era produzido.

Na obra *Superstição no Brasil*, Câmara Cascudo abordou a religião, a morte e o morrer do brasileiro partindo das superstições que percorreram e percorrem gerações ao longo do tempo. Todo o relato de Cascudo é feito com base em suas bibliografias e, sobretudo, suas memórias de menino criado no sertão. Parte dessas memórias pode ser entendida como

produções culturais que estão diante de Cascudo e dos demais brasileiros. Sobre o velório, Cascudo escrevia:

Preparado o corpo, disposto no caixão, acesas as velas, queimando-se incenso, guardam os amigos e a família o morto durante as horas que antecedem ao sepultamento. (...) A guarda ao morto é velha tradição oriental e começaria da fase pastoril onde o cadáver seria vigiado pelos da tribo para não ser roubado pelos inimigos, roubado para restituição com pagamento ou por vingança, impossibilitando a suprema e decisiva deposição na sepultura (2001, p. 22).

A escrita de Cascudo pode ser observada como um relato de seu próprio tempo. Trata-se da particularidade do olhar cultural que ele vivenciou, resultando em memórias construídas por meio de suas experiências. Sua memória passou a ser observada como colagem de retalhos, de partículas, formados através do convívio social, associado à combinação de outros relatos ouvidos. A relação entre o sertanejo e a morte tem trato simbólico, repleto de fatores culturais que, para Burke, a ideia de cultura “implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimento e habilidades legados por uma geração para a seguinte” (BURKE, 2004, p. 39).

As práticas, que compreendem fatores culturais e sociais, são responsáveis pela construção dos espaços. Ao mesmo tempo que as pessoas articulam esquemas e moldam os lugares à sua maneira, constroem objetos e significados, levando a pensar completamente a relação tradicional postulada entre o cultural e o social. Concorde-se com Roger Chartier quando pensamos a história por meio de estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, sendo responsável por romper com a “antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido inerente, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirigir-se as práticas que, pluramente, contraditoriamente, dão significado ao mundo” (CHARTIER, 2002, p. 27).

No Brasil, a cultura da morte foi permeada por tradições diversas, tendo em vista o contato entre os povos nativos, europeus, africanos e judeus (estes últimos, ao vir para o Brasil, eram batizados no cristianismo e conhecidos como cristãos-novos). Grande parte da formação cultural, que se tem conhecimento, no século XIX, assim como as maneiras de ritualizar a morte, e entendê-la como fator determinante para a vida, existe desde o período colonial, com a vinda dos colonizadores para as regiões que atualmente compreendem o Seridó.

Foi nos séculos XVII e XVIII que houve as primeiras instalações de fazendas na região, assim como a pecuária, enquanto atividade econômica. Segundo Olavo de Medeiros Filho, “Surgiram as primeiras casas, rústicas, construídas de taipa, com seus madeiramentos

amarrados com tiras de couro cru, nelas se aproveitando da madeira devastada pelo levantamento dos currais e implantação dos pequenos roçados de lavouras de subsistência” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 3). Olavo de Medeiros Filho (1981) também descreveu que só após 1720 é que houve a instalação das primeiras famílias de colonizadores e as fazendas de criar gado. Antes desse período, não havia a formação das famílias no local, devido às más condições da região, tendo em vista a seca que não permitia a fixação das famílias. Dessa forma, nos idos do século XVII só era possível a instalação de “vaqueiros solitários, foragidos da justiça, caboclos mansos e negros cativos” (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 4).

Os estudos²⁰ a respeito do sertão do Rio Grande do Norte, presentes na historiografia, mostram que as primeiras penetrações na região se deram por volta do século XVII. Com o intuito de conter o levante dos indígenas, portugueses foram enviados à região. Antônio de Azevedo Maria Junior, filho de Antonio de Azevedo Maia e Josefa Maria Valcácer de Almeida, foi patriarca da família Azevedo no Seridó. Enviado como Tenente, e depois se tornando Capitão de Cavalaria de Ordenanças da Vila do Príncipe, no final do século XVII, teve matrimônios com Micaela Dantas Pereira, filha de Caetano Dantas, e logo após o falecimento da mesma, casou-se com Maria José de Santa Anna.

Conta Medeiros Filho (1981, p. 4) que além das pessoas que já habitavam as capitâneas do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, uma boa parcela dos habitantes, que foram destinados a residir e constituir famílias no Seridó, eram lusitanos, advindos do norte de Portugal e dos Açores. Era natural do Minho, Antonio de Azevedo Maia, pai de Antonio de Azevedo Maia Júnior, fundador da fazenda Conceição. Por esse motivo, as famílias do Seridó, desde o século XVII, partilhavam da cultura europeia e, predominantemente, católica. Segundo José Nilton de Azevedo (1988, p. 27-28), logo após a instalação da fazenda Conceição, Antônio de Azevedo Maia Junior solicitou autorização ao Bispo de Olinda para a construção da capela, próxima à fazenda. A esse respeito, o próximo capítulo se encarregará dos detalhes.

²⁰ Sobre a formação do Seridó, sertão do Rio Grande, ver: DANTAS, Manoel. **Homens de outr’ora**. Natal, RN: Sebo Vermelho 2001; DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó Antigo**. Natal, RN: Sebo Vermelho, 2008; FARIA, Osvaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado, 1980. MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981; MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense. Natal: EDUFRN, 2012; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)**. 2013. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2013.

Necessário entender que esse acontecimento de erigir capelas logo após a construção da fazenda era comum no processo de colonização. Isso mostra o quanto a religião católica estava à frente das influências de colonização. Essa raiz cristã foi forte influenciadora das formas de morte e de morrer no país, sobretudo visando o lugar de enterramento, relacionando-o com a posição social do morto.

Conforme o decorrer do século XIX, os locais de enterramentos dentro e fora das capelas foram gerando debates entre os estudiosos das teorias médico-higienistas. Como será possível verificar a seguir, os estudos que relacionavam pesquisas sobre doenças, resultando muitas vítimas mortas, fizeram crescer esses debates ao longo dos séculos XVIII e XIX no país.

Ao analisar a cidade de Paris, capital da França, no século XIX, David Harvey discutiu o tempo da modernidade e as transformações espaciais que o centro urbano da cidade passou. Os ideais que permeavam a época visavam uma ruptura radical do tempo, transformando tudo com o intuito de criar configurações novas (HARVEY, 2015). No entanto, as mudanças que aconteceram no século XIX foram resultados de condições pensadas anteriormente. A Paris moderna não apenas influenciou grande parte do Ocidente, como também influenciou fortemente o Brasil. Por meio dessa abordagem, entende-se a modernidade do século XIX como um projeto inovador que tomou o país após a chegada da corte de Portugal, em 1808.

2.2. Nem no Evangelho tem rol: fatores que implicaram a construção dos cemitérios extra muros

Como foi possível notar no capítulo anterior, os estudos médico-higienistas que influenciaram pesquisas no Brasil, eram decorrentes da Europa, na segunda metade do século XVIII. Dentre as formas que os higienistas nomeavam como convivência social saudável, estavam a urbanização das cidades, por meio da limpeza urbana, ruas largas, boa circulação de ar, ambientes arejados. Dessa forma, ambientes fechados como capelas e igrejas cemitérios, matadouros, ruas estreitas, casas de caridades, entre outros locais com pouca circulação de ar, que destinasse a encontro de pessoas com frequência, poderia ser um ambiente propício a doenças.

Em Portugal, no ano de 1800, Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, médico da Universidade de Coimbra e Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, lançou um livro intitulado Sepultura dos Cadáveres. A obra trata sobre a forma que os cadáveres prejudicavam

as pessoas nos templos, mostrando métodos de prevenção, oferecidos ao então Príncipe Regente. Fez saber que

(...) Os santos Edifícios em vez de serem attractivos puros, e saudaveis, sejam pavorosos, impuros, e a origem de innumeraveis doenças.

(...) Os prejuisos farão confirmados pela observação, e hoje he demonstrado de facto. Seria desnecessária a presente Memoria, se as luzes das Sciencias Naturaes estivessem assás espalhadas entre nós, porém como infelizmente assim não he, e a piedade mal entendida continua a fazer o mesmo damno, por isso, desejando concorrer, quanto posso, para o bem publico, me resolvo a publicalla, não só para mostrar evidentemente, que a sepultura nos Templos he nociva, mas para ensinar os meios de remediar os seus máos effeitos (TELLES, 1800, p. 2-3).

As prevenções sugeridas por Vicente Telles (1800) ficaram conhecidas na época, pois foram necessárias tanto para o reino de Portugal quanto para o Brasil, sendo referência para estudos posteriores no país, ao longo do século XIX. Havia uma relação entre vivos e mortos, presente nas propostas de Vicente Telles (1800), pois estava subtendido que havia o trato e respeito quanto à memória dos mortos, pela escolha de seus enterramentos em igrejas cemitérios; tanto quanto o reconhecimento de que esses enterramentos serviam de alerta à saúde pública.

Segundo Ana Cristina Araújo, a relevância do estudo de Vicente Telles (1800) se dá, pois,

Ao consagrar a entrada definitiva da ciência e da política num campo outrora reservado à intervenção dos eclesiásticos, este notável homem de ciência, nascido no Brasil e formado na Universidade de Coimbra, deu maior densidade à aspiração humanitária e higienista de exílio dos mortos, pondo em evidência a utilidade social do conhecimento científico, quer na inumação dos cadáveres, quer na sua desmaterialização (ARAÚJO, 2019, p. 241).

A preocupação com a saúde da população estava nitidamente exposta, principalmente quanto ao lugar de enterramento, que era feito nas igrejas-cemitérios. Esses lugares de sepultamento se tornaram risco para a saúde da população quando os estudos do século XVIII e início do XIX mostraram que os miasmas, já discutidos no capítulo anterior como emanções nocivas do ar, eram advindos dos corpos de cadáveres em decomposição, vítimas de doenças contagiosas, representavam meio de transmissão.

Além da obra de Vicente Teles, outro estudo referência na França, publicado no Rio de Janeiro em 1812, foi o ensaio de Félix Vicq d'Azyr, médico e anatomista francês. A obra trata sobre as formas de enterramento que aconteciam nas sociedades europeias antigas. No decorrer de seus escritos, ele falou sobre os antigos cemitérios, que se encontravam distantes dos centros urbanos. Isso mostrou como esses cemitérios tinham melhor localização, uma vez que não havia o contato da população em ambientes.

Essa análise da forma de enterramento serviu para que Vicq d'Azyr concluísse seus estudos da seguinte forma: “Os multiplicados exemplos, que muitos Príncipes da Europa derão, e vão dando a respeito do restabelecimento do antigo uso dos cemiterios, situados fóra das Cidades, nos promettem lisongeiros esperanças de vermos ainda entre nós abolido o pernicioso costume das inhumações nas Igrejas, e no interior das Cidades” (D'AZYR, 1812, p. 89).

Os enterramentos nas igrejas-cemitérios passaram a representar perigo à saúde pública, porque havia um questionamento que girava em torno das formas de contágio das doenças. Enquanto não tinham uma teoria consistente sobre como as moléstias se alastravam, os estudos iam comprovando que a transmissão muitas vezes se dava por meio da água e do ar que serviam como veículos de doenças transmissoras. Sobre esses questionamentos existentes, as sepulturas e as visitas às igrejas e capelas passaram a representar um perigo para a população.

No Brasil, alguns centros acadêmicos formaram turmas, principalmente nos cursos de medicina para debater sobre as formas de conter e eliminar essas doenças, pois a existência delas e o número de mortes representavam um atraso para as cidades, sobretudo no século XIX. A “elite esclarecida”, formada por médicos higienistas, se tornou importante para o surgimento de debates políticos, que resultaram em promulgação de decretos e leis relacionados à criação de cemitérios. Em Portugal, foi lançado um decreto de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Fazem parte deste decreto 14 artigos destinados a descrever como deveriam ser os cemitérios públicos, construídos fora das cidades. Parte dos artigos dizem que

Artigo 1.º Em todas as Povoações serão estabelecidos Cimiterios Publicos para nelles se enterrarem os mortos.

Art. 3.º Os Cemiterios deverão ser situados fóra dos limites das Povoações, e com a exposição mais conveniente á salubridade dellas. Nas Freguezias ruraes as distancias dos Cemiterios podem variar segundo as circunstancias particulares.

Art. 4.º Os Cemiterios deverão ser resguardados por um muro de não menos de dez palmos de altura, construído com a precisa solidez.

Art. 5.º Cada corpo deverá ser enterrado em cóva separada, a qual terá pelo menos cinco palmos de profundidade, e será separada das outras covas por um espaço de palmo e meio por todos os lados.

Art. 13.º O Parocho, ou qualquer Ecclesiastico beneficiado, que desde que o Cemiterio estiver designado, e benzido, consentir que algum cadáver seja enterrado dentro dos templos, ou fora do Cemiterio, será, pelo simples facto, privado do beneficio, e ficará inhabil para obter ontro (DECRETO, 1835, p. 326).

No referido decreto fica clara a recomendação que se deve ter quanto ao enterramento dos cadáveres nos cemitérios extra muros, fazendo, assim, com que houvesse distanciamento dos enterros que ocorriam nos cemitérios das igrejas. As recomendações eram feitas, também, às autoridades eclesiásticas, destinando-lhes responsabilidade sobre os enterramentos nesses cemitérios. Cabia às autoridades eclesiásticas, dessa forma, o bom trato com as leis do Estado e o cuidado com as missas destinadas aos mortos. É exposto, inclusive, o pagamento de pena àqueles que desobedecerem à presente ordem. No entanto, não ficam explícitas as penas a quem desobedecer às ordens.

Para que houvesse os devidos cuidados às ordens, foram expostas as leis e decretos por questões de segurança pública. Tais ordens apontavam uma necessidade de organização do Estado, frente às crenças religiosas e o poder da Igreja sobre seus fiéis. Desde a segunda metade do século XVIII, com as reformas pombalinas, houve mudanças nas leis testamentárias que influenciaram fortemente a secularização no século seguinte. O contexto de um Estado liberal burguês exigia do governo a separação da Igreja e do Estado (MARTINA apud RODRIGUES, 2008, p. 6-7). As reformas pombalinas contribuíram bastante para que houvesse a preservação da ordem, frente à vontade que o Estado tinha de modernizar, por meio de reformas implementadas em que contribuíam com uma secularização.

Houve a necessidade de um distanciamento entre a religião e o Estado, pois cabia aos representantes do governo a responsabilidade em lidar com assuntos relacionados à esfera social, incluindo o bem-estar da população e a saúde. No entanto, esses fatores só ocorreram a partir do século XIX e, sobretudo, no século XX, com a República (RODRIGUES, 2008, p. 7).

Por esse motivo, com a instalação dos cemitérios extra muros, houve algumas revoltas como forma de recusa à sua construção. Em Portugal, a Revolta de Maria da Fonte foi um levante popular que ocorreu em 1846, dez anos depois da Cemiterada, também revolta popular

frente à construção do cemitério de Salvador, analisada por João José Reis (1991), e tão conhecida na historiografia brasileira (MILNER, 2017).

João José Reis mostrou que no ano de 1836, Salvador presenciava a Cemiterada, revolta popular contra o novo Cemitério Campo Santo, construído por uma empresa privada. O fato ocorrido causou revolta, pois os enterros, que até então eram feitos nos solos das igrejas, passaram a ser destinados ao novo cemitério extra muros. Além disso, como era tradição, as irmandades ficavam encarregadas dos rituais religiosos que iam do cuidado com o corpo até o sepultamento. Todos esses papéis, que faziam parte do ritual da morte, eram destinados ao monopólio da nova empresa privada. Dessa forma, houve um levante, iniciado pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, contra essas implicações de mudanças das formas religiosas e culturais da morte, iniciadas pelos médicos e higienistas, que se mantinham nessa ideia de laicização do cemitério como forma de prevenir e combater doenças por meio dos miasmas pútridos, advindo desses cadáveres enterrados nas igrejas-cemitérios (REIS, 1991).

Quase dez anos mais tarde, em 1846 na região do Minho, em Portugal, havia o cenário de agitação quanto às novas formas de governo, destinadas à implementação do liberalismo econômico, que causou profunda agitação entre parte da população civil, social, militar e econômica. Ainda assim, no século XIX, como medida de saúde, os médicos e higienistas recomendavam a proibição dos enterramentos de mortos no interior das igrejas, como era tradição. Foi nesse cenário de lutas entre absolutistas e liberais que se desenvolveu um levante chamado Revolta de Maria da Fonte, relacionando as massas camponesas contra os dizeres constitucionais (FERREIRA, 2018; MILNER, 2017).

Resistências como a Cemiterada (1836) e a Revolta de Maria da Fonte (1846) foram levantes populares que resultaram da recusa, de parte da população e da Igreja, contra o novo sistema de Estado secularizado e defendiam um modo de vida voltado para os costumes tradicionais. No Brasil, não temos conhecimento de outras revoltas, a exemplo da Cemiterada. No entanto, conta Fátima Ferreira que “Logo no início dos acontecimentos, no mês de Abril de 1846, são assinalados fenômenos desta natureza em pelo menos seis sedes de concelho da província do Minho no norte do país: Ponte da Barca, Barcelos, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Amarante e Guimarães” (FERREIRA, 2018, p. 80). A autora se referiu a esses últimos tumultos populares como revoltas por serem alvos de impostos municipais e destituições de autoridades locais de relevo. Ou seja, a dinâmica política e social que teve a revolta da Maria da Fonte pode ser observada pela perspectiva de um levante popular camponês que surtiu efeito

nos setores administrativos, dizendo respeito ao poder da população contra as autoridades locais, transformando “as ideias tradicionalmente conservadoras dos direitos populares numa doutrina progressista da soberania popular” (CAPELA apud FERREIRA, 2018, p. 89).

Diante desses acontecimentos, posso afirmar, com segurança, que até o presente momento, diante das fontes analisadas, não se teve conhecimento de tal revolta popular no sertão do Rio Grande, nem tão pouco em Jardim do Seridó, no período analisado (1850-1904). Ao contrário, o cemitério público foi construído pela população, em terreno doado para este fim, como será mostrado a seguir.

Isso faz entender que as instalações dos novos cemitérios extra muros eram necessárias para o melhoramento da saúde pública, no entanto, o costume dos sepultamentos *ad sanctos* ainda era defendido por uma parcela da população, uma vez que se tratava de uma tradição dos ritos de morte. Esse forte embate entre a tradição e a ciência, no século XIX, como resultado da construção de cemitérios extra muros constitui parte da presente pesquisa, pois, com isso, busca-se entender fatores que levaram a construção do cemitério da povoação de Conceição com a ajuda da população. A questão é pensar a relação das pessoas com a criação e uso da prática de enterramentos nos cemitérios extra muros para, então, compreender como houve as transformações nos ritos de morte no decorrer da segunda metade do século XIX.

2.3. Cristo teve uma agonia: os mortos na cidade dos vivos

Em 12 de março de 1763, houve a primeira tentativa de modificação milenar das formas de sepultamentos dentro das igrejas. Esse acontecimento se deu por meio do decreto Parlamentar de Paris que, logo no preâmbulo do decreto havia escritos com base em argumentos médicos. Segundo Philippe Ariès,

Aliás, o decreto nada que previa para fazer do cemitério um lugar público, e os visitantes eram de certa maneira dissuadidos de fazer a viagem. O cemitério era um espaço fechado por muros, bastante grande para que as valas comuns pudessem fazer o rodízio rapidamente, sem esgotar o terreno. Isso porque os parlamentares tinham conservado o princípio secular de amontoamento dos corpos em várias camadas de espessura, apesar das objeções de alguns médicos e de alguns párocos” (ARIÈS, 2014, p. 650)

Como observado, os discursos que levavam à instalação dos cemitérios extra muros vinham desde o século XVIII, na Europa. Essa relação entre vivos e mortos faz pensar a respeito da relação dos povos com o sagrado. A justificativa de enterrar seus mortos em igrejas é que, assim, estavam próximos de seus entes queridos, como dos santos, em um bom lugar no Além mundo. Conforme assinalou João José Reis, “Ser enterrado na Igreja era uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido. Os mortos se instalavam nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida” (REIS, 1991, p. 171).

Foi no decorrer da segunda metade do século XVIII, que a literatura religiosa e médica começou a se mostrar preocupada com as questões de saúde e bem estar social. Nessa perspectiva, os discursos que vigoravam durante o século XIX, se encarregavam de instruir sujeitos saudáveis, morais e, não diferente, cristãos. A Igreja resistiu no trato com os mortos, e ela se preocupava quando o assunto era a mudança dos enterramentos, pois

No conjunto, todos estavam de acordo em reconhecer a insalubridade dos cemitérios e das sepulturas nas igrejas, e a necessidade de fazer alguma coisa. Mas havia reservas: as que conhecemos provêm do clero e das fábricas das igrejas. Esses foram atingidos em seus interesses financeiros pela decisão do parlamento, visto que as sepulturas representam uma parte importante de seus recursos (ARIÈS, 2014, p. 652).

A partir do século XIX, os enterramentos nos solos das igrejas passaram por mudanças. Segundo Alcineia Santos (2011), por meio do devido desenvolvimento e contágio de doenças, o lugar de enterramento, no Seridó, que a princípio era feito nas capelas e igrejas das fazendas e vilas, foram pensados como ambientes insalúbres. No entanto, vale salientar que nem todos os enterramentos aconteciam no interior das igrejas, pois tratava-se de um espaço religioso, porém privado, destinado ao interesse daquele que era responsável por sua construção.

Assim, aos poucos, tanto no Rio Grande do Norte, como em outras partes do país, os enterramentos em templos religiosos começaram a ser discutidos como risco para a saúde pública da região. Ainda durante esse período, as formas de enterramentos em templos religiosos eram discutidas como perigo à saúde pública. Na vila de Conceição do Azevedo, atualmente Jardim do Seridó, a capela servia como espaço para reuniões que diziam respeito às questões de ordem pública. Esse fator foi observado na abertura do Livro nº 1: “Qualificação dos Votantes do Município” (1856-1866), no qual aparece, em sua descrição, a reunião feita no espaço interno da capela. No Livro de Ata (1859), consta que as sessões extraordinárias e

ordinárias ocorriam na “sacristia da Matriz” até julho de 1860, quando passaram a ser na Câmara Municipal. Desde o século XVIII, era comum haver reuniões sociais, jurídicas e administrativas nas igrejas e capelas, pois além de espaços religiosos, era espaço público.

Segundo Mara Nascimento,

É importante levar-se em conta que, na América portuguesa, a edificação de igrejas matrizes tinha um significado particular: representava o surgimento e a instituição de toda uma nova circunscrição territorial e administrativa do real padroado, ou seja, uma nova paróquia ou freguesia que se tornaria uma unidade fundamental do governo eclesiástico e do poder régio. À fundação de uma freguesia seguia-se a ereção de uma igreja matriz e a esta, o reconhecimento jurídico de uma importante povoação, que não tardaria em se transformar em vila ou cidade (NASCIMENTO, 2005, p. 2-3).

Esse fato era estabelecido pelo padroado²¹, tratado como acordo entre coroa e Igreja, onde havia troca de financiamento sob pagamentos feitos às atividades eclesiásticas perante a sociedade. O Estado destinava à Igreja as questões de controle social, tais como batismo, casamento e óbito. Como pretexto a esses acontecimentos, usava-se de cumprimento dos sacramentos. A Igreja tinha acordo com a coroa e ambas formavam aliadas na colonização das américas, era uma espécie de contrato com caráter político, religioso e administrativo. Dessa forma, administrando as colônias político-civilmente, Igreja e Estado saíam beneficiados com o Padroado.

Esse comum acordo entre Estado e Igreja tornou a religião católica dominante nas colônias, resultando, assim, na predominância de tradições cristãs na cultura brasileira. Logo, as práticas fúnebres estavam intimamente ligadas ao imaginário a à cultura cristã. Por esse motivo, os primeiros cemitérios extra muros eram construídos distantes dos centros urbanos, mas com espaço semelhante ao da Igreja, uma vez que possuíam e possuem cruzeiros, imagens santas, orações, anjos, capelas.

Esse acordo entre Estado e Igreja pode ser observado na construção dos primeiros espaços da colônia, pois, segundo Mara Nascimento, a criação de uma freguesia ou vila se dava logo após a construção de uma igreja ou capela (2005, p. 2-3). Por esse motivo, nos centros

²¹ Sobre o padroado, ver HOORNAERT, Eduardo et al. **História da igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 32.

urbanos, as casas e construções de arquitetura mais antigas estão localizados ao redor, ou próximos, à primeira igreja.

A recomendação era que os cemitérios extra muros fossem construídos distantes desses centros urbanos, onde o trânsito de pessoas era maior, e em terreno abaixo do nível da cidade, para que fosse possível a circulação de ar, reduzindo, ao máximo, o contato entre a população e os miasmas, que infectavam o ar (REIS, 1991; RODRIGUES, 1997; SANTOS, 2011). Os cemitérios eram espaços entendidos como parte de uma urbanização em transformação, com aspectos estudados desde o século XVIII. A conjuntura que inseria a construção dos cemitérios extra muros dizia respeito a ideais de modernidade, como reflexos de uma luta. Segundo Vanessa Sial,

Na luta para levar o país à “modernidade” e ao “progresso”, uma corrente de médicos acreditava que só a “higiene” seria capaz de livrar a nação das doenças e do “atraso social”. O final da década de 1840 foi palco de discussões para implementação de diversas reformas urbanas, uma vez que, segundo a concepção de diversos governantes, o combate à insalubridade tornava-se essencial para fazer a Corte, assim como as demais províncias brasileiras, cidades que pudessem fazer “boas vistas” às europeias (SIAL, 2005, p. 21).

Em 1850, na parte que trata a respeito da Salubridade Publica, por meio da fala do então presidente de província, Carlos Wanderley, o pedido de construção de cemitérios públicos aparece da seguinte forma:

Por uma circular ás Câmaras Municipaes recommendei a construcção de cemiterios publicos, como lhes he incumbido por Lei, ao que nenhuma pôde satisfazer, por deficiencia de meios, e talvez mesmo por conhecerem na população algum apego ao inveterado abuso da inhumação nos Templos, prática não só contrária á decencia d’estes, como á salubridade publica.

Mandei entregar á Camara da Capital pela quota das obras publicas a quantia de quinhentes mil réis, para dar principie a um cemiterio. Tem havido difficuldade na escolha do local, porque todos os apontados para esse fim apresentam o inconveniente de estar ou muito proximos, ou mui distantes, ou finalmente de lado dos ventos, mais reinantes. Convem portanto, que indiqueis difinitivamente aquelle que melhor vos parecer (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1850, p. 7-8).

Esse assunto vem sendo debatido desde 1847, uma vez que as construções de cemitérios na província do Rio Grande do Norte, foram assuntos discutidos sobre salubridade publica

algumas vezes²², pois levou tempo para a sua realização, tendo em vista os custos que eram gerados e o tempo necessário para a arrecadação dos cofres provinciais, sendo um valor considerável, uma vez que

O cemitério acarréia consigo outras despezas, taes como as que devem ser feitas com um administrador, a cujos cuidados esteja entregue o edificio, a escripturação e o desempenho de outras obrigações de importância, principalmente durante a epidemia, em que se encaravam diariamente muitos cadáveres; pélo que foi forçado a crear este emprego, e marquei-lhe o ordenado de quarenta mil réis mensaes, por ser de natureza, cujo exercicio, exigindo na pessôa que o tem de occupar, certas habilitações, He repugnante, principalmente no tempo da epidemia em que todos procuravam apartar-se de focos de infecção (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1856, p. 16).

Dessa forma, e retornando ao Decreto de Rodrigo da Fonseca Magalhães, de 1835, o 14º artigo tratava justamente sobre o poder cedido aos policiais de cemitérios, como autoridades competentes para vigiar e punir àqueles que desobedecessem as ordens de sepultamento em cemitérios extra muros, pois segundo o “Art. 14.º São mantidas todas as disposições legislativas e regulamentares, e usos locais, no que respeita a funeraes, enterros, e sepulturas: á authority local compete a policia dos Cemiterios, e vigiar que se cumpram as leis, regulamentos, e usos relativos a esta matéria” (DECRETO, 1835, p. 326).

Discute-se a respeito da necessidade de criação de um cemitério público na província do Rio Grande do Norte desde 1847. Esse acontecimento se deu por meio do discurso apresentado pelo Doutor Cazimiro José Moraes Presidente da Província do Rio Grande do Norte, apresentado na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, dessa forma,

Bem quizera propôr-vos a creação de um cemiterio nesta capital, pelo menos afim de que as igrejas, que são casas de oração, se tornassem dignas moradas do Senhor, deixando de ser, como infelizmente são na actualidade, pela inhumação de cadaveres, focos de pestes; mas quasi que me não atrevo a fazelo, não pela oposiçãõ que a ignorancia e os preconceitos sõem fazer as instituiçõs novas, por mais proficuas e bellas que sejam, mas pela insufficiencia das rendas provinciais. Avento, pois, tão somente, a idea, para que a Assemblea, meditando sobre ella, e attendendo a receita da provincia,

²² De acordo com a análise das falas e relatórios dos presidentes da província do Rio Grande do Norte, que foram por essa pesquisa analisados, a partir de 1847, a construção de cemitérios públicos começou a aparecer como uma questão de salubridade pública (RIO GRANDE DO NORTE. Discurso apresentado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Doutor Cazimiro José Moraes Presidente da Província do Rio Grande do Norte na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 7 de setembro de 1847, p. 7. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=11&s=0&cv=0&r=0&xywh=-426%2C955%2C2602%2C1836>. Acesso em: 05/02/2020).

decida se póde ou não dar vantajoso passo lembrado, o qual poderosamente contribuíra para o melhoramento da saude publica, fazendo ao mesmo tempo desaparecer o asco e horror, que ora, pela rasão exposta, inspiram os templos (DISCURSO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1847, p. 7).

O primeiro cemitério construído na província do Rio Grande do Norte foi o cemitério público do Alecrim, onde atualmente está localizado no bairro do Alecrim, na cidade de Natal. A medida que as doenças foram tomando conta da região, a prática dos enterramentos em templos religiosos foram postas em advertência. Tinha a necessidade da construção de um cemitério distante da cidade. Dessa forma, era recomendado que os enterramentos passassem a ser nesses cemitérios extra muros, pois as acomodações dos corpos mortos, de vítimas de pestes, mostravam-se como ameaças à população. No entanto, algumas pessoas se recusavam a serem enterradas fora dos templos religiosos. Além do estranhamento, havia, diante da fé religiosa, a crença de que ao ser enterrado distante das igrejas, um afastamento do céu ou de um bom lugar no Além mundo (ARIÈS, 2014; REIS, 1991; RODRIGUES, 1997; SANTOS, 2011).

Segundo Diego Tavares, a construção do primeiro cemitério da província do Rio Grande do Norte se deu no ano de 1856, período em que os antigos locais estavam lotados de corpos. Mais precisamente em 11 de abril de 1856, com a inauguração do Cemitério Público do Alecrim, tendo o primeiro enterramento, em seu solo, no dia 5 de maio de 1856 (TAVARES, 2020).

Já em Jardim do Seridó, a construção do cemitério público foi feita em terreno doado à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, por Antônio de Azevedo Maia (3º) e sua esposa Úrsula Leite de Oliveira. Antônio Maia (3º), juntamente com parte da população, foram responsáveis pela construção do cemitério. A bênção do cemitério aconteceu em 12 de março de 1858, com o Vigário Francisco Justino Pereira de Brito, como está escrito da seguinte forma no Livro de Tombo N° 1, que se encontra na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição:

O cemitério desta Povoação foi construido as esperanças do Pôvo da Freguesia, pelo qual promovi subscrição para este fim e pertence á Fabrica da Matriz, por ter sido a mente dos subscritores. Foi elle bento *solenemente* (?) por mim aos 12 de Março do presente anno com a assistencia de seis sacerdotes, e de inumero pôvo. Doque para constar faço esta Nota, em que me agsigno. Conceição do Azevêdo – 15 de abril de 1858. O Vigrº Visiº – Francisco Justino Pereira de Brito (LIVRO DE TOMBO, 1858, s/p, grifos meu).

Dessa forma, nota-se que a presença de parte da população foi significativa na construção do cemitério público, no entanto não será descartada a recusa de uma parcela de pessoas, que poderia ter acontecido, frente ao novo lugar de enterramento. Essa descrição faz pensar a respeito da participação dessas pessoas, assim como da Igreja na construção de espaços necessários para um melhor desenvolvimento municipal, tendo em vista que a saúde da população se encontrava em estado de calamidade, em função das doenças. Segundo José Murilo de Carvalho,

Com os direitos civis e políticos tão precários, seria difícil falar de direitos sociais. A assistência social estava quase exclusivamente nas mãos de associações particulares. Ainda sobreviviam muitas irmandades religiosas oriundas da época colonial que oferecia aos seus membros apoio para tratamento de saúde, auxílio funerário, empréstimos, e mesmo pensões para viúvas e filhos. (...) Mencionem-se, ainda, as santas casas de misericórdia, instituições privadas de caridade voltadas para o atendimento aos pobres (CARVALHO, 2011, p. 61).

Havia ajudas feitas à comunidade por meio do Vigário Francisco Justino Pereira de Brito, que ficou sendo responsável pela administração religiosa entre os anos de 1856 a 1871, como primeiro vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Segundo a descrição do Jornal Diário de Pernambuco, datado de 23 de abril de 1860,

Nesse tempo coube por concurso ao bem conhecido padre Francisco Justino Pereira de Brito, então vigário e hoje visitador da provincia.

Foi desse digno vigário e desde esse tempo que appareceu a ideia animadora, com o echo de repellir o atrazo e repercutir nos ouvidos dos povos, que não se podia viver naquelle estado de, não sei se bem digo selvageria!!

Esse digno ministro de um animo apprehendedor, de reconhido talento e de virtudes inabalaveis, com a sua feliz predica do alto do pultito extirpou dos povos esses envelhecidos atrazos, e esclareceu-lhes as primeiras necessidades daquele lugar: uma igreja matriz para a oração e um cemiterio decente para repouso dos mortos e saudade dos vivos; então com o auxilio que lhe prestaram, com uma parte de sua fortuna e o empenho dos seus cuidados chegou ao aperfeiçãoamento dellas, e a ver coroados todos os seus esforços. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1860, s/p.).

A influência do Vigário Francisco Justino sobre a população pode ser observada por fatores políticos, uma vez que ele “foi deputado estadual²³ no período Imperial de 1860 a 1861 e de 1868 a 1869” (AZEVEDO, 1988, p. 33).

O fato do Vigário Francisco Justino como deputado estadual é mais um exemplo do sistema de Padroado Régio que existia desde o período em que o Brasil era colônia de Portugal, por se tratar de troca de interesses entre o poder político e a organização eclesiástica, pois, segundo Caio Prado Jr,

Aqui como alhures, no passado como no presente, a organização clerical é em substância a mesma, lembremos unicamente o *padroado*, cedido ao rei de Portugal e nas suas possessões ultramarinas, o que lhe permitia larga ingerência nos negócios bispados; ereção de igrejas e delimitação de jurisdições territoriais (PRADO JR, 1989, p. 331).

Todas as medidas referentes a questões de salubridade começaram a ser implantadas no Brasil a partir do início do século XIX, logo após a chegada da família Real, em 1808. Dessa forma, houve a fiscalização médica, os cuidados quanto aos espaços insalubres, assim como o investimento nas pesquisas. A princípio, as medidas foram sendo tomadas no Rio de Janeiro, onde se concentrava a Corte, depois passou a ser discutido sobre medidas necessárias a todas as províncias. As casas ou hospitais de caridade eram centros importantes no tratamento dos doentes, serviam para prevenir e curar a população, no entanto, os recursos a elas destinados eram limitados pelos cofres provinciais.

A casa de caridade era sustentada por meio de doações, feitas por parte da população local. Sua localização se dava, também, distante do centro urbano, como era recomendado pelos médicos higienistas, uma vez que ficava ao sul do cemitério público. Não tenho informações a respeito do ano que foi construída a casa de caridade, pois não encontrei documento para tanto. No entanto, como vimos, a bênção do cemitério público se deu em 1858, sendo Padre Francisco Justino já vigário da paróquia. Com seu falecimento, em 1871, na escrita de seu testamento, redigido por ele mesmo, está clara a doação que fez do imóvel hospitalar à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição: “Declaro que o Hospital que fiz nesta Vila, quase à minha custa, fica considerado obra publica, e de Caridade; cujo produto reverterá em auxílio da Matriz, e do Cemitério, fazendo parte do Patrimonio da SSm^a Padroeira” (AZEVEDO, 1988, p. 36).

²³ No período, tratava-se de província e não estado. Dessa forma, por uma correção do ocorrido, o Vigário Francisco Justino Pereira de Brito, foi deputado provincial.

O vigário Francisco Justino foi muito popular entre as pessoas, fator que o torna conhecido até os dias de hoje. Por ter sido o primeiro vigário, e realizado obras tão necessárias à época, seu nome é lembrado anualmente nas festas religiosas da cidade. Sua condição financeira e intelectual era privilegiada diante da uma sociedade sertaneja do século XIX, levando em consideração os sentidos aqui analisados, no período do Império, que datavam 1872 e 1890, que mostrou uma população majoritariamente analfabeta.

A formação educacional de Francisco Justino foi realizada no Seminário de Olinda. Este centro alimentou intelectualmente um elevado número de alunos, que residiam no norte do país, desde sua fundação. Frequentavam o Seminário de Olinda aqueles que faziam parte da elite do país, no entanto, o quadro financeiro não era bastante para efetuar seus estudos na Europa, como alguns brasileiros que queriam seguir curso superior. Segundo José Murilo de Carvalho, a educação no Brasil carecia, sobretudo, de universidades, pois desde a época colonial Portugal não permitia a criação de universidades em suas colônias. Os brasileiros que desejavam ter um curso superior eram encaminhados por seus pais para Coimbra, obviamente eram pessoas provenientes de famílias abastadas. Somente em 1808, com a chegada da família real, as escolas superiores foram criadas no Brasil (CARVALHO, 2011).

O Seminário de Olinda foi fundado em 1800, pelo Bispo José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho. Na educação, o centro serviu de influências inovadoras pelo seu ensino das ciências e filosofia natural. O modelo de ensino era voltado para as ciências que estudavam à luz da modernidade, vinculado aos pensamentos iluministas do século XVIII. O Seminário de Olinda foi um dos responsáveis por parte dos intelectuais modernistas no país, organizado para formar párocos filósofos que utilizaram seus conhecimentos na ciência (ALMEIDA; MAGALHÃES, et al., 2008).

Este centro serviu como influenciador no desenvolvimento intelectual do Vigário Francisco Justino. Foi por meio dele que Francisco Justino concluiu seus estudos e, em 1856, se tornou Vigário da povoação de Conceição do Azevedo. Como foi possível notar, o referente Vigário foi um forte influenciador nas obras públicas do povoado, ajudando a construir dois centros importantes para a salubridade pública da região, sendo esses a Casa de Caridade e o cemitério público. O acontecimento pode ser observado como resultado de seus estudos, que ocorreram no Seminário de Olinda, uma vez que este era referência nos estudos relacionados às ciências da natureza e da filosofia.

Com a imposição do governo para criação e instalação dos cemitérios extra muros em toda região do Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, houve a necessidade da doação de terrenos e edifícios para a construção de cemitérios e enfermarias à margem dos centros urbanos. No entanto, na povoação de Conceição do Azevedo isso não foi observado. Ficou a cargo da população, construir o cemitério público por meio de doação do terreno, assim como a Casa de Caridade, servindo por muito tempo como centro de apoio para curar enfermos, muitas vezes vítimas da cólera.

Esses fatores citados representam o quadro de uma época, em que parte da população de Jardim se via na responsabilidade de curar e gerir a comunidade, uma vez que os presidentes de província mostravam, por meio dos relatórios, que os cofres públicos não podiam arcar com todas as despesas exigidas. Havia o conhecimento a respeito da precariedade que vivia a população sertaneja, no entanto, as ajudas eram bem mais precárias que o normal. Em 1862, o presidente da Província do Rio Grande do Norte, Pedro Leão Veloso, em seu relatório, mostrava que os cemitérios careciam de regulamentos e que a ajuda deveria ser feita o quanto antes. Em contrapartida a essa realidade, a ajuda da população das vilas de Jardim e Acari serviam de exemplo para outros municípios, no trato com as matrizes e seus cemitérios, dessa forma:

Em compensação temos muitas no melhor estado de conservação e decencia, graças á piedade dos fieis: é um facto, que muito me apraz registrar neste documento; de trez provincias que tenho administrado e percorrido, nenhuma apresenta pelo centro melhores matrizes do que esta; e quasi todas edificadas á custa de contribuições voluntarias, distinguindo-se entre ellas as da comarca do Seridó. (...) E não é somente para as matrizes que o povo tem contribuido; dous cemiterios vi levantados á sua custa, de pedra e cal e bem decentes, nas vilas do Jardim e Acari (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA, 1862, p. 46).

O século XIX passou a se destacar como um momento de inovações, por isso marcado como século da modernidade. Os cemitérios extra muros foram projetos de espaços percorridos anteriormente, mas construídos nesse período. Pensar uma comunidade sem recursos necessários para a construção do cemitério, mas ver o empenho da população, ao construí-lo, mostrou-se interessante, diante de um fator que mudava completamente os aspectos culturais, religiosos e espaciais. A contribuição de uma parcela da população para a construção do cemitério reflete a preocupação da comunidade diante das batalhas contra doenças. A luta pelo progresso e a contribuição dos médicos higienistas, desde o século XVIII, surtiram resultados significativos em uma vila sertaneja, como a vila de Jardim.

A figura da Igreja era importante nessa construção, tendo em vista a escolha de sepultamento feita pelos vigários. Segundo Nilton Azevedo, “nenhum padre foi sepultado na Igreja Matriz” de Nossa Senhora da Conceição (AZEVEDO, 1988, p. 37). Contudo, o vigário de maior relevância que deu à época foi Francisco Justino, que esteve presente na benção litúrgica do cemitério e foi um importante contribuinte na construção da Casa de Caridade que serviu como hospital de Jardim.

Era costume entre vigários e padres no período, podendo, por escolha, ser enterrados nas igrejas ou capelas. Claudia Rodrigues apontou que no Rio de Janeiro alguns membros da Igreja foram fortes contribuintes na construção dos cemitérios extra muros. A autora também fez alusão a três representantes da Igreja, que participavam das discussões parlamentares, sendo condutores na disciplinarização dos corpos e seus sepultamentos. Assim,

Se as sepulturas não podiam ter lugar nas matrizes ou nas suas catacumbas (...); julgamos conveniente falar nesta ocasião, para ajudar a esclarecer as novas medidas que se tomam atualmente nas Câmaras legislativas sobre os cemitérios, agora, como a lei do governo que cria cemitérios extra muros, é possível restabelecer a disciplina em todo o seu vigor, o que resulta em muitas vantagens (RODRIGUES, 1997, p. 130).

A contribuição da Igreja era importante, pois eram nos encontros religiosos que a população passava a ser esclarecida, diante da situação existente. Como foi citado, o Seridó é uma região predominantemente católica e a posição de seus representantes era significativa diante do período de mudanças, que essa região passava. As construções dos cemitérios públicos, sobretudo distante dos centros urbanos, diziam respeito à modificação de costumes e crenças, tendo em vista a valorização que se dava à encomendação dos corpos nos centros religiosos.

Toma-se conhecimento da influência que o Vigário Justino de Brito tinha diante do quadro de mudanças que diziam respeito ao lugar de enterramento. Sendo o cemitério edificação realizada com seu auxílio, a descrição do espaço do lugar dos mortos, da povoação de Conceição do Azevedo, que aparece no jornal Diário de Pernambuco, em 1860, é

E a segunda um cemiterio edificado ao poente da villa e perto da mesma, para facilidade do transito dos cadaveres: é uma circumferencia de 400 passos quadrados pouco mais ou menos, e da mesma architectura da igreja, de um gosto todo novo e simples.

As paredes que o cercam, além de bem construidas e caladas, são de 10 a 12 palmos, e seu portão bem espaçoso e alto: encerra uma pequena capella

decente, onde se póde celebrar, e posto que nada seja notavel e digno de menção em comparação dos grandes edificios das ricas cidades capitaes, é alli, onde tudo é pobreza e nada se faz sem esforço sobrenatural (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1860, s/p).

Essa descrição de 1860, feita dois anos após a construção e benção solene do cemitério, mostra como o espaço dos mortos foi bem edificado, sendo comparado a grandes edificios das cidades capitais. Este, também, é um reflexo do quanto as pessoas da povoação, mesmo estando em estado de pobreza, se esforçaram para tal feito, uma vez que não houve doações de verbas dos cofres provinciais, e toda a construção do espaço foi feita por conta própria daqueles que ali habitavam.

Assim, o referido padre Francisco Justino escolheu ser enterrado no cemitério público da vila de Jardim. Dentre as vontades do vigário, estava o local de enterramento descrito da seguinte forma “Não tenho a mais ligeira intenção de mudar a minha residência desta Freguesia, onde espero morrer, e ser sepultado em uma das Catacumbas proximas a Capella do Cemiterio, com acompanhamento das Irmandades, da Padroeira, do Santissimo, e das Almas das quaes sou, desde muito, Thezoreiro” (AZEVEDO, 1988, p. 34).

Figura 2: Lugar onde “Jazem os restos mortais do Vigário Francisco Justino Pereira de Brito”²⁴. Cemitério Público de Jardim do Seridó-RN, 2019.



²⁴ Essas descrições estão escritas na placa, em seu túmulo.

Os restos mortais do Vigário Francisco Justino se encontram próximos à Capela do Cemitério Público de Jardim do Seridó. Como pode ser observado na imagem²⁵ acima, o vigário tem vários fiéis, que fazem visitas ao cemitério, para acender velas aos seus familiares e entes queridos e, por dedicação religiosa e respeito à imagem do Vigário Francisco Justino, acendem velas em seu túmulo.

Figura 3: Museu Antonio de Azevedo Maia Júnior, antigo sobrado do Padre Francisco Justino. Jardim do Seridó-RN, 2020.



²⁵ A referida imagem foi feita pela autora da presente pesquisa, no dia 1 de novembro de 2019, véspera do dia de finados, que é tradição em Jardim do Seridó, arrumar os lugares de enterramento de seus amados entes e familiares, para a missa do dia de finados.

Figura 4: Placa instalada na entrada do Museu Antonio de Azevedo Maia Júnior²⁶



A figura do vigário como homem consagrado e respeitado pela população fez pensar sua história reconhecida até os dias atuais, diante da representação de sua figura enquanto pessoa pública. Além da descrição do lugar de sepultamento ter se dado no cemitério, existiu a vontade de fazê-lo próximo à capela do cemitério, simbolizando o lugar sagrado. Há uma simbologia do lugar sagrado, fazendo menção à hierarquia social imposta dentro das igrejas, como foi abordado por Ariès (1989) e Reis (1991). No Seridó, esse processo do lugar de enterramento pode ser observado por Macêdo, quanto aos espaços simbólicos dentro das igrejas que se povoavam “de cadáveres, sendo esquadrihados por uma cartografia que muito dizia do lugar social do defunto” (MACÊDO, 2011, p. 13).

Esse aspecto transferiu da capela ao cemitério a simbologia do lugar sagrado, a estrutura de valorização do espaço interno cemiterial. Dessa forma, o espaço interno do cemitério extra muros foi aclamado de valores condizentes com a estrutura social das pessoas. Refletindo, até

²⁶ Na placa estão escritos os motivos que levaram sua instalação, assim descritos: “O Governo Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, presta homenagem ao *Pe. Francisco Justino Pereira de Brito* nas comemorações alusivas aos seus **200 anos de nascimento**. Foi o primeiro Vigário de Jardim do Seridó/RN e responsável pela edificação deste sobrado para ser sua residência” (Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó. **Placa de comemoração dos 200 anos de nascimento do Pe. Francisco Justino Pereira de Brito**. Jardim do Seridó, 15 de abril de 2019, grifos do autor).

a corrente data, em Jardim do Seridó, o poder aquisitivo que tinha o morto. Observei como uma espécie de deslocamento da valorização sagrado e social do espaço da morte. Enquanto na igreja o poder aquisitivo e social era visto por meio das sepulturas, próximas do altar, no cemitério isso pode ser observado quanto aos túmulos que se encontram em uma aproximação significativa da capela.

Essa mudança do espaço de enterramento gerou diversas discussões e, posteriormente, estudos a respeito das mudanças culturais de morte e morrer. Tendo em vista os discursos higienistas do século XIX, o lugar de enterramento, feito no interior e próximo das igrejas, representava um sinal de perigo à saúde pública, pois o espaço, a princípio religiosos, também servia para socialização e encontros políticos. Por meio das análises, feitas até então, os discursos da modernidade, motivados pelos estudos da teoria higienista, foram questões iniciais que levaram à construção de leis e decretos, normalizando a importância da construção desses cemitérios extra muros. Como bem mostrou João José Reis, os surtos epidêmicos, sobretudo da cólera, que atingiram e vitimaram parte da população brasileira, constituíram reflexões importantes a respeito da construção dos cemitérios, a partir de 1851 (REIS, 1991).

2.4. Tu morres é todo dia: uma discussão a respeito da morte e dos sepultamentos em cemitérios

A morte, analisada por Norbert Elias, é um acontecimento natural da vida, em que as pessoas apenas dormem “e o mundo desaparece – se tudo correr bem” (ELIAS, 2001, p. 16). A morte não é terrível, e nem tão pouco sofrida. Terrível é a perda dos vivos, pois para a morte não existe cura ou retorno. Os vivos sofrem. Esses sim passam por dores causadas pela perda da pessoa amada. Nesses momentos, admite-se, por meio da morte, que as pessoas são parte umas das outras.

Não se fala da morte, pois

Podemos evitar a idéia da morte afastando-a de nós tanto quanto possível – encobrimo e reprimindo a ideia indesejada – ou assumindo uma crença inabalável em nossa própria imortalidade – ‘os outros morrem, eu não’. Há uma forte tendência nesse sentido nas sociedades avançadas de nossos dias. Finalmente, podemos encarar a morte como um fato de nossa existência; podemos ajustar nossas vidas, e particularmente nosso comportamento em relação às outras pessoas, à duração limitada de cada vida. Podemos considerar parte de nossa tarefa fazer com que o fim, a despedida dos seres humanos, quando chegar, seja tão fácil e agradável quanto possível para os outros e para nós mesmos; e podemos nos colocar o problema de como realizar essa tarefa (ELIAS, 2001, p. 7-8).

A esse respeito, Roberto Damatta defende que tratar a morte é um acontecimento moderno, onde as sociedades têm que dar conta dos mortos e da morte. No Brasil, fala-se mais do morto do que da morte, querendo esconder o término da vida como uma realidade, pois se trata de algo que aflige as pessoas. O medo da morte permite falar a respeito dos mortos, como memória, boas lembranças, acontecimentos que ficaram marcados, bons momentos. Sobre o morto, pode-se falar, pois assim o perpetua na memória. Em contrapartida a esse fato, há o impedimento de falar sobre a morte como acontecimento seja por medo, remorso ou angústia de saber que não se pode fugir da morte. Por não haver cura para a morte. Há um significado moral no lugar de enterramento dos mortos, pois, segundo Roberto Damatta:

A proximidade moral de vivos e mortos – que o costume de enterrá-los dentro do espaço da moradia cristaliza (Cf. Freyre, 1977:83) – reafirma a tese de que as relações são mais importantes do que os indivíduos nelas implicados; e, ainda, que esses selos sobrevivem à destruição do tempo e da morte. Neste sentido, haveria uma canibalização dos vivos pelos mortos e dos mortos pelos vivos, já que uns e outros estão submetidos e englobados em relações sociais que têm uma realidade maior tangível que eles mesmos (DAMATTA, 1997, p. 105).

Por esse motivo, há peculiaridade no comportamento diante da morte, que existe na sociedade desde algum tempo, como foi analisado ao longo do capítulo. O intendo da morte é brutal, e as pessoas o negam para facilitar a dor. No entanto, existem alguns significados na crença do Além mundo, assim como o lugar do enterramento, e estes podem ser observados como meios de superar a dor da perda e o medo do que o fim aguarda.

Voltando-se para as causas que levaram a construção do cemitério público em Jardim, ao analisar relatos e falas dos presidentes de província, compreendi como os discursos médico-higienistas adentraram esse espaço e foram responsáveis por construir e modificar as formas de viver socialmente no século XIX. Esses acontecimentos só se deram por volta de 1850, quando as formas de prevenção não eram bastante para conter o número de enfermos e mortos, vítimas das doenças, que assolavam o Seridó. As preocupações se tornaram questão para o governo quando os números tomaram proporções descontroladas, fazendo, cada vez mais, vítimas no Seridó.

Os discursos médico-higienistas adentraram o espaço sertanejo e foram responsáveis pela modernização das regiões sertanejas do Rio Grande, no século XIX. Tomando o Seridó e, sobretudo, Jardim do Seridó enquanto povoado de Conceição do Azevedo, como espaços de

análise, compreende-se como o discurso médico e higienista foi parte significativa na construção e modificação de uma cultura e suas formas de enterramento, logo após a criação do cemitério extra muros.

Em 1875, houve, no Palácio Presidencial do Rio Grande do Norte, a aprovação do Decreto Nº 764, da Assembleia Legislativa Provincial, com 59 artigos de posturas da Câmara Municipal para a Vila de Jardim. A descrição se deu por José Bernardo Galvão Alcoforado Junior, o então presidente da referente província. Entre os artigos, os que se destinava a tratar dos enterramentos nos cemitérios, seguiam do 18º artigo ao 25º. Eles mostram as formas que deveriam ser feitos os enterramentos, de acordo com os motivos de morte, assim como tratou a abertura e o zelo pelas sepulturas. É destacado, também, o valor da multa ao infrator, sendo ela de vinte mil reis. Assim, eram escritos o 18º e o 19º artigo:

Art. 18. Todos os enterramentos neste município serão feitos nos cemiterios públicos ou particulares, competentes autorizados, são actualmente considerados públicos os cemitério desta cidade e o da povoação de Parelhas.

Art. 19. O vigário, coadjutor, capellão, irmandade, ou outra qualquer pessoa que infringir o artigo antecedente soffrerá a multa de vinte mil réis e o duplo na reincidencia (DECRETO, 1875, p. 136).

Os artigos mostram que, mesmo com a construção do cemitério, no ano de 1875 foi preciso formular leis para que continuassem proibindo o enterramento nos templos. Assim como destinando, àqueles que desobedecessem à lei era aplicada uma multa. Mesmo não tendo relatos escritos na Vila do Jardim a respeito de revoltas como a Cemiterada, descrita por João José Reis (1991), acredito que uma parte da população resistiu às novas formas de enterramento nos cemitérios extra muros.

O referente decreto mostrou duas possibilidades de interpretações, frente à realidade da época: em primeiro, tendo em vista o local de enterramento, ser distante dos templos religiosos, houve a recusa de uma parcela da população em saber de imediato os novos meios culturais, mesmo havendo possível conhecimento sobre as causas que levaram à construção do cemitério; em segundo, sabendo que as informações eram passadas e absorvidas com um percurso de tempo, parte da população poderia ter compreendido o espaço do cemitério como uma escolha sem, necessariamente, entendê-lo como nova forma de sepultamento imposta, resultante de anos de estudos e teorias.

No primeiro livro de registro óbito do cartório de Jardim (1888-1894), parte da população se mostrou desinformada a respeito da necessidade de oficializar o óbito. Em alguns registros, havia um intervalo de 1 (um) a 3 (três) meses do tempo, contados logo após o óbito. Na morte de José Manoel de Lima, por exemplo, que faleceu em Salgadinho, pertencente à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Jardim do Seridó²⁷, no dia 17 de março de 1890. Os motivos da morte se deram por “dores no corpo”, aos 51 anos. O registro foi feito em 02 de abril, do corrente ano, com a descrição do escrivão Manoel Bezerra da Silva, constando que “*essis registra fora do praso legal porque a familia do morto ignoram a ley*” (LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITO, 1890, p. 66).

Algumas pessoas ainda morriam em casa, por causas naturais ou por doença – como vimos, por não haver hospitais e médicos suficientes para a província, muitas pessoas, enfermas, esperavam a morte em casa²⁸. Segundo consta no referido livro óbito do cartório (1888-1894), nenhum desses mortos deixou testamento. Alguns falecidos foram enterrados no cemitério de Parelhas, pertencente à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, por esse motivo, os registros de óbito ocorriam na Vila de Jardim. Entre os motivos que levavam a registrar o morto fora do tempo, estavam as justificativas de “esquecimento”, “desconhecimento da lei” e “recusa da morte”. Em outro caso, houve a necessidade de um juiz distrital para fazer o registro, pois há muito tempo havia morrido Sabina Januarina da Silva e ainda não tinham registrado seu óbito. Sabina faleceu de cancro²⁹, aos 48 anos, no dia 11 de fevereiro de 1892, no lugar Juazeiro. Seu registro foi feito no dia 22 de outubro do corrente ano, sendo o seu marido o declarante do falecimento. Segundo o escrivão, “foi registrada por despacho do Juiz Districtal desta data, allegando o declarante que não registrou em tempo por que ignorava a lei” (LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITO, 1892, p. 133 verso-134).

O falecimento de Regina Florinda de Oliveira, aconteceu no dia 30 de dezembro de 1889. Com dez meses e oito dias de nascida, Regina faleceu de “dentição³⁰”, e foi enterrada no cemitério de Parelhas por “ordem do Padre Bento Maria Pereira Barros”. O registro de óbito da

²⁷ A povoação de Conceição do Azevedo foi elevada à condição de cidade com a denominação de Jardim do Seridó, por meio da lei provincial nº 703, de 27 de agosto de 1874.

²⁸ Morrer em casa constituía, também, uma forma de se preparar para a boa morte, como relatou Philippe Ariès (1989; 2014). Optava-se por morrer no lar, junto à família e amigos, pois era em casa que o moribundo se redimia dos pecados e se preparava para a partida.

²⁹ “Molestia chronica, que principia sob a fórmula de tumor, verruga ou chapa, que augmenta gradualmente, quasi nunca retrocede, apresenta uma tendencia manifesta para a ulceração, invade todos os tecidos sem distincção, póde reproduzir-se, que emfim, deteriora a saude geral” (CHERNOVIZ, 1890, p. 426).

³⁰ “A *dentição* é a fonte principal de todas as molestias que atacam as crianças, e a causa da morte de grande numero d’ellas” (CHERNOVIZ, 1890, p. 426).

criança, feita pelo pai, ocorreu no dia 15 de março de 1890, ao escrivão Manoel Silva foi dada a justificativa de que “Registrar fora do prazo legal porque não queria que morresse a dita criança” (LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITO, 1890, p. 57). Nesse caso, ficou clara a recusa da morte feita pelos pais. Como estava descrito, além do desconhecimento da lei, houve a negação da morte de uma criança de dez meses em um período que, segundo dados do referente livro, a mortalidade infantil era mais comum que a adulta em Jardim, na segunda metade do século XIX, sobretudo, atingindo crianças de 0 a 3 anos de idade.

Outro caso de criança, foi o registro de Idalino Mathias de Vasconsellos, que aos 13 anos de idade, faleceu de indigestão no dia 09 de março de 1891, sendo registrado apenas no dia 22 do corrente mês e ano, pois, segundo consta o escrito pelo tabelião, “veio registrar fóra do prazo legal por esquecimento seu” (LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITO, 1891, p. 91 verso).

Antes de finalizar o capítulo, acho necessário fazer a observação de que o intuito do presente capítulo foi pensar a configuração de como se projetou os motivos que levaram à construção de cemitérios extra muros em alguns países, pensando como isso influenciou Jardim do Seridó, enquanto povoação de Conceição do Azevedo, interior do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XIX.

Ao discutir a respeito das teorias médico e higienistas, no primeiro capítulo, compreendeu-se que a presente pesquisa se deparou com o número de crianças mortas no final do século XIX, na vila de Jardim, fator proveniente de algumas questões não resolvidas aqui, no entanto, leva-se em consideração que esse assunto vai gerar, futuramente, muito pano para as mangas e uma discussão acadêmica, uma vez que essa temática foi de suma importância no trato da referente pesquisa, sobre o entendimento do espaço sertanejo, as doenças da época, a relação dos discursos da modernidade e como esses discursos variavam de acordo com o tempo e espaço em que estavam inseridos.

Pensar a respeito do olhar médico e higienista sobre uma região sertaneja, assim como sua relação com essa população, por meio da distinção de região, cor, classe e idade, através das falas e relatórios dos presidentes de província. Esses aspectos fizeram refletir sobre os motivos que levaram a construção do cemitério na povoação de Conceição do Azevedo. Aqui, foram analisados os motivos que levaram à construção do cemitério público da referida

povoação, e como esse acontecimento teve influência sobre a população³¹ e da população – uma vez que a construção do cemitério teve participação efetiva de parte da população.

Tomando o cemitério como espaço, houve a reflexão a respeito de um desenvolvimento urbano que levou parte a população a se sentir ligada a ele enquanto patrimônio cultural e histórico, partindo do pressuposto que os primeiros cemitérios foram construções que deveriam ficar afastadas dos centros urbanos. Dessa forma, no decorrer do próximo capítulo, busca-se observar como as pessoas entenderam o espaço do cemitério como lugar de morte, mudando seus ritos fúnebres o entendimento que se tinha da igreja enquanto lugar para o descanso eterno.

O objetivo foi problematizar a respeito dos fatores que levaram a construção dos cemitérios extra muros e como isso influenciou uma povoação do interior do Rio Grande do Norte, no século XIX. Pensar o espaço da morte, relacionando-o com as pessoas que o construiu, mostra aspectos da prática sobre a expansão dos discursos da modernidade e aspectos médico e higienistas que prevaleceram durante o século XIX. Foi por meio desse conhecimento, a respeito das particularidades da formação do lugar de morte, que se percebeu os motivos da construção do cemitério e como as pessoas reagiram diante disto na povoação de Conceição, tendo em vista a gestão que governava a cidade e, sobretudo, como a população entendia esse espaço.

O levantamento bibliográfico foi necessário para se ter conhecimento dos fatores que levaram à construção de cemitérios no país. Por esse motivo, analisar fatores relacionados à construção do cemitério exige uma explanação a respeito das doenças que atingiram a população no período proposto, assim como os discursos médicos e higienistas, em questão, tanto quanto a significação que estava por trás do tempo da modernidade, relacionando-os como influenciadores da construção espacial, cultural e social. Acho necessário ressaltar o século XIX como período em que vigorava as necessidades de mudança, de rupturas, de construções, visto, atualmente, como tempo da modernidade, tendo em vista que era parte dos planos nacionais a construção de um país saudável, pois refletia progresso.

Pensando a respeito da morte e do morrer, as medidas necessárias para as condições de salubridade foram importantes na compreensão dos fatores que levaram a construção dos cemitérios extra muros. O novo espaço da morte, na segunda metade do século XIX, fez pensar um contexto histórico, político, social e cultural, resultante de décadas de estudo. O conhecimento a respeito de doenças, que levaram à morte um considerável número da

³¹ Será feita uma reflexão sobre a relação das pessoas com o cemitério, e como esse fator ocasionou uma mudança nos ritos fúnebres da população do povoado de Conceição do Azevedo.

população, resultou na reflexão diante de falas e relatórios de presidentes de províncias, responsáveis por efetuar, administrativamente, parte das soluções que contivesse o número de mortos, tornando-se um dos principais motivos, a construção de cemitérios.

Importante ressaltar que, em Jardim, a ligação das pessoas com o lugar de enterramento vai além do espaço cemiterial, tendo em vista a valorização que existe na cultura a respeito do enterramento feito na cidade em que por muito tempo viveu. Os testamentos, aqui analisados, mostraram que havia a necessidade de ser enterrado no cemitério público de Jardim, por ter residido, trabalhado e constituído família naquela cidade. A significação sobre o solo do cemitério foi sendo desenhada na cultura aos poucos, resultando na percepção da importância desses cemitérios para saúde pública.

O sertão foi influenciado fortemente através de tempos pelos discursos que produzem modos de viver, ser e descrever os espaços. Os discursos mostraram que há uma importância do olhar de forma diferenciada, diante de uma parcela da população, tendo em vista que

O mais trágico em toda essa história é que a alegação de ‘cientificidade’, de neutralidade nas decisões administrativas, traz sempre em seu cerne a violência contra a cidadania. Se os administradores, os governantes, são eles próprios governados por imperativos ditos ‘científicos’ – sejam esses imperativos uma criação das mentes férteis de higienistas, naquela época, ou de economistas, mas recentemente –, não há o que negociar com os cidadãos, essa massa de ignorantes portadores de todos os vícios ou inoculados pelo vírus da ‘cultura inflacionária’ (CHALHOUB, 1996, p. 58).

Em outras palavras, não há negociações entre a população e os líderes políticos quanto à imposição de medidas para a sociedade. Essa percepção foi possível quando se buscou entender como os cemitérios surgiram por volta do século XIX, e como a vila de Jardim foi afetada por essas mudanças.

Por esse motivo, a Vila do Jardim, na segunda metade do século XIX, serviu de recorte espacial para se entender como os discursos da modernidade adentraram o sertão do Seridó. Juntamente a isso, foi pensado sobre as moléstias que vitimaram a população regional e como esse acontecimento serviu para a comprovação dos discursos higienistas da época.

Com isso, o intuito do presente capítulo não foi elaborar respostas, mas pensar a respeito de fatores que contribuíram para a construção do cemitério extra muros, assim como o entendimento das doenças que atingiram o sertão do Rio Grande, fazendo vítimas na segunda metade do século XIX. Tendo em vista a construção do cemitério público, o envio de medicamentos, a construção de uma casa de caridade para a Vila de Jardim como fatores que representavam fortemente os novos ideais de higienização da cidade, a esperança do corpo de

cientistas higienistas caminhava para um novo futuro longe de moléstias e grandes preocupações aos cofres públicos.



Capítulo 3

“PRECES PARA DISPOR A BEM MORRER”: A PREPARAÇÃO DA MORTE E O SIMBOLISMO DO ESPAÇO CEMITERIAL

É uma intimativa para o espírito regressar ao cemitério. Admitindo aproximação, *invoca*, ou requer, tarando a alma já visível, pedindo que se individualize na multidão inominada e eterna:

Alma que a Deus busqueis,

Que nesse Mundo quereis?

Se vindes por bem, dizei,

Que de mim tudo tereis.

Oração e acolhimento

No Santíssimo Sacramento (CASCUDO, 2001, p. 373, grifos do autor).

3.1. Alma que a Deus busqueis: Os suspiros finais da morte

No capítulo anterior pensei a respeito das doenças que atingiram o Seridó, as teorias higienistas e as construções dos cemitérios extra muros. O intuito foi entender parte da contextualização histórica em que se encontrava a Vila de Jardim, levando em consideração como as doenças atingiram e mataram parte da população. Esses fatores contribuíram para a compreensão dos motivos que levaram à construção do cemitério público.

O decorrer do presente capítulo procura pensar a respeito das transformações fúnebres no decorrer de 1850 a 1904, por meio dos primeiros livros de óbito, produção testamentária de segunda metade do século XIX, fotografias, lei do cemitério público e artigo do Jornal A República. Desta forma, serão analisados os ritos fúnebres e os enterramentos no cemitério público de Jardim. O entendimento simbólico do espaço cemiterial ajudará a refletir a respeito das mudanças culturais que passaram os rituais fúnebres, assim como o significado da morte e do morrer, responsáveis por simbolizar os cemitérios enquanto morada final. O intuito é compreender o que mudou com a preparação da morte, levando em consideração a boa morte, discutida por Philippe Ariès (1989, 2014), assim como as mudanças testamentárias, e, por último, como a nova postura de enterramento deu valorização ao cemitério, enquanto solo sagrado. Essa análise foi necessária para a percepção de como a população inseriu a cidade dos mortos na cidade dos vivos, pensando as crenças sobre o Além mundo.

Segundo o “Senso do Império do Brasil”, no ano de 1872, na Província do Rio Grande do Norte, Jardim possuía uma população livre de 5.445 homens, 5.367 mulheres; e uma população escrava de 112 homens e 147 mulheres. Dentre essas pessoas, ainda segundo os dados do senso, haviam 5.445 católicos e 5.367 católicas, e um total de zero “acatholicos³²”. Esses dados mostram que, mesmo havendo outras religiões ou crenças que não fossem a católica, o número de católicos era predominante. Por esse motivo, Igreja católica desde a colonização está presente na formação cultural. Os costumes fúnebres estavam constantemente ligados aos rituais católicos. Esses dados apontam uma cultura ligada pelo imaginário cristão, aliada às práticas católicas de forma interna.

No século XIX, havia uma cartilha³³ ou compêndio, composta por perguntas e respostas, utilizada de forma clara. Essa cartilha descrevia a doutrina cristã, assim como as orações que deveriam ser usadas, as missas, confissões e comunhão. A cartilha foi escrita por Antonio Pimentel, bacharel formado pela Universidade de Coimbra, ab. de Salamonde no arcebispado de Braga. Na cartilha há toda a doutrina e orações usadas para explicar com clareza a respeito das missas, confissão e comunhão.

Na cartilha havia a descrição dos “Sacramentos da Santa Madre Igreja”, que consistem em batismo, confirmação, comunhão, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio. Entre os sacramentos, estava a Extrema-Unção, descrita como “um Sacramento, que o Senhor instituiu para os enfermos, que estão em perigo de morte; e por isso se chama Extrema-Unção, porque se dá no fim da vida” (PIMENTEL, 1871, p. 39).

Sendo a Extrema-Unção um dos sacramentos administrados pelo pároco, mandavam chamar o padre mais próximo para rezar o enfermo quando este se via prestes a morrer. Como havia um número reduzido de representantes da Igreja para cada freguesia, sempre que possível, o padre ia à casa do enfermo e prestava-lhe socorro espiritual com o sacramento, pois se houvesse negação por parte do enfermo ou se o mesmo chegassem a falecer sem os devidos sacramentos, não era concebido o enterramento no interior das Igrejas. Conta Alcineia Santos que

Os habitantes do Seridó só morriam sem sacramentos se fossem apanhados de surpresa – geralmente quando faleciam *no mato, de vida presente e*

³² Palavra utilizada na descrição do censo para designar pessoas que eram de outras religiões, ou que não tinha religião.

³³ A cartilha consistia como uma “segunda Bíblia”, pois descrevia de forma prática as doutrinas da Igreja Católica. Esse livreto era popular entre alguns sertanejos, sendo guardado e passado por gerações até os dias atuais. A cartilha acima descrita se encontra sobre posse de um familiar.

repentinamente, ou quando não havia tempo suficiente para recebê-los, como era o caso das pessoas que morriam de *facadas*, de *mordedura de cobra* ou mesmo das que estavam em idade muito avançada (SANTOS, 2011, p. 81).

Por ser, a morte, considerada uma das “Verdades Católicas”, consistindo em “morte certa, hora incerta, Inferno ou Céu para sempre, Juízo rigoroso” (PIMENTEL, 1871, p. 48), estava entre os ensinamentos da Igreja a regra de bem viver, assim como o preparo, em vida, para a boa morte e o julgamento da alma. Para tanto, recomendava-se, aos fiéis, a escrita dos testamentos enquanto gozavam de boa saúde e perfeito juízo. Fazia parte da preparação para a morte, era um ritual que ia da cor da vestimenta do morto até o enterramento eclesiástico. O testamento era parte do ritual de morte. Nele, eram descritas as vontades do moribundo sobre sua passagem eterna.

A cartilha também ensinava as “Preces para dispor a bem morrer”, que serviam como advertência para o moribundo, prestes a falecer. Era indispensável ao cristão ter a imagem de Jesus Cristo em sua casa, assim como participar das missas e fazer orações. Se estivesse próximo à hora da morte, era recomendada a presença de um representante da Igreja, bem como os familiares e amigos próximos para fazerem as devidas orações e preces. A casa era tomada por pessoas que faziam parte do cotidiano do moribundo.

A morte domesticada, como chamou Philippe Ariès (1989), consistia em tornar o quarto do moribundo um lugar público. Assim, as últimas horas de vida se tornavam cerimônia pública, em que a entrada era livre para familiares e amigos. Nesse momento, a cartilha recomendava que

Quando pois se vê enfêrmo, rogue a seus familiares e verdadeiros amigos, que lhe advirtam o perigo de sua vida quando melhor o conhecerem; que lhe mandem vir o confessor, e os Santos Sacramento, antes que chegue a perder a fala ou os sentidos: e tendo sempre diante dos olhos a Jesus crucificado, repita muitas vezes cada dia os cinco Actos de Fé, de Esperança, de Caridade, de Atrição, e de Contrição, e também o Creio em Deus Padre. (...) *Convém lançar freqüentemente sôbre si, e sôbre o seu leito água benta (...)* *Crescendo a agonia do enfermo, lhe porá o seu assistente na mão uma vela benta acesa (...)* (PIMENTEL, 1871, p. 209-210, grifos do autor).

O que Phillippe Ariès (1989) denominou como morte domesticada, Norbert Elias (2001) descreveu a companhia de familiares e amigos, nos momentos finais da vida, como algo que era inviável de não acontecer, pois “Pode-se dizer que antes do século XX, ou talvez do XIX, a maioria das pessoa morria na presença de outras apenas porque estavam menos acostumadas

a viver a estar sós. Não havia muitos cômodos onde uma pessoa *pudesse* ficar só” (NORBERT, 2001, p. 87).

Havia o medo, por parte das pessoas, de morrer sem os devidos sacramentos, uma vez que implicaria no destino final, no Além mundo. No Seridó, ao analisar os livros de óbito da freguesia de Sant’Ana (1788-1857), Alcineia Santos constatou que o número de pedidos pelos sacramentos, na hora da morte, era bem recorrente, mostrando a proximidade desses com a busca pela forma de garantir a boa morte. Assim sendo, mesmo não havendo descrição de sacramento nos Livros dos mortos, para 3.037 defuntos registrados, 1.429 apareciam a informação dos sacramentos, totalizando, de certeza, 68,65% sacramentados, contra 31,35% que não receberam. No entanto, nesse decorrer, a maioria da população seridoense buscou pelos sacramentos católicos, acreditando na boa morte (SANTOS, 2011, p. 81-82).

No século XVIII, houve a criação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Essas foram feitas e ordenadas pelo Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, e aceitas pelo Sínodo Diocesano, celebrado em 12 de junho de 1707. Foram impressas, em Lisboa, no ano de 1719; em Coimbra, no ano de 1720; e no Brasil, no ano de 1853. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, e era obrigação dos párocos administrarem o santíssimo sacramento aos enfermos, assim havia um ritual existente na consagração do sacramento, que consistia em

102 São os Parochos obrigados por obrigação, e razão de seu officio a administrar a Sagrada Eucharistia a seus Parochianos (1) enfermos. Pelo que mandamos, que não só com summa diligência, e cuidado levem ao Senhor a seus freguezes doentes, sendo chamados, mas que com o mesmo procurem (2) saber se na sua Parochia ha alguns enfermos, que estejam em perigo de morte, aos quaes se haja de administrar, para que com tempo se lhes administre, e não succeda que por sua culpa morrão seus freguezes sem receber este espiritual mantimento das almas. E assim admoestem aos enfermos, ainda que o não estejam gravemente, a que tomem a Sagrada Eucharistia; e quando houver de levar o Santissimo Sacramento, mandará fazer o signal com o sino (3) maior da Igreja, e tanger a campainha pelas ruas; salvo se a necessidade do enfermo for tal, que não dê lugar a isso: e mandará que a casa do enfermo esteja limpa, (4) e preparada, e que haja uma mesa (5) segura com toalhas lavadas, e duas velas accesas, capaz de pôr sobre ella a ambula do Santissimo Sacramento em cima dos corporaes, que levará um Clerigo na fôrma costumada. E encommendamos a todos os nossos subditos, que ouvindo o signal acudão logo, e acompanhem o Senhor. E a ás Dignidades, e Conegos da nossa Sé exhortamos, que tambem o acompanhem na fôrma de seus Estatutos, para que delles tomem todos exemplos (VIDE, 1853, p. 46-47)

A preocupação com as últimas horas de vida, quando o enfermo estava prestes a morrer, não era apenas dele, mas dos párocos também, pois deveriam administrar os devidos sacramentos a todos aqueles que faziam parte de sua freguesia. Na vila de Jardim, segundo o Diário de Pernambuco, o vigário Francisco Justino, no papel de vigário visitador, ia em busca dos fiéis, que se viam prestes a morrer. Aqueles, mesmo doentes e enfermos, tinham como parte de sua última vontade, a visita de um representante da Igreja, para conferir-lhes os devidos sacramentos, assim

E com esta enorme diferença, não devem os habitantes daquele lugar ufanarem-se por ter um paroco todo devotado ao bem dos seus freguezes.

Se se trata de sua humanidade, estão patentes os seus actos durante o tempo do cholera, quando soccorria a todos com o remedio, com a visita e afinal com os ultimos recursos que a igreja outorga aos fieis na ultima hora de sua morte (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1860, s/p.).

No século XIX, era comum as pessoas falecerem em suas respectivas residências, uma vez que não havia hospitais e a ausência de médicos na província era recorrente, como foi mostrado nos capítulos anteriores. A casa de caridade da vila de Jardim, quando muito, atendia os necessitados. Morrer em casa era bem mais comum, pois ali as pessoas morriam perto de seus entes queridos. Foi observado, no primeiro livro de óbito da vila de Jardim, que compreende os anos 1888 a 1894, que alguns recém-nascidos, falecidos em suas residências logo após o nascimento, recebiam o batismo em casa, mas não recebiam nome antes de serem enterrados.

Assim, as descrições dessas crianças aparecem no livro de óbito como “Criança do sexo masculino o qual faleceu na ocasião do nascimento, e sem receber sacramento do Baptismo”; “falleceu uma creança do sexo masculino que depois de haver nascido um dia deste(?) e foi baptisado em casa que por isso deixa-se de dar nomes”; “Falleceu uma creança do sexo feminino que deixa-se de dar nome por ter falecido na cazião do Parto a qual foi batizada em casa”; “Falleceu sua filha menor a qual devia de dar-se o nome por ter sido Baptizada em casa, filha legitima delle declarante Eliseu Jenuino da Costa e Izabela Maria de Jesus” (LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITO, 1888-1894).

3.2. Que nesse mundo quereis?

O objetivo das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia era organizar a vida religiosa das pessoas no Brasil colônia. No título XVII, sobre edificação e reparação das igrejas paroquiais, o artigo 688 diz que

688 – As Igrejas Parochiaes terão Capella maior, e cruzeiro, e se procurará que a Capella maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote no Altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente. Terao Pias Baptismaes de pedra, e bem vedadas de todas as partes, almarios para os Santos Oleos, pias de agoa benta, um pulpito, confessionarios, sinos e casa de Sacristia; e haverá no ambito, e circunferencia dellas adros, e cemiterios capazes para nelles se enterrarem os defuntos; os quaes adros serao demarcados por nosso Provisor, ou Vigario Geral, como acima fica dito, e os autos desta demarcação se guardarão no nosso Cartorio, e o traslado no Cartorio de cada uma das Igrejas (VIDE, 1853, p. 253).

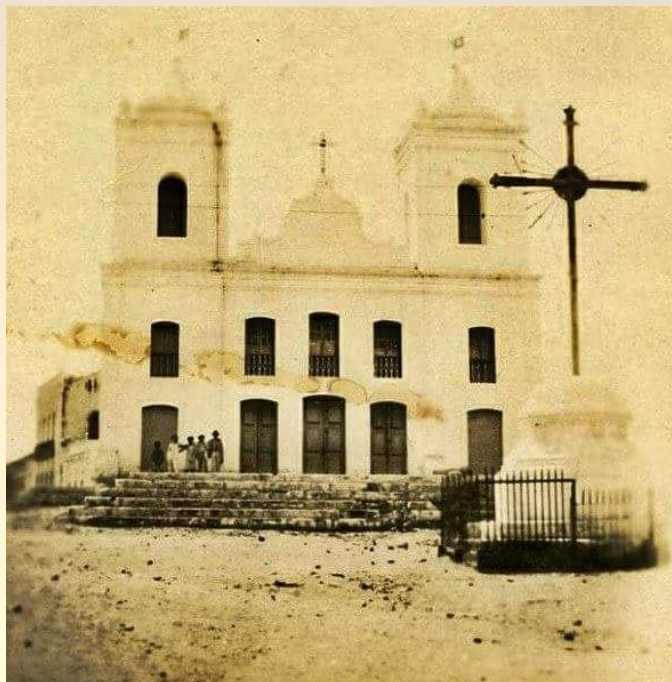
Ao observar a passagem acima, nota-se o que é pré-exigido das igrejas, compreendendo posição geográfica do sacerdote (“com rosto no Oriente”), capela, altar, cruzeiro, pias batismais, água benta, óleos, sinos, sacristias, adros e cemitérios que fossem demarcados pelos provisores ou vigários. Isso significa que, na constituição, já vinha presente a exigência de como deveriam ser as capelas/igrejas, assim como seus cemitérios. Tratava-se de uma padronização dos desejos do clero na construção dos prédios religiosos, pois estes diziam respeito às formas de catequização das pessoas.

A padronização dos templos religiosos, descritos pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, representavam claramente os sete sacramentos exigidos pela Igreja. Assim, por meio dessa representação, no templo religioso, era exigido elementos que fossem capazes de abarcar o batismo, a eucaristia, as penitências, a extrema-unção, a ordem sacerdotal e o matrimônio.

Como apontou Nilton Azevedo (1988), a atual Igreja Matriz de Jardim do Seridó, que por muito tempo serviu de cemitério, partiu de uma doação de terra feita por Antonio de Azevedo Maia (2º), descendente português, dito patriarca da referida cidade, região onde tudo começou com uma fazenda de criar gado, próxima à Ribeira do Seridó. A fazenda Conceição do Azevedo foi o lugar que Antonio de Azevedo Maia (2º) e sua esposa Micaela Dantas Pereira constituíram família e prole. Como se tratava de uma região cuja criação de gado era favorável, sua expansão se mostrava enquanto consequência, uma vez que “passados os tempos da

ocupação inicial sertaneja, a atividade pastoril prosperava e junto com ela a terra enchia-se de gente” (MACÊDO, 2012, p. 72).

Figura 5: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o Cruzeiro. Esta foi a primeira capela da povoação de Conceição do Azevedo. Foto de 1960-70.



A necessidade de erguer capela nas primeiras regiões seridoenses, povoadas por fazendeiros, estava ligada à fé católica carregada com esses descendentes europeus. Por volta de 1790 foram enviadas ao Bispo de Olinda algumas petições feitas por Antonio Azevedo para que fosse erigida uma capela com provisão de benção na Fazenda Conceição do Azevedo. Desta forma,

A construção da capela teve o seu início no mesmo ano, ou seja, em 1790, tendo como chefe o próprio Antônio, que recebeu ajuda da comunidade, que era ainda muito pequena, sendo concluída em 1805, quinze anos depois, pertencendo à Freguesia do Seridó, atual Caicó, durante trinta anos, até 1835, quando passou a pertencer por 21 anos à nova Paróquia de Acari (AZEVEDO, 1988, p. 28).

A construção da capela se mostrou de forma simbólica para a população, tendo em vista o estímulo e a ajuda que foi estabelecida entre a comunidade na edificação do lugar. No ano de 1860, a descrição da capela aparece no Jornal Diário de Pernambuco da seguinte forma

E a primeira uma matriz elegante, de um tamanho proporcional á sua população, de um gosto moderno e de uma architettura simples, que mais concorre para o adorno de suas graças, e para despertar a curiosidade do apreciador, e entre os seus accessorios, é de summa importancia a mensão de uma Santa Cruz de madeira, com os objectos que figuraram na paixão de Christo, como emblemas, para melhor revelar o padecimento daquelle que por nós morreu!! e sustentada por um pedestal, é ainda cercada de grades para defende-la ao máo trato dos animaes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1860, s/p.).

Observando a imagem 5 (1960-70), logo acima, e a descrição da igreja feita no Diário de Pernambuco (1860), pode-se entender que a igreja tem seus traços particulares da época, assim como a necessidade de um cruzeiro na sua entrada para representar a morte e o ressuscitação de Jesus Cristo, símbolo da Igreja Católica. O cruzeiro posteriormente foi posto no cemitério público, logo em frente à capela, como podemos observar na imagem abaixo:

Figura 6: Cruzeiro da capela do cemitério de Jardim do Seridó, 2018

Fotografia: Marcos Zoró, 2018.



Por meio dessa descrição, pode-se entender que a função da religião católica era bem pertinente às pessoas da época, pois elas se botavam à disposição para ajudar em construções como a primeira capela e, posteriormente, na construção do cemitério extra muros. Logo após a finalização da capela, houve a bênção pelo Bispo de Pernambuco.

Ainda segundo Nilton Azevedo, “a capela era de estrutura pequena, tendo a sua frente voltada para a casa da fazenda, ou seja, para o norte, e que pelo lado oeste, existia um cemitério, o que uso da época, onde hoje fica a nave central da Matriz” (AZEVEDO, 1988, p. 28). Essa significação a respeito da construção também mostra, pelas crenças populares dos mais velhos como consta no livro de Nilton Azevedo (1988), que a frente para o nascente consistia no simbolismo do nascimento e batismo, sendo seu lado oposto, o cemitério virado para o poente, destinado ao fim da vida.

A capela foi erigida pelo dito “fundador de Jardim”, Antonio de Azevedo Maia (2º), pois, ao construir fazendas ao redor das ribeiras, tinha-se como intuito erguer capela para que houvesse a consolidação da assistência religiosa tanto para os moradores da fazenda como para aqueles que se encontravam nas regiões circunvizinhas. Com a construção do espaço religioso, havia a realização das missas, batizados, casamentos, as encomendações dos defuntos, assim como o enterramento no cemitério da capela. As capelas também serviam como centros para que houvesse a povoação daquele lugar, uma vez que começavam a criar casas próximas à capela para períodos das festividades religiosas.

Por tanto, Antonio Azevedo (2º) encaminhou pedido de construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, ao Bispo de Olinda, assim como a descrição do desejo de sepultura neste local, para que a parte mais alta da capela fosse destina a ele, sua esposa e filhos. Segundo Pilippe Ariès, a função da igreja era servir como espaço cemiterial tanto em seu interior quanto além de suas paredes, “portanto, o termo ‘igreja’ não designava apenas o edifício, mas todo esse espaço. (...) O cemitério propriamente dito, no sentido restrito, era, portanto, simplesmente o pátio da igreja” (ARIÈS, 2014, p. 69).

No pedido de sepultura de Antonio Maia (2º), havia a limitação da parte mais alta da capela apenas à sua família, impedindo que fosse feita quaisquer sepulturas neste local. Assim descreveu Nilton Azevedo:

O suplicante pede verdadeiramente para si, sua esposa e filhos uma sepultura perpetua no lugar da Capela maior da parte do Evangelho, abaixo dos degraus do Altar, a qual seja conservada sem contradições de pessoa alguma; e para

que na conformidade do § 855 do Capítulo 56 das constituições deste Bispado, que ninguém pode dar direito de sepultura, perpetua, nem se pode permitir a mesma sepultura na Capela maior sem licença ordinária (AZEVEDO, 1988, p. 29).

Como descrito no pedido de sepultamento de Antonio de Azevedo (2º), de acordo com as Constituições, havia de ser excomungado aquele que concebesse sepultura sem ordem ou licença do Prelado. Dessa forma, deveria haver o pedido, pois ‘Em excommunhão incorre quem conceder sepultura perpetua sem licença nossa, num. 855’. ‘E a pessoa que enterrar algum defunto em lugar sagrado, a quem de direito se não deve ser tal sepultura, num. 858’” (VIDE, 1853, p. 398).

Figura 7: Altar de Nossa Senhora da Conceição, Jardim do Seridó-RN, 1913³⁴



³⁴ A fotografia aparece na Revista O Malho, Rio de Janeiro, no ano de 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pesq=o+altar+de+nossa+senhora+da+conceicao>. Acesso em 13/02/2019.

O altar possuía uma imagem central de Nossa Senhora da Conceição, feita de barro. Antonio de Azevedo (2º) era devoto da santa e, em sua homenagem, a fazenda que construiu passou a se chamar Fazenda Conceição do Azevedo, fazendo uma relação com o nome da santa e seu sobrenome, como patriarca dos Azevedos do Seridó. Conta Nilton Azevedo que além dessa imagem, houve uma de tamanho médio, feita de madeira e revestida de massa no estilo barroco, imagem muito conhecida por ser conduzida nas procissões. Uma terceira imagem, presente na fotografia acima, tem seu tamanho natural, é feita de gesso, tem origem francesa e foi inaugurada no dia 8 de dezembro de 1914 (AZEVEDO, 1988, p. 31).

Como foi observado no capítulo anterior, o enterramento nos solos das igrejas constituía uma cartografia do lugar social do morto no Seridó, limitando o altar àqueles cuja condição financeira era superior aos demais, sendo muito comum destinar esse espaço aos fazendeiros e família que, inclusive, eram responsáveis por solicitar a construção dessas capelas pelo Bispo de Olinda. Trata-se de uma leitura do lugar de morte. A hierarquia do espaço católico se mostrava significativa, uma vez que reconhecendo o lugar do morto, nos templos religiosos, é possível, também, reconhecer sua posição diante da sociedade.

No entanto, em 1799, não tendo alcançado o término da capela, Micaella Dantas Pereira, primeira esposa de Antonio de Azevedo (2º), optou por ter seu corpo envolto em “abito Franciscano” e enterrado na Capela de Nossa Senhora da Guia do Acari (AZEVEDO, 1988, p. 23-24). Antes da construção da capela da Fazenda Conceição do Azevedo, os enterramentos eram feitos na Matriz da Freguesia de Santana, como se deu o sepultamento de Antônio de Azevedo Maia (1º), “o patriarca do Seridó faleceu na fazenda Conceição, aos 30 de novembro de 1796, com noventa anos de idade, sendo sepultado na Matriz de Santana, em Caicó” (AZEVEDO, 1988, p. 19).

A Capela de Nossa Senhora da Guia do Acari, local do sepultamento de Micaella Pereira, era a mais próxima da Fazenda Conceição do Azevedo. A escolha, do local de sepultamento, feita por Micaella Pereira, pode ser observada como sua vontade de retornar às raízes, pois a capela do Acari tem localização próxima às imediações em que seus pais foram responsáveis por construir fazenda, sendo, segundo Helder Macedo, “nas margens do rio Acauã, próximo à foz do antigo riacho Carnaúba, estabeleceu-se com fazenda de criar gados Caetano Dantas Corrêa (1710-1797), que casou com Josefa de Araújo Pereira” (MACEDO, 2013, p. 62).

Contando 23 anos após a morte de Micaella, Antonio de Azevedo Maia (2º) chegou a óbito na referida Fazenda Conceição do Azevedo, no dia 1º de maio de 1822, aos setenta anos

de idade, falecendo “de uma dor”. Como consistia sua vontade, teve seu corpo “involto em habito branco, e enterrado das grades para cima” na referida capela da fazenda Conceição do Azevedo, cuja construção foi destinada para esse fim. Assim como Antonio de Azevedo Maia (2º), sua segunda esposa, Maria José de Santa Anna, no dia 12 de janeiro de 1841, após falecer de “estupor na idade de setenta annos com tôdos os Sacramentos; e sendo involto em habito branco” teve seu corpo sepultado acima das grades, na referida capela (MEDEIROS apud AZEVEDO, 1988, p. 22-24).

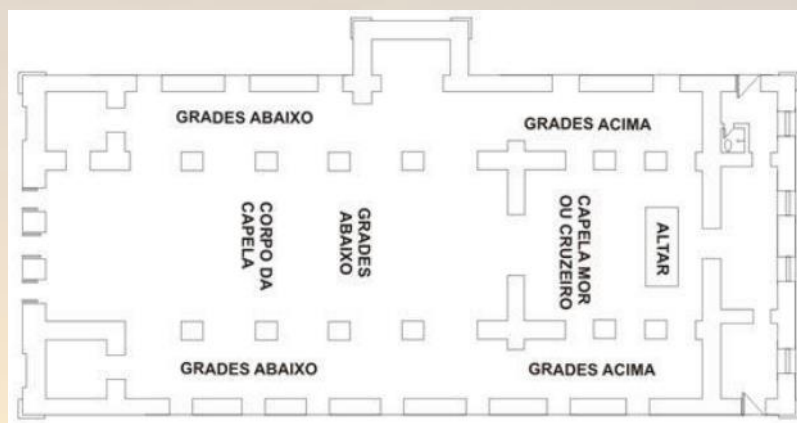
Em uma análise dos livros de óbito da Freguesia de Sant’Ana (1788-1857), Alcineia Santos observou que de 48 registros, somente 10,21% foram enterrados na capela Conceição. A igreja-cemitério tinha geografia valorizada de acordo com a proximidade do altar, dessa forma,

Os templos eram ocupados em toda a sua geografia: no corpo, das grades acima e abaixo, no cruzeiro, no altar-mor, do arco para dentro, na porta principal e nas adjacências. Contudo, a ordem de importância variava das covas no adro, de menor prestígio, àquelas próximas do altar-mor, onde se acomodavam os mortos melhor situados na vida. Espaço de maior proximidade com os santos, o altar era a delimitação mais perfeita para se estar em meio à corte celeste e alcançar o gozo eterno (SANTOS, 2011, p. 96-97).

Como observado mais acima, houve a necessidade da construção de uma capela, pelos preceitos religiosos, por parte de Antonio de Azevedo (2º). Era o enterramento *ad sanctos* onde “o defunto era abandonado à Igreja, que se encarregava dele até o dia em que ressuscitaria” (ARIÈS, 1989, p. 39).

No entanto, não foi apenas a construção de uma capela, mas sim de um lugar que servisse como cemitério, para guardar o corpo junto aos santos. Igrejas eram construídas para servirem de cemitérios, no entanto, o contrário não era possível, ou seja, o terreno que era utilizado como cemitério não servia como espaço para a construção de capelas/igrejas, tendo em vista que mortos eram enterrados sem a devida consagração do terreno.

Figura 8: Planta baixa da Igreja de Santa Ana de Caicó com os locais de enterramento



FONTE: Croqui em Macedo (2002, p. 127)³⁵

A imagem acima representa a cartografia da capela de Sant’Ana de Caicó, onde Antonio de Azevedo (1º), pai do dito fundador da fazenda Conceição do Azevedo, foi enterrado. Como citado acima, antes da construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, na povoação, as pessoas eram enterradas na capela que consta na Figura 8. Não tenho informação precisa a respeito do lugar de enterramento em que ficou o corpo de Antonio de Azevedo (1º), no entanto, por ter sido homem de posses, acredito que seu corpo tenha sido sepultado no interior da igreja, o mais próximo do altar possível, e não no adro, que era composto pelo espaço circunvizinho à capela/igreja.

A cartografia simbólica do espaço interno da igreja compreendia uma divisão que dizia respeito à posição social do morto, assim como sua vida no Além mundo (ARIÈS, 2014; REIS, 1991; SANTOS, 2011). O ponto central era o altar, ou seja, quanto mais próximo do altar, mais próximo do céu. Por tanto, a contribuição financeira era mais alta e, desta forma, só eram enterrados próximo ao altar, das grades para cima, aqueles cuja posição social era de posses. Em contrapartida, o espaço externo da capela cemitério compreendia o adro, onde seu enterramento era de baixo valor, logo, era nesses espaços que se encontravam enterrados os pobres, aqueles cuja condição financeira não favorecia um “bom lugar” no Além mundo.

Por esse motivo, a escolha do local do enterramento de Antonio de Azevedo (2º) na Capela de Nossa Senhora da Conceição se deu das grades para cima, deixando a entender a necessidade de estar próximo ao altar, fazendo referência à sua posição social, sobretudo, diante dos demais. Há, nesse ponto, uma representação do reconhecimento de quem foi Antonio de

³⁵ O croqui está presente em MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Vivências índias, mundos mestiços: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX.** Caicó, 2002. 168 p. Monografia (Curso de História). CERES, Universidade Federal do Rio G. do Norte.

Azevedo (2º), e sua família, para os habitantes de Jardim do Seridó, até os dias de hoje, sobretudo, àqueles que compõem a família Azevedo. Para a comunidade, Antonio de Azevedo (2º) era reconhecido como homem de prestígio, responsável por trazer a Igreja para a população. O enterramento do seu corpo no solo sagrado, em conjunto com os corpos de sua família, fez observar a respeito da preocupação dada ao outro, sendo a construção imaginária do céu como uma representação do que ocorria da Terra, tendo em vista a persistência de continuar próximo à família. Além disso, em fins do século XVIII, não se tratava apenas da “morte de si”, mas também “a morte do outro” (ARIÈS, 1989).

3.3. Se vindes por bem dizeis, que de mim tudo tereis

Parte da cultura de morte, como vimos, resulta de heranças coloniais, da troca de experiência entre nativos, africanos e europeus, este último, sobretudo, com preceitos católicos, tendo em vista os ritos de morte que aconteciam no Ocidente até os séculos XIV e XV, como observou Philippe Ariès (1989; 2014). Com a Reforma católica, o que importava era o comportamento na hora da morte. Não era mais necessário um grande esforço em vida. O que cabia, nesse caso, era ponderar diante das boas normas e condutas morais, pois a boa morte era o momento em que havia o perdão dos pecados e o resgate das falhas em vida. Esses fatores persistiram até o século XIX, quando as atitudes diante da morte passaram a ter um caráter dramático. Caráter, este, ligado ao moribundo por uma carga emocional, diante das cerimônias de sua própria morte e a morte do outro. No século XIX e XX, a preocupação com a morte ganha um novo sentido: “já se preocupa menos com a própria morte, e a morte romântica, retórica, é antes de mais nada a morte do outro; o outro, cuja lamentação e saudade inspiram o séc. XIX e ao séc. XX culto novo dos túmulos e dos cemitérios” (ARIÈS, 1989, p. 43).

As escolhas do ritual de morte e do lugar de sepultamento eram descritas por meio dos testamentos. Neles eram redigidos os ritos funerários, a cor da vestimenta, o lugar de sepultamento, as missas celebradas pós-morte e o destino dos bens materiais, conquistados em vida – para que a partida do morto acontecesse sem dívidas terrenas. O testamento servia como documento de recomendação à família para o trato com o corpo após a morte. Esse tratamento significava muito no destino da alma e a perpetuação desta no Além mundo. A partir do século XVIII, no Ocidente, “o moribundo abandona-se, de corpo e alma, à sua família. O desaparecimento das cláusulas sentimentais e espirituais do testamento é o sinal do

consentimento do doente ou do moribundo no seu apagamento e na sua entrega aos cuidados da família” (ARIÈS, 1989, p. 119).

No testamento deveria aparecer claramente uma ajuda aos benefícios que se fizeram da Igreja, tendo em vista todos os agradecimentos em vida que o católico deveria prestar. Para tanto, de acordo com as constituições,

778 E exhortamos aos ditos Beneficiados, que nos testamentos, que fizere se mostram agradecidos a suas Igrejas, deixando-lhes parte de seus bens (7) para se gastarem no serviço dellas, e culto Divino; porque seria especie de ingratição não deixarem em suas ultimas vontades cousa alguma ás Igrejas, de cujo dote, e renda se sustentarão.

779 E posto que os leigos devem guardar em seus testamentos a solenidade, e numero de testemunhas, que por direito Civil, (8) e Lei (9) do Reino se requerem, e por defeitos dellas são nullos, como as Leis dispoem; com tudo os Clerigos podem testar, ainda dos bens patrimoniaes, conforme a disposição do direito Canonico, perante o Parocho, e duas ou tres testemunhas; e seus testamentos assim feitos serão valiosos, (10) principalmente sendo o herdeiro instituido (11) tambem Clerigo. E esta disposição se faz mais precisa neste nosso Arcebispado, aonde os Clerigos, e parochos vivem nas suas Poro-chias dos Sertões, distantes muitas legoas das Villas, em que assistem os Tabelliães, que os possuem approvar, por cuja causa morrem muitos ab intestado, desejando, e querendo fazer testamento (VIDE, 1853, p. 278-279).

O clero além de participar ativamente da vida dos cidadãos no período colonial e imperial, ainda cobrava para que houvesse o reconhecimento dos trabalhos da Igreja, por meio de bens deixados nos testamentos. Havia a necessidade de impedir, inclusive, que pessoas enganassem os testadores a dispor livremente dos bens, deixando-os para a Igreja como forma de pagamento e reconhecimento pelos serviços prestados, assim como uma válida esperança que essas atribuições prestadas por meio de valores deixados lhes desse um bom lugar no Além mundo.

A produção testamentária feita no Seridó, do século XVIII ao XX, era voltada para aquelas pessoas que tinham prole, resultando em um tipo de documentação aqui necessária para a análise dos acontecimentos ligados aos ritos de morte, no entanto, que se encontra de forma escassa. Isso pode ser observado pelas citações acima, tendo em vista o lugar de sepultamento destinado, assim como as vestimentas que envolviam o corpo dos defuntos.

A boa morte consistia em uma preparação prévia da hora de partida, mas também fazia produzir testamentos e inventários caros para a época, limitando aos fazendeiros e pessoas de dotes. Dessa forma, o lugar de sepultamento nas igrejas e as vestimentas escolhidas, carregavam

significados sobre o morto, sobretudo, relacionados à condição social/financeira. Como observou Muirakytan Macêdo, ao investigar testamentos, havia denominações que diferenciavam as cores e modelos das vestimentas, pois

Existia uma diferença entre hábito e mortalha. O primeiro estava associado às vestes clericais (tecidos pretos), aos santos e irmandades religiosas a que pertenceram os defuntos (hábitos carmelitas e franciscanos). Embora não houvesse uma orientação explícita da irmandade, era comum que os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco fossem vestidos com o hábito correspondente ao santo da Ordem. No entanto, há uma peculiaridade com relação à pronunciada preferência pelo uso do hábito franciscano, evidente pelos que puderam pagar por ele em vida (MACÊDO, 2011, p. 11).

Por meio dessa citação é possível entender o lugar de partida destinado a Micaella Pereira. Micaella estava entre os seis, dos dezenove filhos de Caetano Dantas, que tinha o “domínio da palavra escrita”. Ao carregar o “dote da inteligência”, também se tinha instrução do conhecimento, incumbido, na época colonial, pela Igreja Católica. (MACEDO, 2013, p. 62-63). A religião católica era fortemente ligada aos métodos de educação. Esse fator faz pensar a respeito das crenças e ritos culturais da época. Além disso, a vestimenta de hábito franciscano, que Micaella escolheu para ser sepultada, faz referência à sua fé enquanto católica.

Os hábitos franciscanos correspondiam a São Francisco, que geralmente dizia respeito à posição social do morto, o qual fazia parte de uma elite da Ordem Terceira de São Francisco que, segundo Caio Boshi,

Foi criada pelo próprio santo de Assis nos primórdios do século XIII, destinava-se a fiéis que, sem fazerem votos, dedicar-se-iam à prática de atos de piedade e devoção.

Via de regra, as ordens terceiras se caracterizavam por serem associações das camadas mais elevadas, sendo a composição de seu quadro social mais sofisticada. Haja vista o exemplo de Minas Gerais colonial, onde elas foram instituídas somente no momento em que a sociedade local se consolidou (BOSHI, 1986, p. 19-20).

No entanto, não foi encontrado nenhum documento que constasse a participação de Micaella Pereira em alguma Ordem e, como ressalta Alcineia Santos (2011) e Muirakytan Macêdo (2011), ao analisarem testamentos no Seridó, a escolha por ser envoltos em hábito franciscano, nos séculos XVIII e XIX, representava aqueles que faziam parte de uma parcela

da população, cuja crença era de ser reconhecida pelo santo de devoção no Além mundo, por meio de sua vestimenta que, além disso, poderia pagar um valor mais alto do que o normal.

As crenças religiosas de Micaella Pereira acompanharam-na em vida. Uma vida consistente de bons dotes, tendo em vista a longa lista de bens inventariados³⁶. Dentre os bens, estava “um oratório pequeno”, que era costume nas casas de fazenda, por não haver capelas e igrejas muito próximas. A religião andava ao lado do sertanejo. Essas descrições levaram a crer que Micaella Pereira fez, em seu momento de morte, todas as recomendações da boa morte, descritas anteriormente, e, sobretudo, por ter as condições necessárias e, algumas vezes, exigidas, tendo em vista o conhecimento da leitura e da escrita, assim como os bens materiais e a vestimenta escolhida para envolver seu corpo, antes do sepultamento.

Àquele que não optava, ou não podia ser enterrado com hábito de santo, escolhia a mortalha de outra cor. Segundo Alcineia Santos, as cores mais comuns, entre os sertanejos, eram: branca, azul, preta, estampada, vermelha, roxa e dourada. Assim como observado por meio da escolha de Antonio de Azevedo Maia (2º) e sua segunda esposa Maria José de Santa Anna, a mortalha branca estava entre as principais escolhas do século XVIII e XIX. Segundo tabela feita por Alcineia Santos, a vestimenta branca liderava entre as demais escolhidas e, nos anos de 1788 e 1857, 1.796 pessoas, de um total de 1.973, escolheram ser enterradas de branco; e 84 pessoas, no total de 130, optaram pelo hábito de São Francisco (SANTOS, 2011, p. 86-88).

A partir do século XIX, as mudanças também são percebidas no entendimento do pós-morte. Os testamentos ganham novos significados. As sepulturas, os túmulos, as construções cemiteriais vão se organizando de acordo com as mudanças nas formas de viver, interferindo nos espaços urbanos. Como foi observado no capítulo anterior, os discursos médicos e a teoria da higienização foram responsáveis por construir cemitérios extra muros. As pessoas não eram mais enterradas nos solos das igrejas. As crenças sobre o Além mundo tomam novos significados.

A morte faz parte do cotidiano, tendo em vista sua chegada de forma repentina. O fato inesperado fez com que não houvesse tempo necessário para a preparação da boa morte e, conseqüentemente, a interferência no destino perpétuo da alma. Como a morte poderia aparecer de forma precoce, tendo em vista as doenças que matavam muitas pessoas no século XIX,

³⁶ Não foi possível encontrar o inventário, assim como seu testamento, mas este foi descrito no livro de Nilton Azevedo (1988, p. 22-23).

redigir testamentos e inventários fez parte do cotidiano de seridoenses. Os inventários ficavam encarregados de descrever os bens materiais do morto. Nos testamentos apareciam as vontades, em vida, para com o pós-morte, assim como a quitação e perdão das dívidas. A morte foi um fenômeno de produção testamentária. Na Ribeira do Seridó, no século XVIII e XIX, as produções testamentárias fizeram parte do cotidiano de uma parcela da população, pois

Os testamentos, documentos escritos em vida, eram desejados, pois esmiuçariam os cuidados com a alma no caminho de sua salvação. Mas, no Seridó, foram poucos os testamentos, talvez por ser um processo cível caro, pois não dispensariam a confecção futura de um inventário, sendo, portanto, uma peça produzida somente por fazendeiros de posses muito significativas (MACEDO, 2011, p. 10-11).

Na procura por produções testamentárias em Jardim do Seridó, ocorreu a triste surpresa deles se encontrarem escassos, sobretudo no período que compreende o século XVIII e XIX, como citado anteriormente. Foram encontrados testamentos a partir de 1894. O que fez afirmar essa estimativa foi o primeiro livro de óbito, do cartório da referida cidade. Geralmente, os livros de óbito, redigidos por cartórios, compõem maiores informações sobre o morto, quando comparados aos livros de óbitos sob responsabilidade da Igreja. Nos livros de óbito da Igreja foram encontrados dados mínimos a respeito do morto, se comparado aos dados dos livros de óbito do cartório. Essa distinção entre as informações ajudou à pesquisa, pois mostrou o que cada instituição julgava necessário sobre a descrição das pessoas. Enquanto o cartório descrevia data do óbito, nome completo, lugar de enterramento, nome dos pais, causa da morte e se houve ou não produção de testamento; a Igreja descrevia o nome completo, lugar de sepultamento, nome dos pais, cor da vestimenta e a descrição das bênçãos que o defunto recebia.

As mudanças das instituições que ocorreram no século XIX, com o fim do Padroado régio, podem ser percebidas nas produções de documentos civis. Como dito no capítulo anterior, a Igreja era encarregada do controle civil do Brasil colônia/império, pois havia acordo entre o poder real e as autoridades eclesiásticas, no entanto,

O Padroado régio manteve-se quase inalterado desde os tempos coloniais até a proclamação da República, em 1889. Entretanto, após a Independência, o nascente Estado imperial termina por reconhecer a importância do catolicismo e da Igreja como a melhor estratégia de consolidar a hegemonia da Coroa sobre a totalidade dos súditos e fiéis (NASCIMENTO, 2006, p. 48-49).

Por esse motivo, os registros das pessoas (nascimento e morte), anteriormente produzidos pela Igreja, passaram a ser de responsabilidade do Estado, resultante de uma necessidade que este tinha no controle do poder administrativo. Anthony Giddens observou que esses aspectos estão ligados a um processo de controle e vigilância sobre as sociedades por meio do Estado moderno e de uma economia capitalista, que teve início no século XIX. Esse processo de transferência de responsabilidade sobre a população para o Estado, que implicava na própria soberania deste, passou a ser melhor definido através do Estado-nação, pois

É da natureza dos Estados agrários que a articulação do poder administrativo seja relativamente limitada, de modo a não alcançar a maioria da população. (...) O desenvolvimento da soberania de Estado expressa, além de estimular, uma nova forma de ordem administrativa, assinalada pela formação do Estado absolutista, mas levada ao máximo no Estado-nação (GIDDENS, 2001, p. 227).

Por esse motivo, o uso da informação de atividades sociais e acontecimentos materiais era um fator fundamental para o controle da organização administrativa do território e das pessoas. Esse controle é resultado de um dos aspectos que estão na origem do poder administrativo moderno sobre o desenvolvimento do direito público. Ou seja, a Igreja perdia parte do poder para o Estado, passando o controle dos registros individuais para o poder político e não mais religioso.

Os livros de óbito do cartório de Jardim foram importantes, para a referente pesquisa, pois se tornou possível a percepção das causas de morte que compreendia o seu recorte temporal. Por meio deles foi observado o alto número de crianças que faleceram de espasmo de 1888 a 1894, como foi tratado no capítulo anterior. Por outro lado, os detalhes presentes no livro de óbito da Igreja, que compreende os anos de 1916 a 1926, mostraram pontos que vão além dos dados civis, tendo em vista as cores das vestimentas e as encomendações que seguiam o ritual católico.

No município de Jardim, em fins do século XIX e decorrer do XX, foram encontrados 19 testamentos que datam de 1894 a 1979. Com o tempo, os documentos são perdidos, seja pelo descuido ou ausência de valor destinado aos mesmos. Por se tratar de poucos testamentos, tendo em vista o intervalo de tempo, pode se dizer que a preparação da boa morte, descrita por Ariès (1989), não foi feita de escrita em testamentos, mas sim pensada em vida e passada aos familiares. Por outro lado, como mencionou Macêdo (2011), por se tratar de um documento civil caro para a época, os testamentos eram feitos por pessoas que tinham condições financeiras

favoráveis, limitando essa prática apenas a uma parcela da população. No entanto, a observação dos testamentos de fins do século XIX e decorrer do XX, na vila de Jardim, fez pensar que se tratava de uma produção destinada àquelas pessoas que tinham bens e poucos familiares. Dessa forma, quando aceitava ser testamenteiro, era incumbido a responsabilidade na qual consistia em prestar contas ao cartório, fazendo cumprir as ordens e vontades do testador.

Como consta no primeiro livro de óbito do cartório da referida cidade, datado de 1888 a 1894, não houve escritura de testamento nesse período, com exceção de Francisca Prudencia de Salles e Francisco Soares da Silva, os quais deixaram por escrito seus desejos finais em vida. Todos os sepultamentos analisados no referente livro de óbito foram feitos nos cemitérios de Jardim, salvo alguns descritos no “Cemiterio de Parelhas, Capella de São Sebastião, desta Parochia”, e no “Cemiterio da Povoação de Parelhas”³⁷ (LIVRO DE ÓBITO DO CARTÓRIO, 1888).

Durante a vida havia um esforço em seguir a conduta moral, pelo medo do julgamento final, diante da alma do moribundo. Julgamento entre o céu e o inferno. O medo de ter a “alma queimando no inferno” fazia com que pedidos a Deus e sua corte surgissem a todo o momento, no leito da morte. Esse era o suspiro de esperança que restava ao moribundo para não viver a eternidade sofrendo. Nos três testamentos de fins do século XIX, em Jardim, apareciam as aberturas constando *Jesus, Maria, José. Em nome da Santíssima Trindade*³⁸; *Jesus, Maria e José. Em nome da Santissima Trindade, Padre Filho, Espirito Santo*³⁹; *Jesus, Maria e José. Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, Espirito Santo, em cuja religião nasci, tenho vivido, e espero morrer*⁴⁰. As aberturas testamentárias eram as portas de entrada das vontades internas dos testadores. Tratava-se de um fator fortemente ligado à religião católica, pois o apelo aos poderes divinos mostrava a necessidade de ter a alma salva dos pecados.

Mesmo não tendo como produzir seus testamentos, as pessoas criavam meios de seguir o ritual da boa morte. A ausência de uma produção testamentária não significa a reprodução de uma região que não seguia os preceitos católicos da boa morte. Havia a encomendação do corpo, as missas, a extrema unção, confissões na hora da morte e o cuidado com as roupas. Dentro de cada realidade socioeconômica, as pessoas faziam o necessário, e o que podiam, para

³⁷ Parelhas pertencia ao município de Jardim até o ano de 1911, quando o município passou a ser constituído de distrito sede por meio da lei estadual nº 478, e em 26 de novembro de 1920 é criado o distrito de Parelhas e anexado ao município de Jardim do Seridó.

³⁸ Abertura do testamento de Francisco Soares da Silva, 1894.

³⁹ Abertura do testamento de Francisca Prudencia de Salles, 1894.

⁴⁰ Abertura do testamento de Manoel Fidelis Lopes, 1901.

que sua passagem para o Além mundo se desse da melhor maneira, pois acreditavam que isso influenciaria bastante no destino de sua alma.

Nos poucos testamentos que foram feitos em Jardim, correspondentes ao final do século XIX, e início do século XX, foram encontrados aspectos que diziam respeito ao cuidado com o corpo, descrição da família e desejos finais, como será citado mais adiante. Por meio dos testamentos, observei que era comum o pedido de celebração de missas antes e depois da morte. As missas, segundo João José Reis, faziam parte das cerimônias fúnebres sendo, inclusive, objeto de regulamentação pelas Constituições primeiras, em 1707. Assim, o autor compreende que

A função delas era abreviar o tempo passado no Purgatório, ou acrescentar à glória dos que já se encontravam no Paraíso. As missas fúnebres eram um aspecto importante da economia material e simbólica da Igreja, que recomendava enfaticamente a suas ovelhas que provassem sua devoção deixando em testamento quantas missas pudessem pagar. Aos herdeiros e testamenteiros dos que não pedissem missas a Igreja aconselhava que corrigissem a falta do morto a bem de sua alma. Aos párocos desses defuntos falecidos *ab intestato* caberia pressionar as famílias enlutadas para que mandassem rezar pelo menos missas de corpo presente, de mês e de ano (REIS, 1991, 205).

Fazendo parte do ritual católico, as missas começavam logo no início da agonia da morte, se estendendo o período que compreendia mês e anos. Vale salientar que os pedidos para missas eram pagos, por esse motivo, havia a descrição do pagamento do tributo destinado à Igreja, pois como foi citado acima, além de ser uma exigência contida pelas constituições, os fiéis achavam necessário dar o devido retorno. Dessa forma,

O testador legava então à fábrica, ao convento, ao hospital ou à irmandade uma terra (casa, campo, vinhedo), capital em espécie, renda de um capital colocado a render, ou comércio a cargo da igreja, do convento ou da comunidade hospitalar, para fazerem celebrar perpetuamente ofícios e missas encomendadas com precisão (ARIÈS, 2014, p. 237).

Os testamentos aqui analisados foram escritos por escrivães e tabeliães da época, sendo assinados a rogo. Para tanto, as pessoas se encaminhavam até o cartório da cidade e, diante de cinco testemunhas, ditavam ao escrivão suas necessidades. Por se tratar de uma escritura pública, assim como a participação assistida das testemunhas, juntamente com o tabelião, há

possíveis lacunas existentes na escritura dos testamentos, tendo em vista a ausência dos motivos que fazem deixar bens a uma determinada pessoa que não era da família⁴¹.

Os cuidados com a alma e o corpo foram expressos, sobretudo, nos testamentos de 1894 a 1902, contando, ao todo, cinco do total de dezenove testamentos. Foram assim descritos os testamentos de Francisco Soares da Silva (redigido em 1894), Francisca Prudencia de Salles (redigido em 1894), Rosalina Maria da Silva (redigido em 1896), Manoel Fidelis Lopes (redigido em 1901), Pe. Luis Marinho de Freitas (redigido em 1902). Foi necessário expressar as particularidades constantes em cada testamento, seguindo as formas de escrita da época, para que a análise fosse feita, mostrando os pontos que são interligados entre as últimas vontades.

O primeiro foi o testamento de Francisco Soares, falecido em 1894, tendo documento escrito no dia 12 de dezembro de 1870, pelo Bacharel Elias E. E. da Costa Ramos, o qual foi ditado e assinado a punho. No decorrer do testamento, foram descritos os familiares, vivos e falecidos, assim como o cuidado com a alma e corpo e o lugar de sepultamento. No corpo do testamento estava descrito:

Declaro que sou christão e por isso recomendo minha alma a Meu Senhor Jesus Christo, e espois alcansar a salvação por sua Infinita Misericórdia e Bondade. (...)Declaro que falecendo quero sêr sepultado conforme o costume geral, e que se mande deser por minha alma uma capella de missas com a esmola do costume. (...) Finalmente que era contente que ficasse feixado cusido e lacrado e que não fosse aberto se não depois do seu falecimento (TESTAMENTO DE FRANCISCO SOARES, 1870, p. 2-4).

As declarações permitem a observação de um apego à religião tanto quanto a necessidade da salvação da alma no julgamento final, fatores presentes no rito de boa morte, descrito anteriormente. Existia, também, um pedido de que seu testamento fosse fechado, cozido e lacrado, sendo lido somente após a morte. Por não saber ler e escrever, o testamento de Francisca Prudencia foi escrito a rogo pelo escrevente Manoel Bezerra da Silva, na presença do Juiz de Distrito Manoel José Fernandes, no ano de 1894, na residência de Galdino Alves dos Santos, em Jardim do Seridó. O testamento refletia sua “última vontade” e nele foram descritos os seguintes pedidos: “Quero que se digão cincoenta missas pela minha alma”, e seu desejo era ser “sepultada no Cemiterio de minha Freguesia e em volta em habito branco” (TESTAMENTO DE FRANCISCA PRUDENCIA, 1894, p. 3). Francisca Prudencia era natural da Cidade do

⁴¹ Era comum o apadrinhamento das pessoas e, mesmo não sendo familiar, deixava-se bens aos afilhados. No entanto, não foi encontrada essa descrição nos testamentos.

Príncipe⁴², mas por muito tempo residia em Jardim, sendo este o motivo de escolher ser sepultada no cemitério público da referida cidade. O hábito branco, como observado, continuou sendo a escolha principal entre as vestimentas.

Assim como Francisca Prudencia, Rosalina Maria da Silva era “natural da Comarca do Seridó, freguesia da Senhora S. Anna, da villa do Caicó” e optou por ser enterrada no cemitério da vila de Jardim, onde por muito tempo residiu. Por sua vontade, no ano de 1896, ela pediu “ao senhor Antonio Gomes de Azevedo Barretto, que por mim escrevesse e assignasse a meu rôgo por não poder-se escrever visto actualmente estar soffrendo dos olhos e da vista, de modo a não poder escrever coisa alguma”. Após sua morte, foi pedido “que se digão cincoenta missas pela minha alma” e, por fim,

Falecendo nesta freguesia quero ser sepultada no Cemiterio publico desta cidade, sendo o meu corpo envolto em panno preto, corforme o estylo adaptado pela santa Igreja Catholica, Apostolica, Romana, fasendo o meu enterro segundo a mesma Igreja e comporem com os meus paressidos; e quero que por minha alusão se ei de rezar trez capellas de missas (TESTAMENTO DE ROSALINA MARIA DA SILVA, 1896, p. 2-3).

Rosalinda deixou dois testamentos, que se encontram anexados no livro de testamentos, um complementando as vontades do outro. A diferença entre ambos está no cuidado para com as missas que deveriam ser feitas antes e após seu enterramento, refletindo na preocupação em não ser abandonada pela Igreja e pelos familiares. Outro caso semelhante, que optou ser enterrado na vila de Jardim, mesmo não sendo natural deste município, foi o de Manoel Fidelis Lopes, que teve testamento redigido por Manoel José Fernandes e assinado a rogo. Manoel Lopes “era natural da Cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará”, mas residia no município de Jardim. O mesmo optou por fazer o testamento, pois estava “achando-se doente, mas em perfeito juiso declaro que este é o meu testamento e ultima vontade”, e preparando-se, pois “fallecendo nesta Parochia quero ser sepultado no Cemiterio da Cidade do Jardim, sendo o meu enterro conforme a essa Santa Igreja!” (TESTAMENTO DE MANOEL FIDELIS LOPES, 1901, p. 2).

Em alguns casos, havia o pedido de missas para familiares e a doação de seus bens para instituições de caridade, constando como uma prática da boa morte e a preocupação com o julgamento final. As missas pedidas aos familiares serviam como preces em memória daqueles

⁴² Atualmente é a cidade de Caicó, também interior do Rio Grande do Norte. A referida cidade é situada a 45 km de Jardim do Seridó.

que já faleceram e que, em muitos casos, não tinham como deixar o pedido, devido à produção de testamentos e o valor a ser pago. Esses pedidos eram comuns entre os moradores do Seridó no século XIX, sobretudo, como observou Alcineia Santos, “missa e morte eram uma combinação quase indispensável” (SANTOS, 2011, p. 74). Por meio das missas o defunto era lembrado e seu descanso no Além mundo era garantido. As missas serviam como a continuação das boas lembranças de atos feitos em vida.

Manoel Lopes se preocupou quanto à celebração das missas durante e após sua morte, deixando pedidos e pagamentos de celebrações para si e sua família, sendo seu pedido o seguinte:

Como (?) que se celebre por minha alma uma missa de corpo presente, e mais de uma (...) ao meu ultimo comparecer mais de um sacerdote. Assim mais que da missa de servir por minha alma Capella e meia de missa coisa no mesmo do estylo, assim mais meia Capella de missa por alma de meus finados pais (TESTAMENTO DE MANOEL FIDELIS LOPES, 1901, p. 3).

No testamento do Padre Luiz Marinho de Freitas, redigido por ele, em 1902, pode ser observado mais detalhes quanto ao trato do corpo e da alma, por meio da escolha de sua sepultura, missas e das esmolas oferecidas. Assim, ele declarou que por temer a morte, e por não saber o dia em que “deus me tem chamar tenho resolvido o meu testamento da seguinte maneira: primeiramente em nome da minha Alma e Proteção da Santissima Virgem Senhora da Conceição ao Santo Anjo de minha guarda aos Santos de minha maior devoção” (TESTAMENTO DO PADRE LUIZ MARINHO DE FREITAS, 1902, p. 2).

O começo do testamento exprime a necessidade de escrever o documento por medo da morte imediata, fazendo parte do ritual da preparação da boa morte. Esse medo era comum nos idos do século XVIII e XIX, pois fazia parte de uma morte que chegava sem aviso prévio, deixando o moribundo sem os devidos preparos (ARIÈS, 1989; REIS, 1991; SANTOS, 2011). O medo de morrer sem ter se preparado, e feito as encomendações, é justificável, pois, segundo consta em seu testamento, não havia familiares que servissem para recomendar suas últimas vontades antes de morrer. Mesmo sendo o Padre Luiz Marinho um representante da Igreja, a incerteza de morrer sem seguir o ritual pode ser observada, não limitando-se aos bons feitos em vida.

Diante dos pedidos de Pe. Luiz Marinho, há uma visível preocupação com as almas de seus familiares, que já haviam partido para o Além mundo, mostrando que ele não os esqueceu

em nenhum momento, nem mesmo quando pensou em sua morte. Possivelmente, o Padre era um homem da Igreja que se voltava a ajudar pessoas carentes da comunidade, tendo em vista a ajuda que forneceu às órfãs de sua freguesia. Dessa forma,

Quero que se digão por minha Alma cinquenta Missas, doze pelas Almas de meus Paes e doze por todos quantos tive negocios, segundo atençaõ em que faço a presente disposiçaõ, e quero que se distribua a esmola de conçoenta mil reis com duas orphãos, da supramencionada Freguesia do Triunpho as que forem mais pobres reconhecidas tais por meu Testamenteiro; e quero que estas minhas disposições se cumprão no prazo de desoito mezes (TESTAMENTO DO PADRE LUIZ MARINHO DE FREITAS, 1902, p. 2).

Mesmo não tendo familiares presentes, ele deixou claro que fazia parte das Irmandades e que suas contas estavam quitadas, portanto:

Declaro que sou Irmão das Irmandades de Nossa Senhora do Rosario desta Freguesia do Acary, das Benditas Almas da Freguesia do Seridó, e Irmão remido da de Nossa Senhora da Solidade da Cidade do Recife, e que por conseguinte deverá o meo Testamenteiro logo depois de minha morte dar reconhecimento aos respectivos Thezoueiros, para se mater (?) os compectentes suffragios, dando a devida quitaçaõ as deras primeiras (TESTAMENTO DO PADRE LUIZ MARINHO DE FREITAS, 1902, p. 3).

É possível observar que Padre Luiz Marinho foi um homem preocupado com os rituais de sua igreja, assim como a ajuda disponibilizada ao próximo. A parte, a seguir, descrita do testamento, é referente à escolha de sua catacumba e vestimenta, reflete a honra que tinha de prestar serviços como homem da Igreja, seguindo todos os rituais sagrados:

Se eu morrer nesta Villa do Acary, ou onde Deus for servido, quero ser sepultado em uma catacumba simples, más decente propria para nunca mais ser aberta, não se opondo a isso algum (?) quer por vestura possa haver e involto em minhas veste sacerdotaes forem do se me o Funeral com tres sacerdotes, ou com o respectivo Parochor dous Cantores com as solennidades, que, segundo ouro do lugar forem permittidas, o que fica a presente disposiçaõ de meu testamenteiro (TESTAMENTO DO PADRE LUIZ MARINHO DE FREITAS, 1902, p. 2).

Mesmo sendo “natural da Freguesia da Villa do Triunpho da Comarca do Assú da Provincia do Rio Grande do Norte”, ele optou por ser enterrado onde estivesse servindo como padre (TESTAMENTO DO PADRE LUIZ MARINHO DE FREITAS, 1902). Era comum o desejo de ser enterrado na região onde residia, mesmo não sendo natural. Esse fator pode ser observado como a vontade de não se afastar dos vivos, sobretudo os familiares próximos. Se agissem ao

contrário, ou seja, retornassem à cidade onde nasceram para serem enterrados, os indivíduos estariam se afastando daqueles que poderiam prestar visitas e orações com mais frequência.

Como observado, o Padre Luiz Freitas era irmão das Irmandades de Nossa Senhora do Rosario da Freguesia do Acary, e fazer parte de uma associação religiosa, como as irmandades, era comum, pois estas são instituições urbanas que desabrocharam na Europa ocidental desde a Baixa Idade Média e se encarregavam de dar ajuda espiritual e assistencial aos associados, por isso mesmo,

Foram e são instituições que espalham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem. Com elas, o catolicismo e a Igreja Católica amoldam-se à realidade na qual se propagam. Nada de anacronismos históricos. As irmandades caracterizam sempre o seu momento e o seu ambiente, dando origem à diversidade de formas, por um lado, e à fluidez e imprecisão de suas denominações, por outro (BOSCHI, 1986, p. 12).

Havia uma distinção entre *irmandade de obrigação* e as de *devoção*, sendo a primeira sujeita à jurisdição eclesiástica e secular, composta por livros internos próprios e o regimento de normas estatutárias; em contrapartida às de obrigação, havia as de devoção, eram isentas de todas essas formalidades, no entanto, sobreviviam por pouco tempo (BOSCHI, 1968, p. 14-17).

A princípio, essas ordens eram associações livres, no entanto, sua rápida proliferação na Metrópole e nas colônias foi caracterizada pela importância que estas tinham sobre a vida social das pessoas. Nesse sentido, o Estado passou a ficar atento, com a preocupação de que fizesse cumprir a legislação vigente, e a livre associação aos grupos, posteriormente, passou a ter condição jurídica por via da Igreja e/ou Estado.

Em 1860, na Freguesia da Conceição do Azevedo, foi aprovada Lei Provincial Nº 481, pelo senhor João José d'Oliveira Junqueira⁴³, por meio de pedido por parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia. Para tanto, foi pago uma quantia de Imposto Provincial equivalente a vinte mil réis e, à Secretaria, um valor de dez mil réis para que esta lei fosse passada e aprovada pelo Palácio do Governo do Rio Grande do Norte. Após aprovada, foi passado para os demais o compromisso de que havia com a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Azevedo, sendo esta submetida à

⁴³ Como consta escrito na abertura da referida lei provincial, o senhor Junqueira era Fidalgo Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, Bacharel Formado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Academia d'Olinda, Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

aprovação da Assembleia Legislativa Provincial. No capítulo 7, aparece claramente o cuidado com os irmãos mortos, através dos pedidos de missas

Capitulo 7º - Dos rendimentos dos annaes, e mordomagens, e de quaes quer outros bens da Irmandade, havendo-os, mandara o Thezoureiro anualmente fazer hum Officio pelo preço marcado na Tabella da diocese, pelos Irmãos falecidos: além disto mandará tão bem anualmente dizer huma Capella de Missas pelos Irmãos vivos, e defuntos, com a esmola regulada pelo costume, pelos Sacerdotes da Freguezia, preferindo os Sacerdotes Irmãos; e na falta de huns, e outros, por Sacerdotes da eleição do Thezoureiro, com declaração, que havendo rendimento avultado, e podendo fazer-se maior sufrágios às Almas dos Irmãos, o mande fazer, áte onde possível for, para que mais se anime, e excite a devoção, e zêlo dos Irmãos, apresentando em Meza certidão de todas os sufrágios, e Missas, que mandar dizer, para se lhe levar em conta a despeza, com tanto porém que se faça sempre todos os annos a Festividade do Santissimo Sacramento (COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, 1860, s/p.).

Há um compromisso vigente entre as irmandades e aqueles que a compõe. Como abordou Caio Boshi (1968), as irmandades têm um papel importante na sociedade desde o tempo de seu surgimento, pois funcionam como agentes que congregam, de forma grupal, as pessoas de forma que haja uma solidariedade frente as mesmas, tendo em vista a religião e a realidade social. Assim, havia a relação com essas instituições e o respeito com seus mortos. E era por meio dos testamentos, sobretudo do século XVIII, que o reconhecimento era válido, pois destinavam recursos, em vida, para as irmandades logo após sua morte (SANTOS, 2011).

No entanto, não foram encontradas demais citações às ordens e irmandades, nos testamentos de Jardim, na segunda metade do século XIX, sendo o testamento do Padre Luiz Freitas uma exceção. Acredito que a participação de irmandades em funerais, na vila de Jardim, na segunda metade do século XIX, tenha entrado em declínio, uma vez que, segundo João José Reis (1991), a partir de 1830, essa prática estava se extinguido.

Os testamentos, quando deixados no cartório, eram verificados pelo tabelião e aprovados enquanto documento. Esses documentos eram definidos como última vontade, por isso era importante descrever que o testador estava em *perfeito estado de saúde, no livre uso das faculdades mentais, sem constrangimento ou coação de qualquer espécie*⁴⁴, fazendo seu testamento a disposição de suas necessidades. Mesmo achando-se doente, era necessário expressar que estava ciente de suas escolhas.

⁴⁴ Essa parte está descrita em todos os testamentos.

Se os testamentos não fossem escritos pelos tabeliães, deveriam ser deixados no cartório para que se fizesse constar o Auto de Aprovação do documento, no qual consistia em toda a verificação perante testemunhas. Isso dizia respeito à descrição das partes escritas, a quantidade de páginas, os bens deixados, vontades dos testadores e o que era incumbido ao testamentário. Era importante verificar se o testamento foi entregue “devidamente fechado, lacrado e cozido com linha preta”. Essas descrições estão presentes na leitura dos documentos, escritos nas certidões que mostram detalhes do que acontecia após a morte dos testadores.

3.4 Oração e acolhimento no Santíssimo Sacramento: uma leitura sobre o lugar de sepultamento no cemitério

A prestação de contas dos testamentários era necessária, para que as últimas vontades fossem realizadas. Esses fatores eram comprovados em cartório, diante do tabelião, promotor público e juiz da comarca. Ao final das apresentações devidas, o tabelião e o juiz da comarca faziam o visto dos documentos, assim como a Certidão. O juiz estabelecia as últimas considerações, dizendo se as vontades do(a) testador(a) eram cabíveis, de acordo com a lei.

Foi observada uma modificação na escrita desses testamentos. No decorrer dos anos, o modelo do testamento passou a ser incorporado por questões voltadas à quitação de contas e preocupação com o destino dos bens materiais. Isso fez com que fosse se perdendo, no tempo, a ligação com o divino ou a preocupação com o destino final, refletindo nos ritos de morte e na ligação com o sagrado, observado como resultado das questões existentes entre a estrutura jurídico-administrativa do Estado. Um exemplo disso foi a criação do cemitério extra muros, que mudou toda a dinâmica significativa dos enterramentos nas igrejas-cemitérios como próximo aos céus.

No Seridó, a relação da vestimenta mortuária muda com as criações dos cemitérios, após 1856, pois “a diversidade de hábitos e mortalhas existente durante o período em que a população era enterrada dentro das igrejas desapareceu completamente” (SANTOS, 2011, p. 186). O morto não era mais deixado aos cuidados da Igreja, havia o trato por parte da família.

No entanto, o cuidado com as vestimentas permaneceu no município de Jardim, mas essas descrições só foram possíveis de serem constatadas por meio dos livros de óbitos, feitos pelos padres, aparecendo como descrição a cor, nome completo, filiação, natural, cor do hábito e a descrição dos sacramentos. Para tanto, o hábito branco foi preferência, seguido pelas cores

azul, rosa, hábito de santo e o hábito preto. As cores azul e rosa vestiam geralmente crianças, servindo as duas cores para meninos e meninas. Já o hábito preto vestia viúvas e viúvos, em sua maioria. Os hábitos de santos apareceram vagamente.⁴⁵

Alguns costumes fúnebres do século XIX se estenderam para o século XX. A cor da vestimenta ainda mostra a preocupação com a identificação do morto no Além mundo. Mesmo assim, vestir-se de branco não era uma escolha apenas das pessoas que morriam, mas aqueles que se faziam presentes no funeral e enterro também se vestiam de acordo com o que desejavam ao morto, sendo, em sua maioria, vestidos de branco, como pode ser observada a **figura 9**, imagens abaixo:

Figura 9: Enterro no cemitério de Jardim do Seridó, 1950



Fonte: Fotografia de Severino Azevedo (Mestre Galinho).⁴⁶

⁴⁵ Não foram postos números precisos, nem tão pouco tabelas, pois o livro está em mau estado de conservação, não tornando possível a contagem certa dos óbitos que escritos.

⁴⁶ Acervo pessoal de Edvaldo Alves da Silva, 2019.

Figura 10: Cortejo fúnebre em Jardim do Seridó, 1950



Fonte: Zé Boinho⁴⁷

O cortejo fúnebre, que seguia da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Jardim, ao cemitério público, é uma prática ainda comum, a qual tem missas de corpo presente na igreja e, logo após, seguindo, em procissão, as pessoas levam o corpo até o cemitério. A **figura 10**, datada de 1950, é uma representação clara da prática dos caminhantes da cidade, e o interessante nessa figura é que o cortejo compreende, em sua maioria, mulheres vestidas de branco.

⁴⁷ Acervo pessoal de Edvaldo Alves da Silva, 2019.

Figura 11: Velório em Jardim do Seridó, década de 1940



Foto: Acervo de Conceição Azevedo.

Outra prática comum no início do século XX era enviar fotografias de mortos em seus caixões, ou do espaço em que acontecia o velório, geralmente na casa do morto. No verso da **Figura 11** está escrito “Lembrança para Murilo Azevedo e Família - Jardim do Seridó”. Segundo a esposa de Murilo Azevedo, Conceição Azevedo (2019), essa fotografia foi enviada por um primo de seu marido. Conta a mesma que esta era uma prática muito comum quando não podia participar do funeral, ou dar o último adeus, pois a família enviava uma fotografia para aqueles que estavam distantes. Mesmo a fotografia sendo um produto caro para época, servia como mensagem de carinho para os familiares.

A última imagem diz muito sobre os velórios que ocorriam no Seridó, sendo prática recorrente. Os velórios aconteciam na residência do falecido, onde havia o convite para todos os familiares e amigos, para que todos se fizessem presentes na hora da partida. Os funerais serviam como encontro de parentes e conhecidos, pois esses encontros não eram tão comuns acontecer, tendo em vista a distância que se encontravam algumas cidades, assim como o difícil deslocamento da época.

Da mesma forma que na **figura 10** é mostrado um cortejo fúnebre, a presença de mulheres no velório é notória, como maioria, assim como a vestimenta de cor branca ou tom claro, podendo representar paz e/ou respeito ao falecido e sua família. Já na **Figura 11**, percebi o lamentar, a dor e comoção das pessoas, sobretudo, no rosto da criança, ao centro da figura. A morte não era mais um acontecimento tão recorrente, no final do século XIX e início do XX, pois havia uma redução das doenças, quando comparado ao século XVIII e primeira metade do XIX. Como nas outras imagens, é possível observar crianças e o quanto seus rostos representam desconsolo e sofrimento, mostrando descontentamento com a realidade que a morte

representava. O adeus se tornava mais difícil, principalmente, quando este vinha dos entes queridos. Na descrição do Dia de Finados, que aparece no jornal A República, no ano de 1904, entende-se como este se mostrava um dia difícil para os jardinenses, sobretudo, por vir, nesse referido ano, acompanhado de uma inesperada morte:

Finados – Não passou despercebido entre os jardinenses esse grande e terrível dia da religiosa comemoração dos mortos. Tivemos missa do *requiem*: os enlutados visitaram os jazidos dos seus antepassados com doloridas impressões. Convem, charo leito, meditar sobre esse magno assumpto, certo do proverbio romano – *hodie míhi cras tíbi* – contra o qual não prevalecem, nem prevalecerão nunca as pomposas e sedutoras illuzões deste excellent mundinho das gentis senhoritas. Prova inequivoca: nesse dia, Antonio Pereira de Araujo, bem moço ainda, cheio de vida, orou pelos finados; no dia seguinte, as oito horas da manhan, commungava com estes, deixando na desolação uma esposa e quinze filhos, dos tres consorcios que lograra nesta vida (JORNAL A REPUBLICA, 1804, s/p).

A descrição acima mostra o quando a dor da perda foi sentida pelo jardinense no início do século XX, sobretudo, por um jardinense ter morrido logo após o dia de finados, dia de grande valor sentimental para a população. Pede-se, então, uma reflexão para que se façam valer os dias, pois a morte é um acontecimento incerto e pode chegar a qualquer momento, livrando do mundo dos vivos aqueles que têm chegada a hora.

Ao descrever que os enlutados têm costume de visitar os jazidos dos entes queridos nos dias de finados, em Jardim do Seridó, entende-se que há uma ligação entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, por meio do espaço cemiterial. Como foi descrito anteriormente pelo Livro de Tombo da Paróquia de Jardim do Seridó, o cemitério público foi criado pelos moradores da freguesia, mostrando a participação de uma parcela da população na construção dos muros cemiteriais, conseqüentemente, a referente passagem do documento mostra um consentimento das pessoas quanto ao novo ritual de enterramento. A esperança do povo, como foi descrito, compreendia um período em que o medo do número elevado de mortes, devido às doenças que atacavam a população, fazia com que entendessem o enterramento nas igrejas como risco à saúde. Pode-se dizer, também, que seguiam o recomendado pela Igreja, tendo em vista que mesma se mostrou atuante, tanto quanto a população. Não se sabe, ao certo, o que levou ao consentimento e atuação das pessoas na construção do primeiro cemitério público, mas é compreensível que esta construção serviu de mudança nos ritos fúnebres, tanto quanto o trabalho em conjunto pelos habitantes da povoação.

A partir de 12 de março de 1858, se tornava bento, oficialmente, o cemitério público, novo espaço de sepultamento para os mortos, na povoação Conceição do Azevedo. Essa data mostrou um marco de mudança nos costumes fúnebres e, conseqüentemente, era esperado a diminuição dos impactos de doenças que atingiam os moradores da povoação. A separação entre mortos e vivos no ambiente interno da igreja passou a refletir na cultura de morte, visão do Além mundo e relação urbana.

A sepultura pode ser observada enquanto perpetuação da imagem do morto, por ser o último lugar da Terra para sua morada. Segundo João José Reis, “uma das formas mais temidas de morte era a morte sem sepultura certa. E o morto sem sepultura era dos mais temidos dos mortos. Pois morrer sem enterro significava virar alma penada” (1991, p. 171). Esse descanso tem significados ligados à crença de que sua escolha influenciava no estágio pós-morte. A escolha do lugar da sepultura, assim, passou a representar o lugar no céu para os cristãos. Segundo Câmara Cascudo,

A privação do túmulo era a mais terrível das condenações para um criminoso. Dizemos ainda, fiéis ao sentido que se iniciou sob Anúbis, guardião dos corpos: - *Não tem onde cair morto...* Cair morto não precisaria lugar, mas a idéia é do túmulo, a indispensável residência do cadáver, casa para a alma. O vocábulo “Protetor” significa, em grego, aquele que tem cuidado em providenciar os funerais.

Daí o respeito ao túmulo, os cuidados pela sepultura. A maior vingança era um ato injurioso sobre a sepultura (CASCUDO, 2001, p. 25, grifos do autor).

As citações acima demonstram o simbolismo atribuído à sepultura, entendido enquanto lugar de descanso eterno. O descanso final do corpo mortal. Havia o respeito a esse espaço, por significar o repouso eterno. Como descrito na passagem de Câmara Cascudo (2011), a valorização significativa sobre a sepultura mostrava a crença de que o respeito sobre o lugar do morto era ligado à importância que se dava ao cadáver. No entanto, antes da escolha pelo lugar da sepultura, existia uma montagem ritual destinada à prática da boa morte. Segundo Philippe Ariès (2014), esta era composta por um cerimonial de partida, pois a boa morte envolvia o lamento pelos erros da vida, a admissão da culpa, o perdão dos pecados, a homenagem ao divino e a absolvição sacramental.

A cartografia cemiterial existente no solo das igrejas e capelas foi modificada. O que foi observado é que, com a construção do cemitério de Jardim do Seridó, para se está próximo ao céu, não era pedido uma *sepultura das grades para cima*, mas sim, *ser sepultado em uma das*

*catacumbas próximas a Capella do Cemitério*⁴⁸. Com a construção do cemitério, houve o levantamento de uma capela nesse local. Aqueles que optavam serem enterrados próximo à capela mostravam que, ali, jaziam os restos mortais de uma pessoa cuja relevância social era exprimida no local do sepultamento.

Figura 12: Enterro mostrando, ao fundo, a capela do cemitério



Fonte: Fotografia de Severino Azevedo (Mestre Galinho).⁴⁹

Ao observar a imagem acima, é possível notar elementos cristãos, presentes no cemitério, sendo ele a cruz de madeira, que fazia parte da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, e a capela, para a realização das missas. Mesmo os cemitérios sendo projetos resultantes da secularização, a presença da religião católica ainda se mostra muito forte. Desde o 1884 o cemitério de Jardim é de responsabilidade da Câmara Municipal. Foi nesse período que aprovaram a Lei n. 893, que regulava o cemitério da cidade, proposta pela Câmara Municipal, e aprovada pela presidência da província do Rio Grande do Norte, publicada em 22 de fevereiro de 1884. Dessa forma, era de exclusiva inspeção a direção do cemitério e os enterramentos pela referida câmara. A partir dela administrava-se desde o coveiro e administrador do cemitério até a designação dos lugares das sepulturas. Na referida lei, os artigos que tratavam a respeito, da divisão e elaboração dos elementos presentes no interior do cemitério, dizem que

⁴⁸ Descrição do testamento de Padre Francisco Justino Pereira de Brito (apud AZEVEDO, 1988, p. 34).

⁴⁹ Acervo pessoal de Edvaldo Alves da Silva, 2019.

Art. 12º No cemitério deverá existir uma cerca determinada para os enterramentos dos pagões e acatholicos, separados, distintos dos enterramentos dos catholicos.

Art. 14º Cabe-lhe tambem o dever de collocar no centro do mesmo cemiterio uma cruz envernizada de preto.

Art. 15º As despesas para esses e outros serviços correrão por conta da municipalidade, devendo o administrador comparecer em camara para requerer e receber da mesma camara as suas determinações, e o quanto deve despende com os mesmos serviços (LEI Nº 893, 1884, p. 10).

Era destinado à população o pagamento das despesas do cemitério, administrada pela Câmara Municipal. A divisão do espaço cemiterial também era estabelecida por meio de uma cerca, separando católicos daqueles que não eram católicos. Como é possível notar na **Figura 12**, assim como estabelecido no Art. 14, houve a necessidade de colocar uma cruz, para que houvesse a representação da religião naquele espaço. Ou seja, antes da lei possivelmente não havia a cruz, mas já existia a capela construída.

No cemitério havia um coveiro e um administrador, sendo o primeiro subordinado ao segundo, e ambos contratados pela Câmara. Só era contratado um segundo coveiro se, e somente se, houvesse grande número de mortos. Mesmo assim, quando esse elevado número, de mortos, era contido, retornavam a um coveiro apenas.

Era responsabilidade do administrador do cemitério, ficar encarregado de ter a guarda das chaves, a limpeza em ordem, designação dos lugares de sepulturas ou catacumbas, conservação do cemitério, concerto (mas com custeio e autorização da Câmara), formatar quadro de plano do cemitério (nomeação e colocação das sepulturas, evitando a abertura destas antes do tempo estabelecido), e atualizar o livro com nome, filiação, sexo, idade e data de enterramento dos cadáveres (LEI Nº 893, 1884).

Essa relação e controle dos corpos no cemitério era feito pelo administrador, pois ele exigia uma licença para que fosse possível fazer o enterramento. A licença era feita em forma de guia, pelo pároco, e atestado médico. O cemitério dispunha de lugares para catacumbas, partindo de o indivíduo escolher onde desejava ser sepultado, a lei descrevia que deveria “§ 10º Dar permissão a qualquer individuo para formar catacumbas em lugar conveniente, observando e aguardando em ordem simetrica, e juntamente quando feita, avisa-lo para qualquer reparo que necessite” (LEI Nº 893, 1884, p. 9). Ainda segundo a lei, deveria se conservar um número de 24 catacumbas de propriedade da câmara, ou seja, mais uma vez o espaço da morte sendo

significado de acordo com a posição social, pois era exigido uma licença do procurador da câmara para se edificar catacumbas, assim como pagar um valor de 2\$000, pagos para uso do terreno, e 30\$000 para adultos. Esses valores valiam para a reserva perpétua do terreno ao proprietário. Os pobres ou aqueles que não tinham condição de pagar por uma catacumba, pediam pela elaboração de uma guia, feita pelo pároco ou qualquer autoridade, para que fosse cedido terreno do cemitério.

Com isso, torna-se possível a observação de como foi construído o lugar dos mortos, entendido como um núcleo de valor simbólico, o lugar determinado. Por meio da experiência, as pessoas imprimem no lugar da morte os seus sentimentos, percepções, valores, memórias, tomando-o de modo íntimo. Trata-se de uma característica própria.

Por meio dessa discussão, foi pensado a respeito da modificação cultural nos ritos de morte, para entender os fatores responsáveis na compressão da necessidade de construir um cemitério público. Assim, foram analisados os livros de óbito, testamentos, leis, fotografias e passagens de jornal, pois essas fontes foram necessárias no trato do entendimento de como a cultura da morte está atrelada à religiosidade, assim como fatores políticos e econômicos, tendo em vista as medidas de influência sobre a região.

O objetivo foi analisar o espaço que se encontra o cemitério para entender como as pessoas, a partir das suas práticas, transformaram medidas estabelecidas pelo Estado e a Igreja, resignificando os espaços e os rituais de morte, conforme as relações que eles mantêm entre si. Pensar os praticantes e o espaço praticado é ter em mente a articulação existente sobre um conjunto de elementos dispersos, que tomam forma na medida em que interagem, através do tempo. Essas ações se mostram mais fortes que os discursos político-administrativos, pois os praticantes, enquanto agentes, transformam os lugares em espaços por meio da experiência.

Utilizando os conceitos de espaço e lugar, através de Michel Certeau, entende-se que a produção do espaço é como em um texto, na medida em que há locomoção e interação entre as pessoas, há a leitura e escrita, responsáveis por transformarem lugar em um espaço mais íntimo e significativo. O espaço é uma conexão dos elementos dispersos do lugar. O espaço é um lugar articulado. Esse lugar é praticado na povoação, freguesia, vila e cidade, pois o ambiente de ordenamento é rompido através das vivências dos sujeitos: é possível burlar as leis, os costumes. É possível fazer o proibido (CERTEAU, 1998).

CONCLUSÃO

Ao longo da segunda metade do século XIX, o país passou por transformações significativas quanto ao trato com as doenças, que preocupavam a população. Não diferente dessa realidade, estava a morte e os mortos. A cidade sadia era aquela cuja ventilação e os espaços eram pensados de forma ampla, tanto quanto a preocupação com as fontes de água e eliminação de ambientes miasmáticos, localizados nos centros populacionais, tais como pântanos, matadouros e cemitérios.

A saúde da população passou a ser pensada como uma questão de higiene pública. Era preocupante o número de mortos, sobretudo, quando essas mortes aconteciam nas cidades maiores, pois ali habitavam os grandes comerciantes e donos de negócios. O sertão da segunda metade do século XIX, foi apresentado como região carente de atenção dos presidentes de província. A essa região, era recomendado uma medicina preventiva e, quando muito, a desculpa que não se podiam enviar médicos aos doentes do sertão, tendo em vista os poucos médicos que atendiam na província do Rio Grande do Norte. A partir de então, a população da povoação de Conceição do Azevedo, passou a se mover diante desse quadro e, com ajudas como Padre Francisco Justino Pereira de Brito, construíram uma Casa de Caridade, que servia como hospital para os doentes, e um cemitério público, ambos afastados das moradias da população.

Notei, por meio das falas e relatórios dos presidentes de província, que havia a omissão do número de doenças, doentes e mortos. Os números de doentes e mortos, que eles anunciavam, não batiam com a análise dos livros de óbito, este último apresentando maior número de mortos. Provavelmente, isso era feito para que fosse evitado gastos aos cofres públicos, com questões de higiene e saúde, significando um esquema em que havia uma mostra falha de dados da população. Além disso, uma região com doenças significava péssimas condições de vida, má administração, estado de calamidade, atraso e miséria. A má alimentação, tanto quanto a estrutura insalubre dos espaços, mostravam uma província atrasada.

Os discursos médicos e higienistas foram responsáveis pela elaboração de normas, decretos, leis e códigos de posturas, que ditavam comportamentos, assim como a relação das pessoas com os novos espaços, pois, além da criação desses espaços públicos, era recomendado formas de adaptação por aqueles que faziam uso, pensando formas de evitar e conter proliferação de doenças.

Nessa perspectiva, um dos elementos mais criticados consistia na forma de enterramento, que se dava no interior e ao redor das igrejas, localizadas no interior dos centros urbanos, onde havia um maior contato entre a população e os mortos. A proliferação dos miasmas, vinda com o cheiro dos cadáveres em decomposição, atuava de forma prejudicial na saúde da população, pois esses corpos muitas vezes eram contaminados com doenças de fácil transmissão.

A partir de então foram criados os cemitérios extra muros e, como observado, tratava-se de um novo lugar de enterramento, que transferia da capela ao cemitério o destino do corpo. Acontece que não se tratava apenas da criação de um novo lugar de sepultamento, mas sim, de um lugar que não se destinava mais ao enterramento *ed sancto*, como se acreditava. A criação de novos cemitérios dizia respeito a uma nova forma de entender a morte, os mortos e o morrer, pois não envolvia apenas uma estrutura física, mas o novo lugar dos mortos no Além mundo e, mais que isso, a prevenção de doenças e, assim, a prevenção de fatores que levavam à morte.

As atitudes em relação à morte, tanto quanto o significado da morte, passaram a ser compreendidas de formas diferentes, com os idos do tempo, pois não se tratava mais de uma espera e preparação da morte. Os rituais de morte passaram de espetáculo para acontecimento corriqueiro, pois as doenças vitimavam, cada vez mais. Dessa forma, a capela e/ou igreja, que servia de mesmo espaço para vivos e mortos, passou a ser visto como um fator de perigo à saúde, causando mais preocupação do que conforto espiritual.

Dessa forma, a construção de um cemitério público feita por parte da população, na povoação de Conceição do Azevedo, era necessária para os mortos da região. Ao que consta no Primeiro Livro de Tombo (1857-1924) da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, as pessoas não esperaram pela ajuda dos presidentes de província, nem tão pouco se mostraram contrárias a imposição de um novo lugar de sepultamento, pois provavelmente, com o advento das doenças e o número de mortes, passaram a ver o cemitério como espaço necessário.

Por esse motivo, foi observado que os rituais, e a percepção da morte, logo mudaram na povoação, quando o ato de construir um cemitério público parte dos habitantes. No entanto, vale salientar que este mesmo espaço não se mostrou muito diferente do cemitério da capela, pois, logo que se deu sua construção, foi feita benção litúrgica pelo padre Francisco Justino, assim como a instalação de um cruzeiro e a construção de uma capela.

Ainda assim, mesmo passando à Câmara dos Vereadores a responsabilidade de administrar o cemitério público, houve uma divisão hierárquica do espaço da morte, pois só

poderia ser enterrado nas catacumbas próximas da capela aqueles que conseguissem pagar o valor significativo, caso contrário, era de ser enterrado em covas escolhidas pelos coveiros.

As atitudes diante da morte mudaram com o tempo, tanto quanto a imagem que se tem da morte. Os ritos, o cemitério, a morte e o morrer são fatores que implicam em uma relação que as pessoas têm, em vida, com a sociedade. Como citou Norbet Elias, “Em termos amplos, ainda não estamos plenamente conscientes de que morrer nas sociedades mais desenvolvidas é acompanhado de problemas específicos que devem ser enfrentados como tais” (ELIAS, 2001, p. 102). Ou seja, a morte se mostra um tabu, pois trata-se da decadência do organismo humano que, acima de tudo, não se pode evitar.

Antes de finalizar essa pequena Conclusão, gostaria de relembrar um acontecimento. No dia 22 de novembro de 2019, tive a surpresa de receber um e-mail de um remetente desconhecido. O escrito tinha como título “O lugar dos mortos na cidade dos vivos”, fazendo referência a um artigo que publiquei sobre o cemitério de Jardim do Seridó (em 2019), enquanto lugar de memória. O que me chamou atenção no e-mail foi a informação transmitida pelo autor desconhecido, que dizia não ter uma boa relação com o cemitério, chegando a se negar entrar nesse espaço no dia do enterro de seu pai, pois, para ele, o lugar dos mortos se tratava de um “não lugar”. No entanto, ao ler o referente artigo, o rapaz passou a pensar sobre o cemitério enquanto espaço da morte, buscando não marginalizar aquele lugar. Dessa forma, surgiram perguntas, mais que respostas, e o espaço que ele via como “não ver sentido em corpos se desmaterializando o cemitério diz muito sobre quem está ainda vivo, é sobre não se decompor também. Está tão próximo da comunidade faz ter uma sensação de acalento ali do lado”.

Por esse motivo, para mim, estudar os mortos, a morte e o cemitério é um fator que implica em discutir sobre a vida. Os acontecimentos e sentimentos que estão atrelados às vidas das pessoas, seja de forma cultural e/ou social. Quando se fala sobre a morte, sujeita-se a falar sobre a vida, pois a percepção desse acontecimento faz com que as pessoas passem a se limitar ou darem importância à vida de uma forma que haja a preocupação com o próximo também. A dor da perda mostra o quanto existe sentimento e solidariedade. O cemitério, por si só, não é apenas um lugar de acomodação de corpos mortos, trata-se de um espaço cuja cultura material, o sentimento e a memória estão impressos, pois “tudo tem alma em seus muros sagrados” (GOETH apud ASSMAN, 2011, p. 329).

FONTES

Fontes on-line

COLLECÇÃO de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835. Quarta Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1835.htm#>. Acesso em: 07/08/2019.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das scienciasaccessorias**. vols. 1 e 2. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/diccionario/edicao/4>. Acesso em 05/02/2020.

D'AZYR, Félix Vicq. **Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Disponível em: <https://archive.org/details/b29339479/page/n1>. Acesso em: 08/08/2019.

LAVRADIO, José Pereira Rego, Barão de. **Apontamentos sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro particularmente das crianças**: e sobre o movimento de sua população no primeiro quadriennio depois do recenseamento feito em 1872. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221735>. Acesso em: 10/02/2020.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor..., 5º Arcebispado do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Majestade. Propostas e aceitas em Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho de 1707**. São Paulo, SP: Typografia do Antônio Louzada Antunes, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Acesso em: 01/02/2020.

Falas e Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte (1847-1889)

RIO GRANDE DO NORTE. Discurso apresentado pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor Doutor Cazimiro José Moraes Presidente da Província do Rio Grande do Norte na abertura da segunda sessão da sexta legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 7 de setembro de 1847, p. 7. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=11&s=0&cv=0&r=0&xywh=-426%2C955%2C2602%2C1836>. Acesso em: 05/02/2020.

RIO GRANDE DO NORTE, Vice-Presidente (1850; Wanderley). Relatório do Vice-Presidente de Província do Rio Grande do Norte João Carlos Wanderley à Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1850. Pernambuco: Typographia. de M. F. de Faria, 1850. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/181?terms=morte%20de%20crian%C3%A7a&item_id=4438#?h=morte%20de%20crian%C3%A7a&c=0&m=14&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1023%2C158%2C3707%2C2615. Acesso em: 06/02/2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Presidente (1851; Cunha). Fala do Presidente da Província do Rio Grande do Norte José Joaquim da Cunha dirigida à Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1851. Pernambuco: Typographia. de M. F. de Faria, 1851. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/181?terms=morte%20de%20crian%C3%A7a&item_id=4438#?h=morte%20de%20crian%C3%A7a&c=0&m=15&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1247%2C0%2C4157%2C2932. Acesso em: 06/02/2020.

RIO GRANDE DO NORTE, Presidente (1855; Passos). Fala do Presidente da Província do Rio Grande do Norte Antonio Bernardo de Passos dirigido à Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1855. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1855. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/181?terms=morte%20de%20crian%C3%A7a&item_id=4438#?h=morte%20de%20crian%C3%A7a&c=0&m=20&s=0&cv=0&r=0&xywh=-976%2C-616%2C3833%2C2704. Acesso em: 06/02/2020.

RIO GRANDE DO NORTE, Presidente (1856; Passos). Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte Antonio Bernardo de Passos a Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1856. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1856. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/181?terms=morte%20de%20crian%C3%A7a&item_id=4438#?h=morte%20de%20crian%C3%A7a&c=0&m=21&s=0&cv=0&r=0&xywh=-979%2C-617%2C3840%2C2708. Acesso em: 06/02/2020.

RIO GRANDE DO NORTE, Presidente (1862; Velloso). Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte o Commendador Pedro Leão Velloso a Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1862. Maceió: Typ. do Diario do Commercio, 1862. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/181?terms=morte%20de%20crian%C3%A7a&item_id=4438#?h=morte%20de%20crian%C3%A7a&c=0&m=32&s=0&cv=0&r=0&xywh=-222%2C-83%2C2328%2C1642. Acesso em: 06/02/2020.

RIO GRANDE DO NORTE, Presidente (1888; Barros). Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Norte o Illm. Exm. Sr. Doutor José Marcellino da Rosa e Silva a Assembléa Legislativa Provincial no ano de 1888. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/181?terms=morte%20de%20crian%C3%A7a&item_id=4438#?h=morte%20de%20crian%C3%A7a&c=0&m=73&s=0&cv=0&r=0&xywh=-248%2C-101%2C2384%2C1682. Acesso em: 06/02/2020.

RIO GRANDE DO NORTE, Presidente (1889; Silva). Falla lida do Presidente da Província do Rio Grande do Norte o Exm. Sr. Dr. José Marcelino da Rosa e Silva a Assembléa Legislativa Provincial no ano de 1889. Natal: Typ. da Gazeta do Natal, 1889. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/181?terms=morte%20de%20crian%C3%A7a&item_id=4438#?h=morte%20de%20crian%C3%A7a&c=0&m=73&s=0&cv=0&r=0&xywh=-248%2C-101%2C2384%2C1682. Acesso em: 06/02/2020.

Arquivo da Público Municipal Severino Ramos de Azevedo. Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó

DECRETO nº 764: **Decreto da Assembléa Legislativa Provincial**, com artigos de postura da Câmara Municipal da cidade de Jardim. Jardim do Seridó, 1875.

LIVRO de Acta. **Votantes do Município de Jardim**. Livro n. 10. Jardim do Seridó, 1859. Manuscrito.

LIVRO de **Decretos e Leis da Intendência Municipal Jardim do Seridó**. Jardim do Seridó, 1875. Manuscrito.

QUALIFICAÇÃO dos votantes do Município. Livro n. 1. Jardim do Seridó, 1856-1866. Manuscrito.

Arquivo do Cartório Único de Jardim do Seridó

JARDIM DO SERIDÓ (RN). Cartório Único Ofício de Notas de Jardim do Seridó. **Primeiro Livro de Registro de Óbito do Município de Jardim do Seridó**. Registros em: 1888-1894.

Arquivo do Fórum Judiciário de Jardim do Seridó

JARDIM DO SERIDÓ (RN). Fórum Desembargador Oscar Siqueira de Jardim do Seridó.
Testamento de Francisco Soares da Silva. Processo nº. 243/1894. Registro em:1894.

JARDIM DO SERIDÓ (RN). Fórum Desembargador Oscar Siqueira de Jardim do Seridó.
Testamento de Francisca Prudencia de Salles. Processo nº. 244/1894. Registro em:1894.

JARDIM DO SERIDÓ (RN). Fórum Desembargador Oscar Siqueira de Jardim do Seridó.
Testamento de Rosalina Maria da Silva. Processo nº. 261/1896. Registro em:1896.

JARDIM DO SERIDÓ (RN). Fórum Desembargador Oscar Siqueira de Jardim do Seridó.
Testamento de Manoel Fidelis Lopes. Processo nº 279/1901. Registro em: 1901.

JARDIM DO SERIDÓ (RN). Fórum Desembargador Oscar Siqueira de Jardim do Seridó.
Testamento de Pe. Luiz Marinho de Freitas. Processo nº. 287/1902. Registro em: 1902.

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Jardim Do Seridó

JARDIM DO SERIDÓ (RN). Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Jardim do Seridó.
Segundo Livro de Registros de Óbito da Paróquia de Jardim do Seridó. Registros em:
1916-1926.

LIVRO de Acta. Livro n. 1. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Jardim do Seridó, 1857-
1903.

LIVRO de Tombo. Livro n. 1. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Jardim do Seridó,
1857-1924. Manuscrito.

Acervo Particular

**1860. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, criada na Freguesia de
Conceição do Azevedo na Província do Rio Grande do Norte.** Digitado.

Lei n. 893 de 22 de fevereiro de 1884, selada e publicada a presente lei na Secretaria da
Presidência do Rio Grande do Norte sob proposta da Câmara Municipal da cidade do Jardim.
Regulamento do cemitério da cidade do Jardim. Província do Rio Grande do Norte, 1884.
Digitalizado.

MUNICÍPIOS: Jardim do Seridó. **Publicado em Jornal A Republica,** Natal-RN, 1904.
Digitalizado.

O QUE FOI A ANTIGA POVOAÇÃO – CONCEIÇÃO DO AZEVEDO – E O QUE HOJE É
ELLA? **Diário de Pernambuco.** n. 94. Recife-PE, 23, abril, 1860. Digitalizado.

PIMENTEL, António José de Mesquita. **Cartilha ou compêndio da Doutrina Cristã ordenado por perguntas e respostas**. 17.ed. Porto: Livraria Chardron, de Léo & Irmão, 1871.

TELLES, Vicente Coelho de Seabra Silva. **Sepultura dos cadáveres**. Lisboa: Offic. Da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Argus V.; MAGALHAES, Francisco O.; CÂMARA, Cláudio A. G. ; SILVA, Jadson A. A. Pressupostos do ensino da Filosofia Natural no Seminário de Olinda (1800-1817). **REEC**: Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, v. 7, n. 2, p. 480-505, 2008.

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **Cemitérios e Túmulos**: espaços de devoção. Trabalho apresentado no 12º Encontro Iberoamericano de Valorización y Gestión de Cementerios Patrimoniales e 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, 2011, Salvador, BA.

ARAÚJO, Ana Cristina. Vicente Coelho de Seabra Silva Teles e a reforma dos cemitérios. **Revista M.**: Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer. Rio de Janeiro. v. 4, n. 8, jul./dez. 2019. p. 229-243. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/9299>. Acesso em: 06/02/2020.

ARIÈS, Philippe. **Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1989.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução: Luiza Ribeiro. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2014.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

AZEVEDO, José Nilton de. **Um passo a mais na história de Jardim do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BARROSO, Gustavo. Vida e história da palavra sertão. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 12 jul. 1952.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e moléstias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão, 2002.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: AnnablumeFapesp, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, George; FERREIRA, Angela Lúcia (Organizadores). **Surge et ambule**: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal, RN: EDUFRN, 2006. p. 45-86.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. Leis velhas, direitos novos: política popular e politização na revolta da Maria da Fonte. *Claves: Revista de História*. v. 4, nº 6, jun. 2018. p. 73-94. Disponível em: <http://164.73.204.249/index.php/claves/article/view/323/256>. Acesso em: 04/02/2020.

FERREIRA, Angela Ferreira [et al.]. **Uma cidade sã e bela**: a trajetória do saneamento de Natal – 1850 a 1969. Natal: IAB/RN; CREA/RN, 2008. 284p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007.

FURET, François. O quantitativo em história. In: **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a violência**: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: EDUSP, 2001.

HARVEY, David. **Paris**: capital da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó**: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). 2013. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Vivos e mortos na ribeira do Seridó, capitania do Rio Grande do Norte. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26 ,2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. p. 1-16.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: EDUFRN, 2012.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MILNER, Guilherme Nogueira. **Às armas, mulheres!** A influência médico-jurídica na construção dos cemitérios românticos portugueses e a revolta da Maria da Fonte. Trabalho apresentado no Seminário dos Alunos de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF, Niterói: Instituto de Letras da UFF, 2017. v. 1. p. 297-306. Disponível em: <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/VIIISAPPIL-Lit/article/view/827/507>. Acesso em 04/02/2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um “outro” geográfico. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

MULINACCI, Roberto. Um deserto cheio de lugares: topografias literárias do sertão. In: ÁVILA, Myriam; CURY, Maria Zilda; RAVETTI, Graciella (org.). **Topografias das culturas**: representação, espaço e memória. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MUNIZ, Paulo Henrique. O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais. **Varia Scientia**: revista multidisciplinar da Unioeste, v. 06, n. 12, p. 159-169, 2006.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **As irmandades no meio urbano**: práticas funerárias e religiosidade entre os leigos. Porto Alegre, século XIX. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades Leigas em Porto Alegre**: práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX. 2006. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: [s. n.], 1989.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro. In: **XIII Encontro de História ANPUH-RJ**, 2008, Seropédica/RJ. Anais do XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **Processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX**. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia,GO, 2011.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. **Das igrejas ao cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo,SP, 2005.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os mortos e os mortos na sociedade medieval**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TAVARES, Diego Fontes de Souza. **Os muros do Além**: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal-RN. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.



